

TRANSFAZER O ESPAÇO

ensaios de como a literatura vira espaço
e vice versa

Adáuto de Oliveira Souza
Cândida Graciela Chamorro Arguello
Cláudio Benito Oliveira Ferraz
Jones Dari Göettert (org.)
Renato Nésio Suttana
Robinson Santos Pinheiro
Walter Roberto Marschner (org.)



2011

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

869.09 Transfazer o espaço : ensaios de como a literatura vira espaço e vice versa /
T772 Adáuto de Oliveira Souza ... [et. al.]. Dourados : Ed. UFGD,
2011.
194 p. : il.

Possui referências.

ISBN: 978-85-61228-72-9

1. Literatura – Ensaios. 2. Literatura no espaço. I. Souza, Adáuto de Oliveira.

Introdução	05
LITERATURA E ESPAÇO: Aproximações possíveis entre arte e geografia Cláudio Benito Oliveira Ferraz	11
O ESPAÇO, O TEMPO E O HOMEM EM “SAGRADA ESPERANÇA” Renato Suttana	59
“ONDE CANTAM AS SERIEMAS”: Percepções identitárias Robinson Santos Pinheiro Cláudio Benito Oliveira Ferraz	81
ETNOGRAFIA DO ESPAÇO: O “sertão” no relato de dois sertanistas do século XIX Graciela Chamorro	107
OS DIAS DE DEMÔNIO: As representações de espaço na obra de Roberto Gomes e na memória social das lutas camponesas do Paraná Walter Marschner	129
VIAJANDO À FRENTE DO SEU TEMPO: Reflexões acerca do romance verniano “A volta ao mundo em 80 dias” Adáuto de Oliveira Souza	153
“TRANSFAZER O ESPAÇO”: Uma leitura de “Livro de pré-coisas”, de Manoel de Barros Jones Dari Göettert	173
Os autores	191

Introdução

Como então desgarrados da terra

como assim descolados do chão...

Milton Nascimento - Chico Buarque/1997

Transfazer o espaço: a ideia desta publicação surgiu a partir da sessão de comunicação coordenada “Literatura e Espaço: aproximações possíveis entre discursos artístico e científico”, que aconteceu em junho de 2009 durante o “Seminário Internacional de Literatura – as Letras em Tempo de Pós”, promovido pela Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados. A iniciativa da comunicação neste seminário refletiu o esforço de um diálogo transdisciplinar e contextual acerca de conceitos básicos da literatura e geografia. Nosso exercício inseria-se no foco central do seminário, a saber, o conceito de “região cultural”, representada pela situação dinâmica de fronteira com o Paraguai e o entorno do Pantanal Sul-mato-grossense – lugares de regionalismos, discursos que atravessam fronteiras e que reconfiguram distinções étnicas, de gêneros e outras formas de pertencimento, fazendo do conceito espacial uma renovada categoria trans-histórica.

Nosso diálogo não se fundamenta em grandes teorias literárias. Concordamos com a concepção kantiana de que o conhecimento produzido pelas linguagens artísticas não se pauta na ordem dos conceitos. O conceito é um elemento estruturador dos discursos científico e filosófico, contudo, a possibilidade de conhecimento a partir das artes ocorre em seus referenciais estéticos e sócio culturais, através de estranhamentos, de

silêncios ou sensibilidades. Tal aspecto, contudo, não evita que tanto a filosofia quanto a ciência possam fazer uso de seus referenciais conceituais para estudar e dialogar com as expressões artísticas, de maneira a perceber como a linguagem artística permite que determinados conceitos lógicos e objetivos sejam vistos e abordados por outros olhares e matizes. Nesse aspecto, a questão do espaço, tão cara ao discurso científico da geografia, toma prioridade, notadamente por ser um aspecto inerente ao processo de criação e da narração literária.

Ensaio de como a literatura vira espaço e vice versa: a pós-modernidade enquanto reconfiguração cultural ideológica e modificação do sentido vivencial da modernidade imprime uma nova concepção de espaço e tempo. Fala-se muito hoje da insuspeita tendência à virtualização. Com ela a realidade se apresenta a todos nós cada vez mais como uma simulação, ao sabor da comunicação de massa e da mobilidade. Dilui-se dessa forma a diferenciação entre referente e representação. E se “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, como fora vaticinado por Marx, então o espaço em tempos pós-modernos perde definitivamente sua concretude: é diluído em fluxos e correntes ou torna-se uma categoria social residual, vinculada àqueles que estão destinados a sedentariedade em tempos de exacerbada mobilidade e globalização.

É na contramão dessa tendência que se apresentam nossos ensaios. Se sobre o espaço pós-moderno pesa a ameaça de reduzir-se a um signo ou um texto, estando assim sujeito a qualquer apropriação e interpretação, queremos fazer aqui o caminho contrário. *Queremos investigar como textos se tornam espaço*, propondo assim, nas palavras de Jameson (1984) e Soja (1993), “uma estética do mapeamento cognitivo”, formular uma cartografia capaz de desvelar poderes e controle social que o espaço hoje oculta.

Nesse contexto entendemos o diálogo com a literatura como possível e necessário. A geografia enquanto ciência humana parte da

tese de que todo espaço é socialmente construído. Observamos assim a conformação do espaço como reflexo da complexificação da sociedade, seguindo processos fundamentais de espacialização: o encontro com o espaço enquanto substrato físico, enquanto natureza, realidade objetivável; a ocupação e estruturação do espaço, tal como se dá em qualquer colonização, conquista, reforma agrária; a normatização, institucionalização do espaço, com suas configurações históricas – lugar, região, território; por último figuram as representações de espaço, expressões que incidem sobre o espaço conferindo-lhe (ou esvaziando) identidade, tais como expressões artístico-culturais, regionalismos, memórias, narrativas. Daí a centralidade da literatura.

O espaço na literatura, enquanto criação ficcional e como trama narrativa, congrega e abre perspectivas de interpretações para as diversas experiências humanas expressas na dinâmica espacial da sociedade. Os ensaios a seguir exercitam formas diversas de interpretação dos sentidos de espaço em várias obras literárias. Trata-se de uma prática analítica necessária para os estudos científicos, notadamente os geográficos, mas também para os estudos literários, que podem ser enriquecidos com esses outros olhares.

Cláudio Benito Oliveira Ferraz, com seu texto *“Literatura e espaço: aproximações possíveis entre discursos artístico e científico”*, tenta formular uma proposta de diálogo possível entre discurso literário e discurso geográfico. Considerando que Literatura e Geografia são linguagens diferentes e que interferem nas formas de representação e produção de sentido do mundo, o autor procura elencar elementos para uma interface hermenêutica.

“O espaço, o tempo e o homem em sagrada esperança”, de Renato Suttana, apresenta algumas considerações sobre o livro *Sagrada Esperança*, de Agostinho Neto, tomando como ponto de partida as coordenadas do espaço e do tempo que ali se configuram. Suttana percebe na obra a

integração entre indivíduo (o *eu*) e a coletividade (o outro), numa dinâmica de procura e de reencontro, cujo símbolo maior é sugerido pelo poeta na passagem do homem ao Homem e nos rastros que se podem ler no poema, sob a forma de imagem, ritmo e tonalidade celebratória.

Em “*Onde cantam as seriemas: percepções identitárias*”, Robinson Santos Pinheiro e Cláudio Benito Oliveira Ferraz objetivam contribuir no entendimento da formação identitária sul-mato-grossense, tendo como referencial norteador da discussão o romance memorialístico escrito pelo engenheiro agrônomo e poeta Otávio Gonçalves Gomes.

Graciela Chamorro em sua “*Etnografia do espaço: O ‘sertão’ no relato de dois sertanistas do XIX*”, toma os registros de viagens dos exploradores de regiões chamadas “sertão”, Joaquim Francisco Lopes e seu ajudante João Henrique Elliot, como fontes indispensáveis para se conhecer não só a história da ocupação do Sul da então Província de Mato Grosso, mas também a natureza que os viajantes foram “descortinando” em suas andanças pela região. Neste artigo a autora apresenta e comenta fragmentos de suas descrições.

Walter Marschner, com seu ensaio “*Os dias de demônio: as representações de espaço na obra de Roberto Gomes e na memória social das lutas camponesas do Paraná*” analisa a obra “*Os dias de demônio*”, do romancista Roberto Gomes, tendo como pano de fundo a revolta camponesa de 1957 no Sudoeste do Paraná. Marschner destaca o papel do que ele chama de representações míticas do espaço, considerando-as como uma chave de leitura importante para entender o avanço da fronteira agrícola. A fronteira revela-se ambígua, um espaço de criatividade e de conflito.

“*Literatura e espaço: uma leitura de a volta ao mundo em 80 dias de Júlio Verne*” de Aduino de Oliveira Souza, busca descrever, partindo do clássico de Verne, o incipiente processo de unificação mundial decorrente da Revolução Industrial, apontando para o papel que os inventos técnicos –

ferrovia, barco a vapor e o telégrafo – assumiram no processo de produção do espaço geográfico mundial e como esses equipamentos “apequenaram” o mundo.

Por último, no texto *“Transfazer o espaço: uma leitura de ‘Livro de Pré-Coisas’, de Manoel de Barros”*, Jones Dari Göettert persegue a descrição barrosiana do Pantanal de cheias e vazantes como um espaço de fluxos e transitoriedades. No Pantanal de Barros o mundo se refaz ciclicamente sugerindo um espaço em constante movimento. Daí o conceito de “espaço mundofágico” proposto por Jones assinalando o caráter complexo da realidade e que deve, como povoadas pré-coisas, ser percebido por nós sempre de forma provisória.

Esperamos com estes ensaios oferecer uma contribuição para uma abordagem transdisciplinar do espaço. O domínio das categorias, fronteiras e separações mais antigas vem-se relativizando. Considerando um contexto social de profunda reconfiguração dos referenciais – um “transfazer o mundo” – cresce a necessidade da construção reflexiva de novos vetores de orientação e decifração do real. A interface com a literatura nos parece um caminho profícuo e sobretudo prazeroso. Boa leitura.

Tinha o contraste
ial entre
lugares
pedra
sociedade
e hierar
a aban
op
que os caprichos do mar, entre o isolado posto de troca e o mundo selvagem que o cerca (...)

LITERATURA E ESPAÇO: Aproximações Possíveis entre Arte e Geografia

Cláudio Benito Oliveira Ferraz

Introdução

Aqui, propomo-nos, num primeiro momento, a fazer uma rápida introdução quanto aos aspectos gerais que circunscrevem a possibilidade de diálogo entre Ciência e Arte, passando a seguir para apontamentos esparsos e encetadores do histórico desse contato ao longo da ordenação espacial da civilização dita ocidental, europeizante e modernamente urbano/mercadológica. A partir desses parâmetros gerais, apresentamos quadros/esquemas sistematizadores desse contato e apontamentos de caminhos possíveis para o mútuo enriquecimento entre a linguagem científica da Geografia e a linguagem literária. Finalizamos o texto com um exemplo de como exercitar a proposta de diálogo entre Literatura e Geografia a partir do romance *Nostromo*, de Joseph Conrad.

Começemos com algo óbvio, qual seja, que todo conhecimento, seja ele científico, filosófico, artístico, místico ou cotidiano, possui como uma das suas mais marcantes funções, ou de manifestação de ação humana, a elaboração de referenciais que estabeleçam sentidos interpretativos ou lógicos de como nos localizamos e nos orientamos no mundo. Saber onde se está e como melhor agir a partir desse lugar é fundamental para a sobrevivência humana; a produção de respostas ou referenciais que permitam a cada indivíduo sentir-se pertencendo a um determinado território e

grupo humano neste localizado é crucial para o simplesmente existir, por mais complexas e difíceis que sejam as condições de vida.

Todos os saberes produzidos, nas mais diversas condições históricas e espaciais, visam em maior ou menor grau atender a esses quesitos de melhor entendimento do homem no seu ambiente e momento de realização vital. Contudo, para nós, continuadores de uma tradição civilizatória originária do mundo mediterrâneo, alçada à hegemonia dos modos de relações sociais e culturais a partir da modernidade européia, notadamente com a expansão territorial advinda com as grandes navegações, consolidada com os processos técnicos e tecnológicos concentrados no espaço urbano, em decorrência da aceleração produtiva industrial e do consumo em escala mundial, as formas desenvolvidas de leitura e compreensão do nosso lugar no mundo tomou rumos de especializações dos saberes, assim como uma certa hierarquia valorizativa dos mesmos em função da utilidade e viabilidade econômica de seus produtos.

Dentro dessa tradição, os saberes consolidados oriundos do que hoje denominamos referenciais filosóficos, científicos, artísticos e religiosos acabaram por ascender como os mais capacitados para dar vazão às várias formas de manifestações das necessidades e desejos do homem sobre esse planeta acentuadamente aquoso cognominado Terra. Em conformidade com a cultura local e as relações societárias em dado arranjo territorial, um ou mais desses saberes auferiam prioridade sobre os demais.

A história de nossa sociedade moderna tem em sua origem esses vários referenciais dados como que integrados numa mesma matriz discursiva, aquela pautada numa tradição metafísica em que a essência da verdade do conhecimento se encontra numa esfera transcendental ao mundo vivido do homem. Na passagem dos séculos XVIII para o XIX (FERRAZ, 2002), em conformidade com a produção de saberes, deu-se conta da cada vez maior complexidade do mundo percebido, assim como o próprio caminhar das relações humanas se desdobrava em padrões de

organização societária mais diversos, os quais cobravam o domínio sobre a dinâmica espacial, sobre os recursos e sobre a natureza em condições de atender o exercício mais eficiente do poder e da exploração/concentração das riquezas. Tudo isso fez com que os saberes se especializassem e acabassem levando os referenciais científicos a serem considerados os mais capazes para atender às necessidades de uma organização sócio espacial pautada na lógica do Estado-nação e da produção-circulação-consumo de mercadorias em escala mundial (BORNHEIM, 1998).

Atualmente, portanto, a linguagem¹ científica se coloca acima das demais linguagens produtoras de saberes, a partir de sua pragmaticidade, para o exercício do poder e a maior objetividade e precisão na elaboração de respostas e produtos que ampliam a eficiência economicista da sociedade. No entanto, com o desenrolar desse modelo societário pautado na exploração e concentração de riquezas em volumes cada vez mais intensos, as consequências para os seres humanos e para o planeta foram drásticas. As graves consequências ambientais, com o limite e finitude do volume dos recursos naturais, com o aumento da marginalização, a violência e as desigualdades sociais, esse arranjo sócio espacial atual se apresenta em grave crise de valores e de perspectivas futuras. Tal fato afeta sobremaneira a ideia e função que se tem de Ciência hegemonicamente consolidada, o que aponta para uma necessária reavaliação de seus referenciais teóricos, epistêmicos e ontológicos.

1 Faremos uso ao longo desse texto dos termos “linguagem” e “discurso” com sentidos muito próximos. Apesar das especificidades de cada, eles caminham juntos na elaboração de referenciais e de expressão de sentidos do conhecimento humano. De forma geral, fazendo uso livre de referenciais oriundos de Gadamer (2007), Bakhtin (1990) e Steiner (1990), apontamos por linguagem toda organização comunicativa e informativa que envolve os aspectos culturais, simbólicos e orientadores de um grupo ou instância que congrega pessoas e saberes. Já os discursos são os enunciados e elaborações comunicativas e informativas delineadores de sentidos no contexto desses grupos e instâncias, dessas linguagens.

É diante desse quadro que muitos pensadores vislumbram a necessidade de se buscar novos caminhos para a elaboração do conhecimento científico. No entanto, em vários casos, a inovação significa apenas uma mudança metodológica na direção de atualizar as funções junto às tradicionais forças econômicas, objetivando manter o tradicional atendimento aos interesses e necessidades gerenciais do Estado.

Nossa postura aqui não caminha na direção de inovar o discurso científico conservando suas velhas funções e características. Um mundo diverso não cabe mais em um modelo único de se produzir conhecimento científico. A dinâmica das relações humanas cobra outras formas de se pensar cientificamente esse fenômeno, não mais tomando os referenciais das ciências físicas e naturais, de forte base matemática e lógico-formal.

Assumir que é possível fazer Ciência a partir de outra perspectiva, não mais tão arrogante, limitante do ponto de vista da objetividade e precisão, nem dogmatizante enquanto produtora de verdades absolutas, mas uma Ciência mais humilde (PESSIS-PASTERNAK, 1993), que dialogue com os outros saberes visando trocas e mútuas aprendizagens, servindo mais para o homem interpretar seu sentido de localização e orientação no mundo, ao invés de dizer como o mundo deve ser a partir de uma idealização pautada na pura metafísica que se sobrepõe a ele.

É nessa perspectiva que entendemos a viabilidade do diálogo entre Literatura e Geografia.

Apontamentos esparsos

Ao que atualmente chamamos de discurso científico da Geografia é o burilamento de uma forma de se elaborar e exercitar dado saber que, desde tempos imemoriais, fazia parte do cotidiano do ser humano na sua busca de melhor compreender onde estava, de como sobreviver naquele contexto territorial e para onde ir a partir desse entendimento (SANTOS, 2007). Portanto, era um saber que servia à prática do viver humano e se

encontrava imerso no caldeirão comum das formas que modernamente classificamos como científica, artística, cotidiana, mística etc.

Os primeiros textos escritos, a partir de nossa tradição ocidental, notadamente entre os gregos, tais como a *Ilíada* e a *Odisséia*, *Os Trabalhos e os Dias*, os primeiros Dramas e Comédias, os escritos Pré-Socráticos e Platônicos, entre outras obras, exemplificam como o pensar filosófico estava imbricado ao que hoje designamos artístico e com o atualmente denominado científico. Esse amalgamento de referenciais perdurou, ora mais intenso, ora menos, até o advento do mundo moderno, mais especificamente com a instauração da modernidade urbano-industrial.

A consolidação do arranjo administrativo do território pelas complexas estruturas do Estado-Nação, complementar à cada vez mais urgente necessidade de controle dos recursos naturais, exploração e concentração de riqueza por parte dos grandes agentes econômicos, contribuíram, assim como reagiram, à condição desses conhecimentos passarem pela necessária radicalização da especialização de seus meios e objetivos. A separação entre Ciência, Arte, Filosofia, Religião e saberes cotidianos tornou-se inevitável além de extremamente prioritária (HORGAN, 1998). A Geografia não ficou fora disso.

Com a convencionalidade de se tomar o modelo de produção de conhecimento científico a partir dos paradigmas das áreas físicas e matemáticas, coube à Geografia, em nome dos mesmos princípios de objetividade racionalizante da argumentação, irrefutabilidade da verdade encontrada e separação sujeito/objeto, tentar ser considerada como um discurso também científico, única forma de atender às necessidades organizativas do território sob a lógica do Estado-Nação.

Essa opção teve um custo, qual seja, deixar de lado toda uma série de experiências espaciais, que indivíduos e grupos humanos produzem, mas que não cabem no interior das necessidades e utilidades que esse conhecimento rigoroso, preciso e de forte base empírica, deveria organizar para as práticas de gestão territorial e domínio estatal.

Diante disso, os elementos mais dinâmicos, voláteis e subjetivos das relações humanas teriam de ser eliminados quando não se adequassem ao necessário rigor conceitual (FERRAZ, 2002). O contexto concreto da dinâmica espacial da vida humana passou a ser traduzido por uma restrição conceitual em bases rigorosas.

O sentido mais amplo de ser humano se transformava em números de habitantes, mão-de-obra, força de trabalho, classe trabalhadora, mercado consumidor, crescimento vegetativo etc., ou seja, eram metamorfoseados em abstrações conceituais que se adequavam à estrutura lógica do discurso científico. Enquanto abstração em si, eles, os seres humanos, eram desumanizados e transformados em meros termos da oração/pensamento, permitindo assim um conhecimento uniforme e sistematizado pelo discurso científico hegemônico.

A Geografia exercitada no cotidiano dos indivíduos transcende aos parâmetros que o discurso científico institucionalizado diz ser “geográfico”. A geograficidade do cotidiano é inerente à vida concreta dos seres humanos, portanto, não se reduz ao meramente conceitual, à lógica concatenada do encadeamento verbo-gramatical, mas se embrenha na riqueza de imagens captadas e armazenadas no imaginário e nas experiências humanas.

Árvores, brinquedos, casas, livros, pessoas, animais, lugares, etc., todos esses fenômenos e objetos são imagens que os indivíduos elaboram de suas experiências no passado e permitem a qualificação e interpretação paisagística das novas experiências e vivências, contribuindo para que cada ser humano elabore seus referenciais de localização e orientação no mundo a partir do lugar em que se encontra.

Tentar dar conta dessa diversidade de elementos não comporta uma concepção de Ciência que reduz o real ao nível do mero conceito em si, mas cobra um saber que, dentro de seus limites conscientemente assumidos, se abra para o diálogo com outras linguagens que apresentem esses referenciais por diferentes perspectivas e olhares. Diante dessa pos-

sibilidade a Literatura pode muito contribuir para a ampliação de leituras e entendimentos dessa geograficidade que permeia todo e qualquer ser humano, independentemente do lugar em que se encontra (BROSSEAU, 1996).

Literatura é uma linguagem pautada na lógica da palavra, a mesma que fundamenta o discurso científico, mas, ao contrário deste, não visa radicalizar o sentido lógico-formal de sua estrutura argumentativa, reduzindo o sentido conotativo das palavras em nome de uma denotação única, transparente e definitiva de cada termo e expressão. O discurso literário subverte o sentido da palavra, mergulhando esta nos múltiplos significados das imagens. O discurso literário elabora imagens a partir da ressignificação das palavras, sendo tal aspecto o capacitador da necessária aproximação com o discurso geográfico, desde que este se volte para a riqueza da vida cotidiana e não se restrinja a uma suposta objetivação generalizante e rigor cientificista que só atende aos interesses de poucos.

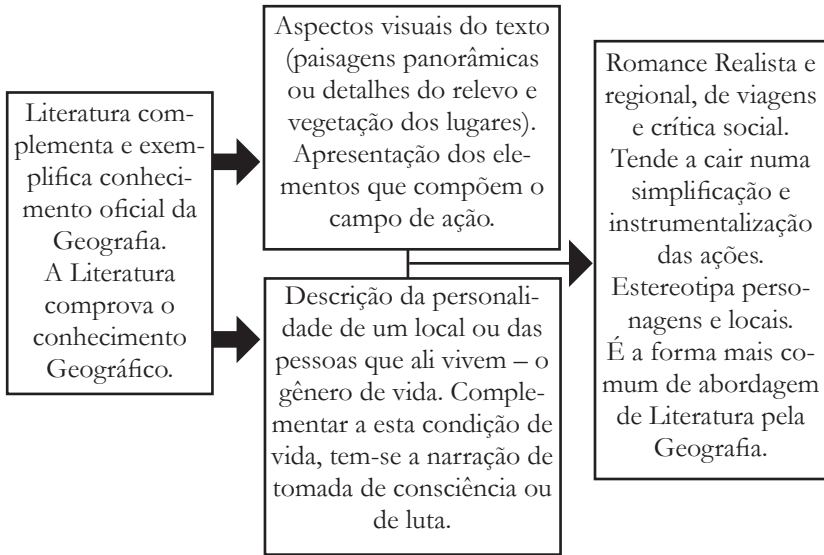
Quando a Geografia, em nome de sua institucionalização científica, assumiu um padrão oficial de produzir conhecimento, acabou por deixar de fora todo um universo de saberes, os quais, em nome da resistência e da riqueza cultural, acabaram sendo trabalhados e interpretados por outras áreas e linguagens, como a literária, em sua diversidade de manifestações.

Estabelecer essa leitura dos aspectos geográficos que não foram adequadamente abordados pelo conhecimento científico institucionalizado da Geografia, nas suas várias escolas sistematizadoras e nos vários referenciais teóricos e metodológicos assumidos, é uma necessidade atual, não para atualizar esse conhecimento em nome de sua velha função à administração estatal e das grandes corporações econômicas, mas para contribuir efetivamente a outra concepção de Ciência. Não mais para o domínio do homem sobre outro, nem de um conhecimento sobre o outro, mas que produza referenciais para que os seres humanos, em suas diversas culturas e valores, possam construir pontes de contato e diálogo no sentido de melhor se entenderem no mundo.

Tendo isso como objetivo, no item seguinte apresentamos organogramas e quadros sistematizadores das pesquisas voltadas para o contato entre tais discursos, que foram analisadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas², como forma de melhor ilustrar a relação entre Geografia e Literatura, assim como vislumbrar caminhos possíveis para futuras trocas.

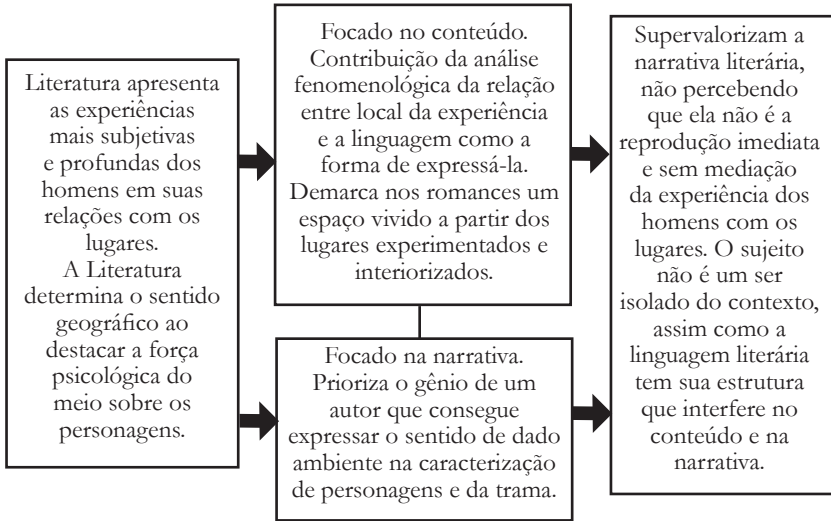
Sistematização e possibilidades

a) Forma tradicional de a Geografia se relacionar com a Literatura

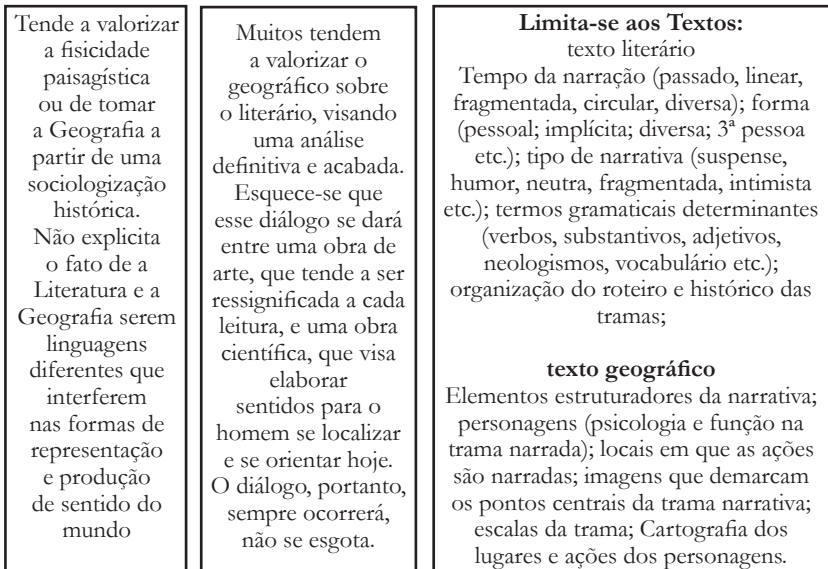


.....
2 O GPLG está vinculado ao Departamento de Educação da UNESP de Presidente Prudente, SP, e atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, em Dourados, MS, desenvolvendo pesquisas sobre as linguagens geográficas presentes em outros discursos científicos, filosóficos e artísticos. No diálogo com as artes, em especial a Literatura, é que os estudos realizados apontaram para a sistematização aqui indicada.

b) Tentativa de renovar a leitura geográfica dos textos literários



c) Síntese provisória das possibilidades atuais



d) Proposta de diálogo possível

Literatura e Geografia
 Linguagens que dialogam a partir dos textos e dos contextos.
 Tempo e Espaço que delimitam os processos interpretativos e dialógicos possíveis e pertinentes.
 A questão é fundar a leitura nas condições em que o leitor se coloca no mundo. A possibilidade de diálogo é dialógica e hermenêutica, de mútuas interpretações possíveis.

TEXTO
Da elaboração da obra
 Informações sobre o processo criativo do autor; local em que foi elaborada e motivos de elaboração; presença do autor na obra;
Da interpretação da obra
 Momento em que está sendo lida; objetivos da leitura; imagens pessoais que se relacionam com destacadas na obra;
Do uso de conceitos geográficos
 Relação escalar entre os locais da trama e da interpretação; limites das ações; sentido das imagens dialogadas enquanto **paisagens** elaboradas pelo leitor. **Orientação e localização** do leitor a partir das imagens dos personagens e das ações.

CONTEXTO
 Não há por que negar os outros usos da Literatura pela Geografia, mas deve-se empregá-los sabendo os limites e a relação entre as linguagens e o mundo. Entre o contexto em que foi elaborada e o contexto em que está sendo interpretada – o inconsciente textual. Entre as imagens da narrativa literária e a qualificação das mesmas em paisagens pela interpretação geográfica – a dominante imagética. Importante não é se restringir ao texto, mas perceber a relação imagem-palavra-mundo.

Sobre os quadros sistematizadores

A tentativa de organização de esquemas tão sintetizados quanto os aqui expostos logicamente apresenta insuficiências várias, contudo, o objetivo não é criar uma camisa de força para enquadrar as formas de contato entre Geografia e Literatura, como se assim todo o universo de recriação, tanto artística quanto crítica, pudesse se saciar em padrões organizadores da complexidade e dinâmica do conhecimento elaborado.

Nossa intenção aqui é apresentar um esquema mais organizador de nossas pesquisas, até agora realizadas sobre a relação entre esses discursos, a partir da diversidade inerente a cada um deles, como forma de pontuar

análises e possíveis contribuições por nós abordadas, mas estamos cientes que os esquemas elaborados estão muito longe de abranger todo o espectro de experiências desenvolvidas sobre a questão³.

No caso, ao tentarmos elaborar o primeiro esquema de abordagem, partimos das observações realizadas e pesquisas voltadas às práticas didáticas dos professores de Geografia, tanto no ensino Básico quanto no nível Superior, quando os professores fazem uso de textos literários, geralmente trechos de romances canônicos da Literatura brasileira (Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa; Vidas Secas, de Graciliano Ramos; O Cortiço, de Aluísio de Azevedo; Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo; etc.) para exemplificar determinado aspecto do conteúdo geográfico a ser trabalhado.

Como a intenção é ilustrar o conteúdo, a opção se dá geralmente por romances que descrevem, de forma artística, os lugares em que as tramas se desenrolam, daí a característica de facilitadores da análise geográfica, não dos romances, mas dos lugares a que fazem referência, geralmente os aspectos físicos do ambiente (características da vegetação, do relevo, do clima, ou das condições de moradia e do local em que vive). Em casos como esses, que são a maioria das experiências de contato entre esses dois discursos, não se possibilitam diálogos, mas sim um estreitamento da variedade de significações possíveis em prol da exemplificação de uma dada concepção de Geografia, restando ao texto literário apenas a sua confirmação. A Literatura se empobrece e se subsume a uma Geografia de forte demarcação física.

3 A título de exemplo de outras formas de abordagem, Corrêa e Rosendhal (2007) apresentam, a partir das análises do geógrafo canadense Marc Brosseau, outra sistematização, pois o referido pesquisador delineou cinco tipos de contatos dos estudos geográficos com a Literatura: “como complemento à geografia regional; como transcrição de experiência dos lugares; como crítica da realidade ou da ideologia dominante; como história paralela; como parte da alteridade, o modo como o romancista capta a paisagem, o lugar e o espaço” (p. 11-12). Para mais detalhes, ver Brosseau, 1996.

As tentativas de renovar essa forma de contato na verdade significou um esforço na direção de aprofundar abordagens entre Geografia e Literatura. As principais contribuições vieram das perspectivas culturalistas e humanística, notadamente na Europa, EUA e Canadá a partir dos anos 70 do século XX, com forte influência dos referenciais fenomenológicos, viabilizando leituras de romances, poemas, novelas e demais textos literários não mais para meramente ilustrar uma ideia pré-concebida de Geografia, mas tentar auscultar os aspectos geográficos outros presentes nas obras artísticas.

As tentativas desenvolvidas pelos geógrafos, que assumiram a Literatura como um meio de se entender a lógica espacial, inovaram ao fazer com que os estudos geográficos buscassem outras experiências espaciais e de leitura do mundo a partir de documentos e obras não circunscritas à abordagem científica. Daí que pesquisadores da questão (CORRÊA, ROSENDAHL, 2007) apontam a pertinência do desenvolvimento de conceitos e ideias como “espaço vivido”, “sentido de lugar”, da leitura dos fenômenos subjetivos que carregam de sentidos e significados os lugares e seus objetos, enfim, pontuando novos elementos e percepções necessários à leitura geográfica da ordem espacial.

Contudo, um dos problemas que pode incorrer dessa tentativa de renovação é, na busca por ampliar o diálogo com a Literatura, acabar-se apenas invertendo a prática mais usual. Ou seja, da subjugação da Literatura por uma concepção de Geografia, passa-se a dar muito peso ao texto literário, como se ele em si apresentasse a verdadeira geograficidade. Por interagir a objetividade da realidade com a subjetividade da vivência humana, essa perspectiva se foca na análise dos aspectos subjetivos da narrativa, tentando identificar os elementos psicossociais dos personagens que definem certa espacialidade. A Literatura passa a dizer como a Geografia deve ler o mundo, portanto, não existem trocas e diálogos mais ricos, apenas a incorporação de uma leitura pela outra.

Para se contrapor a essa diminuição da Geografia frente ao texto literário, alguns geógrafos optaram por inovar tais leituras não supervalorizando a Literatura, nem a reduzindo a elemento ilustrativo dos conteúdos geográficos, mas exercitando um meio termo entre essas duas perspectivas. Partem de uma visão a priori definida do que vem a ser a verdadeira Geografia, notadamente em seu aspecto mais duradouro, qual seja, dos chamados fatores físicos da paisagem, visando apresentar a forte presença do meio na delimitação das ações e comportamentos dos personagens no enredo literário.

Busca-se, assim, aproveitar os elementos analíticos e interpretativos trazidos pela fenomenologia e pelos geógrafos culturalistas, mas evitando subsumir a Geografia científica ao texto literário. Procura-se em dada obra analisar os aspectos psicológicos e subjetivos, mas a partir de uma concepção científica de Geografia definida a priori, a qual deve estar presente no texto artístico. Busca-se analisar as narrativas literárias a partir do enfoque de como os autores delineiam as características das ações e dos valores inerentes a determinados personagens em decorrência do contexto ambiental presente na história. Esse contexto é tomado a partir de um entendimento em separado e pré-definido do que vem a ser geográfico, notadamente em seus elementos físicos expressos nas paisagens apresentadas na obra⁴.

O problema desse tipo de leitura é que não se procura a troca e a ampliação de entendimento das linguagens, mas insiste numa abordagem de que a Geografia já se encontra delineada e se impõe à narrativa literária, definindo o sentido da trama ali presente. É mais um exercício de análise de obras a partir dos elementos tidos como geográficos que devem estar explícitos no romance. Tanto é assim que as análises de obras que não apresentem elementos dessa visão já estipulada de Geografia (relevo

4 Um exemplo clássico, por ser bastante rico e instigante, dessa forma de análise é o que foi elaborado pelo geógrafo Carlos Augusto F. Monteiro nos vários artigos e textos reunidos no livro *O Mapa e a Trama* (2002).

acentuado, clima marcante, hidrografia fundamental, conflitos sociais centrais à trama, personalidades dos personagens características do ambiente) tendem a ser desconsideradas por apresentarem “pouca geograficidade”.

A crítica que fazemos a essa postura se atém ao fato da Geografia ser um saber em processo, o qual visa não necessariamente confirmar os aspectos físicos do ambiente na caracterização das pessoas, mas sim de como os seres humanos, em qualquer lugar e ambiente, de uma região agreste ao interior de sua casa, de uma periferia urbana aos dilemas sexuais, estabelecem referenciais de melhor orientação e localização, conscientes ou não disso, perante a lógica espacial do mundo.

É o sentido dessa experiência existencial diversa que a leitura de obras artísticas, no caso aqui as de Literatura, deve visar, portanto, não se pode ter uma concepção fechada do que vem a ser geográfico a partir da presença de elementos físicos do meio definidos a priori, mas se abrir para os aspectos mais desafiadores na busca de localização e orientação que move o ser humano em cada situação tempo/espacial vivenciada.

Os estudos geográficos não devem se restringir à relação do homem com o meio imediato, mas, a partir dessa interação, buscar interpretar como os indivíduos e grupos elaboram as formas de orientação e localização no mundo no contexto em que se encontram, em dado lugar e situação, percebendo a trama de fenômenos capazes de iluminar o aqui como desdobramento e expressão das escalas várias que os mesmos ocupam, escalas que rompem as fronteiras do ambiente próximo.

O ser humano é um ser de movimento, de ir além, de superar barreiras, de buscar o outro, ao desconhecido, e nesse aspecto a Literatura auxilia a entender e compreender os pensares e viveres outros, por apresentar essas experiências e dúvidas ficcionalmente e imageticamente acumuladas, de maneira a nos possibilitar, no caso de interpretarmos a geograficidade desse processo, saber onde estamos, para onde queremos ir e como chegaremos lá.

Foi assim pensando e analisando que elaboramos o último esquema aqui apresentado, como forma de delinear um diálogo possível entre dois universos discursivos que podem vislumbrar contatos e trocas, mas que nem por isso deixam de perder os fundamentos e organização da linguagem própria a cada um. Não podemos incorrer na imposição de uma linguagem sobre outra, mas também não confundir uma com a outra, afinal, a Geografia com que estamos lidando é um discurso estruturado a partir do referencial e função da abordagem científica, enquanto a Literatura se fundamenta na Arte. Ambos organizam o material com que produzem saber de forma diferente, assim como objetivam seus enunciados de maneira específica⁵.

Conscientes dessas singularidades discursivas com que elaboram seus referenciais, a possibilidade de diálogo ocorrerá de maneira mutuamente enriquecedora quando se entender a não pertinência de uma análise definitiva a se chegar, como ocorre quando se usa a Literatura como mera ilustração dos conceitos e conteúdos geográficos. Em casos como este, parte-se da ideia da existência empírica de uma Geografia pronta a priori e só resta ao texto literário exemplificá-la; tal entendimento se reflete na prática ilustrativa de conteúdos em sala de aula ou como forma de analisar obras que apresentem esses componentes geográficos tidos como centrais à trama de suas ações. O mesmo pode ocorrer quando se inverte, parte-se do fato de que a narrativa literária já possui a priori e acabado o verdadeiro sentido das experiências espacializáveis, bastando ao discurso científico da Geografia apenas incorporar e reproduzir ao ali definido de forma subjetiva enquanto Literatura.

.....
5 Para a economia de nossa argumentação, podemos dizer que o discurso científico pauta-se na organização de seus referenciais a partir da palavra enquanto **conceito**, como expressão dos fenômenos por meio do rigor de termos precisos e articulados. Já a literatura organiza seus enunciados por meio de um discurso cuja ordem das palavras fundamentam/expressam **imagens**, as quais podem existir ou não para além do espaço ficcional. Vide Ferraz, 2002.

Tanto por uma perspectiva quanto pela outra, não há possibilidade de tensão nem de questionamento de um pelo outro, apenas se confirma o que já se desejava. As diferenças entre as imagens e as palavras não se expressam, apenas existe confirmação de um texto no outro, de um jogo de palavras produzidos num plano a se espelhar num outro plano (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

No entanto, pelas próprias características do meio literário, a interpretação de determinada obra nunca será a definitiva, pois cada romance, poema, conto etc. sempre está passando por releituras, recriações, portanto, mudanças de sentidos e significados conforme o contexto em que está sendo lido. O mesmo ocorre com a Geografia ao estudar os fenômenos do mundo, que estão constantemente se transformando e mudando, o que cobra do conhecimento geográfico a busca por redefinições conceituais, assim como a elaboração de novos referenciais interpretativos. Não é possível, tanto para as imagens literárias quanto para os conceitos geográficos, partir de uma concepção cristalizada ou atingir um ponto final e acabado de seus discursos e mecanismos de elaboração de conhecimento, pois ambos estão constantemente sendo revistos. Conclui-se disso que o diálogo entre Geografia e Literatura não pode ter um fim, pelo contrário, sempre estará enquanto potência de algo a se efetivar em outro.

A confusão e limitação interpretativas decorrem mais de uma prática em distanciar o sujeito leitor do objeto lido, fato que ocorre quando se coloca o texto literário como objeto de estudo do geográfico, ou vice-versa. Ao distanciar um do outro, há um mútuo estranhamento, fazendo a possibilidade de contato apenas por meio da subjugação de um pelo outro. Tal submissão de um discurso por outro se fundamenta numa tradição metafísica (HEIDEGGER, 2003) que, ao distanciar o sujeito (ativo) do objeto (passivo), instaura a necessidade de, para estabelecer o conhecimento entendido como verdadeiro, elaborar a noção de resultado final do encontro, como se, após um dominar o outro, atingisse a verdade definitiva, aquela que o sujeito necessita para saciar suas necessidades.

O complicador dessa leitura metafísica é o esquecimento do mundo enquanto acontecimento (DELEUZE, 1992) inerente ao viver e, por conseguinte, se restringe às concepções idealizadas presentes nos textos que falam do mundo. Prioriza-se o texto, fazendo dele apenas um organizador das ideias que representam o mundo. De um lado, no discurso artístico literário, tem-se um amontoado de palavras que ficcionalizam o mundo, de outro, temos o discurso científico geográfico que se caracteriza por um arranjo de palavras que representam a realidade do mundo.

Ao reduzir tudo a uma questão de organização de palavras, esquece-se da fundamentação desses discursos no mundo que o homem produz, permitindo a eles, os discursos, se autonomizarem, levando à deturpação e empobrecimento dos contatos comunicativos, trocas de leituras e possibilidades de mútuo entendimento. A questão não é ficar restrito ao sentido último das palavras em si, na busca por qual dos discursos é mais verdadeiro e eficiente para passar o significado mais pleno da realidade, mas entender que, apesar de se organizarem por meio de palavras, estas se fundamentam e objetivam funções diferenciadas.

De um lado, pela Literatura, temos as palavras organizando imagens ficcionais que permitem interpretar/experimentar o mundo. De outro, pela Geografia, temos palavras organizando sentidos conceituais com os quais se pode interpretar/experimentar o mundo (DELEUZE, 1992). Ao mesmo tempo em que viabilizam formas específicas de interpretação, uma pelas imagens elaboradas por palavras e a outra pela estrutura conceitual de palavras, ambas as linguagens são meios do mundo humanamente se experimentar, fazendo com que ele aconteça com dadas características e forma. Portanto, a possibilidade de diálogo se dá não por meio das palavras em si presentes em cada forma enunciativa, mas através das **imagens** literárias com os **conceitos** geográficos e a fundamentação/expressão no/do **mundo** humano, ou seja, na relação imagem-palavra-mundo⁶.

6 A obra filosófica de Deleuze e Guattari (1992) parte do pressuposto da Filosofia

Eis o sentido mais amplo da frase de Gilles Deleuze e Félix Guattari ao estabelecerem a possibilidade e necessidade de contato entre Filosofia/Ciência/Arte; essas três formas de pensar/escrever/sentir o mundo se realizam humanamente numa relação “com” e não “sobre” o mundo, possibilitando ao ser humano, enquanto ser que pensa/escreve/sente, se tornar mundo concomitante ao acontecimento do mundo por meio do homem, ou seja, “Não estamos no mundo, tornamo-nos com o mundo... Tornamo-nos universo”(DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 220).

Partindo dessa perspectiva, o diálogo entre Geografia e Literatura se viabiliza quando vamos para além da redução pautada numa metafísica cristalizada no entendimento do mundo enquanto meras palavras, as quais representam o mesmo que transcendentalmente se encontra em essência última no texto científico ou no texto artístico. Ao contrário dessa perspectiva, tendo a relação de imanência entre imagem/palavra/mundo, a possibilidade de diálogo se instaura enquanto “máquina de construir universais” (DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 15), ou seja, de enunciar sentidos explicativos ao mundo enquanto humanidade, pois só assim ele pode ser, ou seja, em nós.

Esses parâmetros de entendimento pedem ferramentas de leitura mais próximas dessas concepções, para isso, alguns referenciais teóricos e metodológicos podem contribuir, notadamente a perspectiva do discurso polifônico presente no dialogismo bakhtiniano e os mecanismos interpretativos da hermenêutica filosófica.

trabalhar/criar **conceitos**, a Ciência elaborar **funções** e a Arte possibilitar **sensações**, o que questiona a denominação por nós empregada, já que optamos pela tradição do pensamento científico se pautar em conceitos para organizar seu discurso. Apesar dessa diferença, que é considerável caso aprofundemos nos meandros do pensamento desses dois filósofos, tendemos a aproximar o sentido que eles indicam entre a relação dos textos: os de cunho mais lógico-racionalizantes, que objetivam uma explicação do mundo a partir do rigor das palavras, com os de caráter mais artísticos, que apresentam sensações imagéticas do mesmo, mas ambos são os meios do mundo humano acontecer.

O sentido de dialogismo apontado por Mikhail Bakhtin auxilia no entendimento de que nenhum texto se efetiva sozinho e acabado, pelo contrário, a realização de um texto só ocorre quando qualificado de significados no contexto social em que foi elaborado/interpretado. Dialogismo, portanto, é a condição do próprio processo de produção de conhecimento humano, o que ocorre num contexto polifônico de sentidos e enunciados, no qual os diversos discursos se relacionam, se negam e se recriam. Essa perspectiva dialógica é decorrência do fato de Bakhtin tomar a palavra, com a qual se organiza e se expressa os discursos, a partir das várias possibilidades enunciativas.

Para Bakhtin, a linguagem é um processo social que tenta possibilitar a comunicação e a produção de conhecimento. Sendo social, ela se faz por enunciados gerados e trabalhados pelos sujeitos em seus ambientes e instituições, os quais dialogam, conflituosamente ou não, dentro de um determinado contexto espacial e temporal. Daí a constante polifonia de sentidos e produção de novos significados com que as palavras faladas, escritas, pensadas, sentidas ou imaginadas são ressignificadas.

[...] deve utilizar a palavra na sua plenitude: quer no seu aspecto semântico e de conteúdo (palavra como conceito), quer no representativo-expressivo (a palavra como imagem), quer no seu aspecto emocional-volitivo (entonação da palavra) (BAKHTIN apud BRAIT, 2005, p. 91).

A pertinência de se utilizar a palavra na “sua plenitude”, tanto como conceito filosófico e científico, quanto como imagem artística, no caso da literatura, ou como expressão de emoções, sabendo que esses usos e sentidos se dão em cada contexto de lugar e momento, é a garantia, a partir de Bakhtin, da relação entre discurso científico e artístico se tornar viável.

Como forma de enriquecer esse entendimento, outro elemento dos estudos de Bakhtin torna-se pertinente, notadamente quanto ao sentido

da palavra na obra literária a partir de uma análise geográfica, qual seja, o conceito de “cronotopo”.

Em literatura, o processo de assimilação do tempo, do espaço, e do indivíduo histórico real que se revela neles, tem fluido complexa e intermitentemente [...] À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos cronotopo (que significa “tempo-espaço”) [...] No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo (BAKHTIN, 1990, p. 211).

Apesar do maior peso da perspectiva temporal presente nos estudos literários do linguista russo, é inegável o seu pioneirismo em desenvolver análises em que o tempo/espaço se interagem na explicação não só de como uma obra foi produzida, mas como ela perdura e se transforma em conformidade com os contextos sociais que os homens concretamente produzem. Para tal, ele entende que o tempo e o espaço não são “transcendentes”, como Kant estipulou, mas são formas “da própria realidade efetiva” (BAKHTIN, 1990, p. 212), são imanentes ao viver concreto dos homens em sociedade. Ou seja, uma leitura de determinado texto literário só tem fundamento quando se entende o mesmo no contexto temporal e espacial da vida social em que ele se ressignifica.

Complementar aos estudos bakhtinianos, destacamos as ideias presentes na hermenêutica filosófica a partir de Hans-George Gadamer. A diretriz tomada pela hermenêutica de Gadamer vai muito além de uma técnica de interpretação de textos, ou de uma teoria justificadora da História presente em documentos escritos ou não, mas volta-se à busca do sentido desse acúmulo de obras, textos, imagens e experiências humanas em geral,

para melhor balizar o que queremos de nós no mundo de hoje. A interpretação hermenêutica visa a compreensão dos vários planos e horizontes elaborados e registrados temporalmente pelo homem no espaço de hoje.

Segundo Gadamer, a hermenêutica filosófica possui, realmente, uma tarefa crítica e não se restringe como ocorria em outras épocas, a uma teoria ou metodologia de compreensão e interpretação da fala e do texto. Cabe, além disso, à hermenêutica filosófica, determinar o verdadeiro sentido das ciências do espírito e a verdadeira amplitude e significado da linguagem humana [...] Cabe supervisionar a fusão de horizontes, cheia de tensões e contrastes, que se estabelece entre o passado e o presente, entre um texto e sua compreensão atual (GRODIN, 1999, p. 15).

Por ser, portanto, um referencial que visa contribuir para se melhor entender quem somos nós hoje a partir da interpretação de textos e documentos elaborados pelos humanos em outros períodos e lugares, a hermenêutica filosófica pode muito subsidiar a análise e o diálogo com as obras literárias por parte dos estudos geográficos, pois permite entender a Geografia não como uma das “ciências naturais”, aquelas fundamentadas num método rigoroso de indução lógica para se chegar à verdade final, mas sim como uma das “ciências humanas”, ou do “espírito”, as quais não visam uma concepção última e definitiva de verdade em si, mas entendem a verdade enquanto referenciais viáveis para se compreender o momento atual. Essa verdade não é decorrência de uma resposta que soluciona de forma universal um dado problema, e sim de aprimorar as formas de questionamento para melhor estabelecer as possibilidades de significados pertinentes a partir do contexto cultural em que os seres humanos se encontram.

E, no entanto, exatamente esse é o elemento particular que as assim chamadas ciências humanas trazem para o interior do todo de nosso fazer científico, o fato de todos os seus encontros e de

todos os seus assim chamados “objetos” não serem submetidos a uma ciência esclarecedora, tal como essa ciência nos deixa de resto perseguir as ordens da natureza enquanto a meta suprema do conhecimento e reconhece tudo como casos de leis. As ciências humanas pertencem muito mais a ordens que se formam e se transformam constantemente junto a elas por meio de nossa própria participação concreta e que contribuem, com isso, para o nosso saber sobre as possibilidades humanas [...] Aqui não há nenhuma certeza do tipo de garantias teóricas e científicas e aqui sempre é necessária também a visão para o outro lado – não apenas aquilo que paira diante de nós, mas também para aquilo que os outros pensam (GADAMER, 2007, p. 207-208).

O diálogo entre Geografia e Literatura, a partir das ideias de Gadamer, é uma necessidade fundamentada na vida humana, perante os limites e anseios por conhecer melhor a si por meio do contato e reconhecimento do outro, dos outros pensares e experiências. Tal entendimento não visa a uma resposta definitiva, nem a confirmação de uma interpretação última de dada obra literária, nem a comprovação de certa ideia cristalizada de Geografia, mas possibilita melhor compreender as condições espaciais em que produzimos nosso ser histórico.

Foi a partir desses pressupostos que propusemos o último esquema sistematizador aqui apresentado. Para exemplificá-lo, não necessariamente para confirmar sua pertinência, vamos trabalhar com o romance *Nostromo* de Joseph Conrad, o qual servirá também para ilustrar os demais modelos aqui descritos de contato entre Literatura e Geografia.

Uma tentativa de exemplificar

Nostromo é um dos livros mais importantes de Joseph Conrad, escritor nascido em 1857, na Polônia, mas que adotou a língua inglesa – segundo Conrad foi ela quem o adotou, conseguindo a nacionalidade britânica em 1884 e falecendo na Inglaterra em 1924. A opção por esse livro se

deve às características singulares da história ali presente a partir da tradição de seu autor em focar, por meio de romances de aventuras, as tramas sofridas por determinados seres humanos no encontro do projeto civilizatório ocidental frente aos hábitos e costumes de povos e culturas localizados nos recantos mais afastados do planeta, tomando sempre como referência de centro do mundo a Inglaterra de fins do século XIX e início do XX. Contudo, no romance aqui eleito, a trama se dá não em algum ponto avançado dos territórios colonizados, ou em alguma ilha paradisíaca, mas em uma fictícia nação sulamericana.

Nesse romance, publicado em 1904, a trama se desenvolve na metade do século XIX, e temos o olhar de Conrad para as condições precárias com que as jovens nações da América do Sul estavam tentando se organizar, a partir do modelo Europeu de Estado, na gerência e administração de seus territórios. Tal abordagem é instigante, num primeiro momento, para uma leitura geográfica dessas formações territoriais que atualmente produzimos, não só como crítica ao olhar estrangeiro e colonizador, mas por ter costumeiramente a este olhar como referência quando se tenta avaliar e classificar o que temos de positivo e de negativo em nossas relações culturais, políticas e econômicas.

Além desse aspecto imediato, o romance, por focar uma realidade histórica mais próxima a nós, permite melhor exemplificar as várias possibilidades de contato com a Geografia conforme apontam os esquemas anteriormente colocados. Mas antes de iniciarmos com os exemplos, torna-se necessário uma rápida apresentação da história ali desenvolvida.

O livro é extenso, não segue uma linha retilínea de evolução temporal, mas com saltos para frente e para trás a partir da narrativa de vários personagens presentes no enredo. De forma geral, a história ocorre quase toda num lugar, nos vários ambientes que formam a província de Sulaco, e sua capital de mesmo nome, na porção norte ocidental da república de Costaguana, na América do Sul, a qual teria uma localização próxima ao

Equador e Peru, pois cerca de 800 km ao sul fica Cayta, o principal porto do país, que está a centenas de quilômetros de Valparaíso.

A província de Sulaco está distante do centro político de Costaguana, ou seja, a mais de 300 km ao sul se chega ao páramo de Ivie, a partir dele atravessa-se a cordilheira dos Andes em direção a leste até chegar na Capital da nação, Santa Marta. Isolado pelas alturas da Cordilheira, Sulaco teve seu período de esplendor com a “mina de prata” localizada nas montanhas de San Tomé, na parte extrema oriental da província. A mina pertencia à família inglesa Gould, contudo, com a ampla corrupção do Estado e a diminuição da quantidade de retirada do mineral a partir das tecnologias de exploração implementadas no início do século XIX – baseadas na mão de obra escrava – tiveram de fechá-la, o que afetou sobremaneira a economia local. O último dos Gould, Charles, após se casar na Europa, resolve resgatar a mina com novo padrão tecnológico de exploração. Para tal, conta com forte investimento de capital norteamericano, mas também com investimentos ingleses para modernizar e ampliar a linha férrea e o porto de Sulaco, visando diminuir os custos de transporte e exportação da prata.

Para viabilizar o resgate da mina de San Tomé, Charles Gould se vincula à elite crioula de Sulaco, os brancos descendentes dos espanhóis nascidos na América, e usando do amplo capital que dispunha, suborna o governo central de Costaguana para não interferir mais nos negócios de exploração e transporte da prata. A ordem política e econômica necessária acaba se dissolvendo quando um grupo de militares percebe a grande quantidade de dinheiro envolvida na negociata e acaba por dar um Golpe de Estado e, em nome dos interesses nacionais, ataca Sulaco e os exploradores estrangeiros. Diante disso, Gould e parte da elite local, outra parte, por medo, se vinculou aos rebeldes, contando com o apoio das potências estrangeiras na proteção de seus investimentos na região, declaram a independência da província; após algumas batalhas, saem vitoriosos e instauram uma nova república.

Todo esse pano de fundo vai sendo desdobrado a partir dos conflitos expressos por personagens, muitos dos quais estereotipados. Além de Charles Gould, o empreendedor que assumia a liderança econômica e política da região, temos sua esposa, Emily Gould, senhora refinada e portadora de sensíveis valores morais, que entra em choque com a corrupção e violência de Costaguana, com as quais a visão prática e oportunista de seu marido passa a conviver.

Antonia Avellanos, filha de Don José Avellanos, líder aristocrata de Sulaco, é a moça educada em padrões europeus, daí ser independente e progressista, mas ama a sua terra e sua família, defende arduamente a ideia de independência da província. Acaba por se apaixonar por Martin Decoud, outro filho da aristocracia local, mas que não suporta o atraso do país e anseia por ser europeu, sendo um dos artífices pela independência de Sulaco em nome do seu amor por Antônia.

O Doutor Monygham é um médico inglês que acabou tendo forte participação na vida pública de Sulaco, assim como o capitão Mitchell, que é o superintendente local dos interesses da companhia inglesa de navegação. Além desses ingleses, há a presença do ex-revolucionário garibaldino, o italiano Giorgio Viola e família, além do também italiano conhecido como Nostromo, que dá nome ao romance, o qual, após o naufrágio do barco que levava a prata para o estrangeiro, muda de nome para Fidanza.

Nostromo é o líder dos trabalhadores do porto e temido pelos marginais da cidade, homem corretíssimo e guerreiro valoroso. Defende os ingleses e italianos nos conflitos causados pela revolta popular liderada por setores militares insurgentes da capital de Costaguana. Junto com Decoud, vai transportar secretamente a prata da mina para que os revoltosos não a peguem, ao mesmo tempo esta pagará a proteção dos estrangeiros de Sulaco. Contudo, durante a noite, o barco em que estavam carregando a prata naufraga. Nostromo e Decoud conseguem esconder o precioso metal numa das ilhas Isabéis, localizadas no meio do Golfo Plácido, a poucos quilômetros do porto de Sulaco.

Decoud fica sozinho, protegendo a prata, e Nostromo sai para buscar ajuda. No entanto, após vários contratempos, retorna à ilha e descobre que Decoud, com medo da derrota e de perder Antônia, se suicidara. Nostromo opta em ficar com a prata para si. Após a vitória e independência de Sulaco, que contou com importante participação de Nostromo, começa a vender secretamente a prata, tornando-se rico e adotando o nome de capitão Fidanza. Fica noivo de Linda, a filha mais velha do Viola, mas mantém um caso secreto com Giselle, irmã de Linda. Viola, ao desconfiar que a filha estava sendo assediada, nem cogita que é de seu querido e futuro genro e certa noite acaba por atirar num vulto. Assim Nostromo morre e o romance acaba.

Pode-se iniciar a análise da obra pela perspectiva mais tradicional da Geografia. Apesar de o local em que as ações ocorrem não se referir a um lugar real, que conste nos “mapas verídicos”, mas por abordar fatos e ações que apresentam correspondência com muitos processos históricos ocorridos em várias nações sulamericanas, notadamente quanto à forte presença dos interesses imperialistas europeus e norte-americanos no controle político e de exploração dos recursos, o livro pode servir para ilustrar algumas das características desse processo geopolítico. Tais exemplos podem ser constados quanto à inconstância de governabilidade, os golpes de estado, a corrupção dos políticos e privilégios para os grupos estrangeiros, assim como a condição de miserabilidade de maior parte da população, o analfabetismo, o despotismo político, a tortura e o autoritarismo implementados pelos detentores do poder etc. O livro tende a ilustrar de forma clara esses comportamentos, facilitando assim o entendimento desses aspectos na formação da desigualdade e injustiças sociais que até hoje perduram em nossa territorialidade.

Caso a nossa opção seja por uma análise sociologizante, a forma de abordar o livro Nostromo pode caminhar por dois caminhos principais.

O primeiro pode ler o romance a partir do discurso revelador das mazelas sociais presentes nos território sulamericanos, como decorrência dos processos históricos com que se construiu os mecanismos de dependência política e econômica, o que levou a um distanciamento das elites rurais e urbanas, mais voltadas a adotar modelos europeus e norte-americanos de comportamento e de consumo, frente às camadas sociais menos privilegiadas, responsáveis pela produção à custa da exploração de sua mão de obra, produzindo grandes contingentes populacionais à margem da História, restando apenas a esses habitar os espaços periféricos dos centros urbanos, sobrevivendo em sua boa parte através de atitudes desonestas ou de submissão aos ricos e poderosos.

Por outro lado, as análises sociologizantes podem caminhar na direção da crítica ao olhar colonizador de Conrad, o qual coloca os europeus como protagonistas principais, até Nostromo, que tinha uma ascensão trabalhadora; é italiano, contudo, por ser trabalhador explorado, acaba sendo aquele que rouba o tesouro de Sulaco em proveito próprio, querendo negar sua origem social e ascender a uma burguesia exploradora sem compromissos ideológicos com a nação e a classe social.

Outros personagens que se destacam no romance, quando não europeus, são elementos da elite rural ou política e militar do país sulamericano. Ou são nobres idealistas que anseiam europeizar a América do Sul, negando as condições próprias desta, ou são corruptos e embusteiros unicamente interessados em lucro imediato. A maioria da população de Sulaco, os trabalhadores e pobres, são apenas figurantes dessa história contada a partir de um olhar preconceituoso e uniformizante de um europeu sobre a periferia do mundo.

Assim, tanto uma quanto outra forma de se entender a questão do espaço como consequência de uma leitura sociologizante do romance, aponta para um sentido geográfico subsumido a esse caráter maior da relação entre cultura e imperialismo econômico. Edward Said (1995) deli-

neia essa questão ao analisar os romances ingleses de aventuras em terras exóticas, em especial os de Conrad, constatando que eles coincidem em termos de uma mesma visão imperialista, tanto ao defenderem os aspectos de superioridade e domínio cultural, como quando fazem crítica às injustiças sociais presentes no projeto civilizador do imperialismo econômico, pois são olhares a partir do dominante.

Essa coincidência é a lógica tanto para a apropriação ocidental de terras quanto, durante a descolonização, para a resistência nativa que as reivindica. O imperialismo e a cultura a ele associada afirmam, ambos, a primazia geográfica e uma ideologia do controle territorial. O sentido geográfico faz projeções imaginárias, cartográficas, militares, econômicas, históricas ou, em sentido geral, culturais. Isso também possibilita a construção de vários tipos de conhecimento, todos eles, de uma ou outra maneira, dependentes da percepção acerca do caráter e destino de uma determinada geografia (p. 118).

Essa “determinada geografia” é aquela filha dos interesses do mercado articulados pelo Estado-Nação, a qual, no romance, seja para reforçar o projeto imperialista, seja para tentar criticar sua uniformidade, acaba sendo discutida no interior dessa condição histórica em que a sociedade está se organizando. Daí Conrad expressar as duas formas, pois parte de suas angústias perante os erros perpetrados pelos homens e, no entanto, se entende como ser civilizado frente a barbárie do mundo, na qual estão incluídas as “atrasadas” nações sulamericanas.

Outra maneira de se ler a obra literária pela perspectiva geográfica é tomar os aspectos psicológicos e morais presentes em dada literatura a partir de como o autor a elaborou e dos elementos subjetivos que indicam seus referenciais de mundo. No caso em questão, priorizam-se os elementos que podem iluminar as principais ideias e valores presentes na narrativa do romance tendo como referência as experiências pessoais do autor e de seus ideais estéticos e posturas ideológicas.

Essa forma de perscrutar o romance faz uso das análises desenvolvidas por pesquisadores culturalistas e humanistas, que tendem a estabelecer uma espécie de redução aos fenômenos mais subjetivos e éticos presentes na narrativa literária, como delimitadores dos ambientes espaciais contidos no texto, permitindo ao autor priorizar determinados valores e atitudes dos personagens na identificação dos mesmos com os lugares em que a história se desenvolve.

E um dos temas essenciais de que tratava era a questão pessoal e perturbadora da fidelidade e da traição – em especial à pátria, a uma causa a si próprio. Esse fazia parte de um grupo de temas que, desde o início, tornaram sua obra trágica, impressionante, imbuída de sentimento metafísico. Tinha o contraste essencial entre a pequena sociedade hierarquizada do navio e os caprichos do mar, entre o isolado posto de troca e o mundo selvagem que o cerca [...] o choque entre a necessidade humana de ordem e significado e um cosmo desprovido de qualquer substância ética e moral (BRADBURY, 1989. P.85).

Essa análise da obra de Conrad, realizada por Malcon Bradbury, destaca exatamente como os aspectos ambientais presentes nos romances, aí se encontrando *Nostromo*, resultam das perspectivas e experiências vivenciadas pelo autor, que desenvolve suas histórias em decorrência dos valores e ideias com que avalia as mesmas. Podemos então entender o porquê dos personagens terem profundas crises de valores éticos e dúvidas quanto ao que se é correto fazer, como *Nostromo* que, de líder orgulhoso e incorruptível dos trabalhadores de Sulaco, acaba por roubar a prata destinada a pagar a liberdade da província, vivendo um dilema entre os valores que diz pregar e o segredo terrível do erro que tenta acobertar. Todas as ações que toma em decorrência de sua falha moral são formas de tentar provar para todos, principalmente para si mesmo, que continuava a ser o modelo de virtude e heroísmo nacional.

Para o território pátrio, que estava ajudando a construir, sua conduta social expressava os valores morais exemplares para ser seguido pela coletividade, no entanto, no espaço de suas relações privadas, no interior de sua casa e de seu quarto, sua conduta conflitava com essa imagem pública, pois traía a noiva com sua irmã, mentira para o sogro, para os amigos, para a nação. Nostromo vivenciava o que Conrad (CONRAD, 1991) entendia como o conflito entre a necessidade de ordem e significado para o conjunto espacial de cada nação frente um mundo sem qualquer essência moral ou ética a permear os ambientes privados e públicos.

Essa visão de Conrad se explica quando olhamos para a sua história pessoal e vemos seu pai sendo exilado na Sibéria após protestar contra o domínio russo sobre a Polônia, só porque defendia um valor ético e político básico, a autonomia e liberdade dos povos. A consequência disso foi a morte prematura de seus pais. Sozinho e sem esperança, passa a viver no mundo como marinheiro e encontra apoio junto à marinha inglesa, de maneira que passa a reconhecer a pertinência dos valores civilizatórios da Inglaterra, mas sempre experimentou a dúvida quanto a essa superioridade da civilização frente à barbárie do mundo selvagem.

Como marinheiro, convive com todos os tipos e marginais nos mais longínquos recantos do planeta e do império britânico. Nesses locais distantes e isolados, a necessidade de sobrevivência era a tônica assim como a solidariedade entre os pequenos grupos de marinheiros para poder passar pela natureza selvagem das tempestades, dos perigos das florestas e da ganância dos homens naquelas terras sem lei e sem nenhuma garantia de ordem civilizada, segundo os padrões europeus da época.

Quando começa a escrever seus romances, seus personagens espelham esses dilemas existenciais e éticos quando se distanciam cada vez mais do núcleo civilizatório, ou então, como no caso do romance aqui analisado, encontram-se em uma territorialidade fundada no atraso sociocultural e almejam imitar a suposta ordem civilizatória europeia, mas

reproduzem apenas a barbárie e a falta de perspectiva do horror por serem filhos do caos e da violência.

Essa maneira de abordar os elementos espaciais em decorrência da configuração psicológica e ética da trama literária acaba por valorizar mais o sentido de uma verdade presente na Literatura, fazendo dos referenciais geográficos um adendo dos aspectos psicológicos e éticos expressos no texto artístico; ou seja, no caso de *Nostromo*, as angústias e dilemas ético/existenciais que permeiam os ambientes públicos e privados no enredo do romance são frutos dos elementos criativos do autor a partir das experiências que vivenciou. O importante é como esses dilemas delineiam a tensão dramática que qualifica os lugares em que se desenrola a história no romance.

A traição de *Nostromo*, assim como o suicídio de Decoud, a desesperança de Emily Gould, a violência dos militares etc., são aspectos detectados por Conrad ao longo de sua vida que, depositados no texto, explicam a configuração fenomenológica dos lugares a partir da psicologia e dos valores expressos pelos personagens. A trama literária, portanto, define a Geografia como resultado dos fenômenos subjetivos expressos pelos personagens e situações dramáticas.

A radicalização dessa forma de abordagem acaba supervalorizando os aspectos literários e linguísticos do romance, ou seja, acaba-se por focar as análises no tipo de narrador, tempo de narração, termos da oração empregados etc. Essa decupagem narrativa pode até contribuir por meio da comparação entre os romances e demais escritos do mesmo autor, visando identificar um certo padrão de enredo e de perfil psicológico dos personagens, assim como de modelo narrativo, suas mudanças e especificidades quanto ao texto a ser analisado etc., mas corre-se o risco de reduzir o contato apenas aos textos e suas estruturas gramaticais e linguísticas, sem buscar o contato com o mundo vivido, tecnicizando os estudos e fugindo do sentido mais pleno do diálogo.

Como reação a essa valorização do texto literário, pode-se tentar ampliar o papel dos aspectos geográficos em dado romance a partir da delimitação dos mecanismos de leitura aos textos em diálogo, visando identificar na narrativa da obra a expressão de entendimento de uma Geografia científica a priori eleita como verdadeira e acabada. Nesse caso, analisam-se personagens, seus comportamentos e ações, bem como as tramas e condições psicológicas esboçadas, a partir dos determinantes físicos da paisagem dos lugares em que a história se desenvolve. É como se uma noção já estabelecida de Geografia, aquela empiricamente presente e definida pelo discurso científico, se reverberasse na obra literária analisada e se colocasse ali como elemento delineador das ações e comportamentos a serem apresentados pelo narrador no texto artístico.

Sulaco, por exemplo, é uma província modorrenta, isolada pelas altas montanhas a oriente, cercada por vastas florestas equatoriais ao norte e ao sul, tendo o oceano Pacífico a ocidente. A localização próxima à linha do Equador e a ausência de ventos no golfo Plácido, que delinea a costa litorânea da província, acabam por explicitar as condições de solidão, atraso e psicologia da população local. O desamparo e a falta de perspectivas só podem ser combatidos com a energia e o poder econômico das grandes potências, mas seus representantes ao chegarem a Sulaco terão que enfrentar não só o clima quente e úmido, mas as práticas usuais de sobrevivência nesse meio desestimulante e inóspito.

Mais que pano de fundo neutro, a paisagem ou meio físico surge aqui como uma espécie de divindade caçoísta movimentando os cordeis da ação dramática. Afinal de contas, é a calmaria do golfo que provoca a situação de crise fixada no romance [...] Da imbricação da paisagem com a dramática da narrativa [...] atmosfera física feita também atmosfera emocional, moral, do tempo e do lugar (PAES, 1991, p. 467-469).

Esse condicionante das condições físicas da paisagem no ambiente de Sulaco interfere sobremaneira no desenrolar da história no romance,

um exemplo marcante é o episódio do naufrágio do barco que iria levar a prata para os investidores estrangeiros. Este ocorre devido à total falta de vento no golfo, assim como pela pouca luminosidade da noite na província, escurecida pelas altas montanhas dos Andes que barram as nuvens sobre o céu. O calor e a solidão do lugar afetam as pessoas a tal ponto que Decoud, sozinho na áspera e vazia ilha Isabel, não resiste aos seus próprios medos e mentiras, acaba se matando, enquanto Nostromo sente o peso da atmosfera de solvência e decomposição das formas de vida e opta em mudar seus valores para não acabar como Decoud, ou como os demais trabalhadores bêbados e frustrados da cidade, escondendo a prata para si.

Muitos pesquisadores que assumem essa forma de abordagem tendem a enriquecer suas análises por meio da elaboração de desenhos em perspectivas dos ambientes em que a história do romance se dá. No caso de Nostromo, além dessa possibilidade, pode-se fazer mapas da cidade e da província de Sulaco, assim como do país de Costaguana, estabelecendo a localização dos principais pontos, prédios e recursos, do relevo e vegetação e dos sistemas de transporte, assim como organizar tabelas relacionando os locais em que as ações se desenrolam com os comportamentos e reações dos personagens, estipulando o peso dessa Geografia na psicologia e história ali presente.

Essas duas formas de interpretar a relação Geografia e Literatura, no caso do livro aqui abordado, entendem essa relação a partir dos aspectos subjetivos e éticos dos valores e ações dos personagens em conformidade com os lugares. Essas maneiras de abordar podem, como acabamos de ver, priorizar a perspectiva do texto literário sobre o geográfico, como no primeiro caso em que as experiências do autor condicionam os elementos psicológicos e morais que acabam por dar sentido aos ambientes, ou podem partir de uma Geografia anteriormente definida e priorizar o texto desta geograficidade como causa física a explicar os comportamentos dos personagens e as formas das ações presentes no texto literário.

Ambas as leituras são ricas em possibilidades, mas tendem a restringir a necessidade de diálogo entre essas linguagens apenas aos elementos circunscritos aos dois textos, fazendo com que ora o texto geográfico seja o objeto do literário, ora ao contrário, um apenas servindo para comprovar a superioridade do outro.

Tal redução aos textos em si pode desdobrar numa total impossibilidade de troca de referenciais quando se classifica o texto literário como não atendendo aos pressupostos do que se entende por dada geografcidade, ou quando, ao contrário, parte-se do parâmetro que para se efetivar tal contato é necessário que a obra literária atenda aos referenciais canônicos de um modelo verdadeiro e clássico de Literatura.

Quando um ou ambos não cumprem com os pressupostos definidores do que vem ser o conhecimento científico a priori estipulado como geográfico e/ou não corresponde ao que se idealiza como obra artística literária, conclui-se que os referidos textos não podem estabelecer contatos. Dessa forma, nega-se a possibilidade de entendimento e diálogo, os quais devem se dar a partir do fundamento na vida dos seres que produzem conhecimento, eliminando tal necessidade em prol de um jogo de palavras que objetivam confirmar a verdade a priori estipulada.

Diante de todos esses exemplos até agora trabalhados⁷, optamos em exercitar um caminho interpretativo a partir de nosso entendimento de que esse diálogo deve se dar pelo contexto do mundo que vivenciamos, como forma de fundamentar tanto os significados presentes na obra literária quanto da leitura geográfica mais pertinente para nós hoje.

Nesse ponto, podemos usar de aspectos das análises anteriormente apontadas, mas não de forma a insistir numa dada concepção de Geogra-

7 lembremos que os mesmos estão apresentados como modelos ideais e tipológicos, não necessariamente eles se limitam ao enquadramento aqui desenvolvido, pois não podem ser entendidos como autoexcludentes, já que o emprego de um não necessariamente significa o repúdio do outro, podendo, em muitos casos, um complementar ao outro

fia que almejamos ali encontrar, ou de se buscar a interpretação definitiva do que o autor quis dizer, ou do que o texto literário está a falar em sua essência fundamental, mas apenas como veículo de melhor ler, através dos silêncios e ocultos, das sombras e esquecimenotos, com objetivo de enriquecer os referenciais geográficos com elementos literários para e com o mundo.

A obra literária não precisa apresentar elementos do que consideramos a priori como geográficos para ser analisada, nem necessariamente expressar padrões do que se estipula canonicamente como alta Literatura, pois o sentido geográfico há de se produzir a partir do contato com dada narrativa literária em decorrência das condições em que o leitor se coloca e busca melhor se posicionar no mundo, no contexto em que esta leitura está se dando a partir de quem lê e não necessariamente como resultado dos textos em si.

Para tal, pode-se até, como estipulam algumas práticas interpretativas anteriormente apresentadas, enriquecer de informações que auxiliem a melhor compreender o contexto em que a obra foi elaborada. Isso significa identificar o momento histórico em que o autor estava produzindo sua arte, notadamente os aspectos políticos e econômicos mundiais e próximos ao ambiente vivenciado pelo mesmo, assim como levantar as fontes de pesquisa que ele fez para montar seu enredo e definir seus personagens⁸.

8 No caso de Nostromo, o período histórico, aquele que antecede a Primeira Guerra, tendo em vista a crise do modelo imperialista de controle territorial, notadamente o Império Britânico, complementar aos conflitos éticos e existenciais do autor, devido suas experiências com o movimento de libertação da Polônia, a morte dos pais, sua busca por um sentido na vida por meio das viagens aos locais mais distantes do globo. Tudo isso contribuiu para que o enfoque do romance fosse polifônico, realocado para a América do Sul na segunda metade do século XIX, mostrando a ascensão do imperialismo norteamericano. Essas mudanças se deram pelo contato de Conrad com livros sobre a Guerra do Paraguai, escritos por ex-combatentes do conflito, assim como pela história que ouviu, quando jovem, de um marinheiro que havia roubado o tesouro de uma jovem nação da região, a qual havia lhe pagado para

Como boa parte dessas informações já foram apontadas nos exemplos anteriores, além do aspecto de, apesar de contribuírem, não serem fundamentais para o tipo de diálogo que propomos aqui, vamos nos ater ao que mais nos interessa. Em primeiro lugar, é necessário identificar no texto a ser trabalhado a imagem dominante ali presente. Essa dominante será eleita a partir do tipo de olhar que se almeja exercitar, no nosso caso o geográfico.

A dominante é, como todos os demais elementos do texto, um índice, porém é aquele que ‘governa, determina e transforma’ os demais [...] A eleição de uma dominante desperta a atenção para o ambiente espacial, para o texto que nos envolve, porém ela é estratégica...(FERRARA, 2007, p. 33).

A dominante é a imagem produzida a partir da forma com que o leitor se posiciona para ler o texto literário, sendo essa forma decorrente dos aspectos que o incitam a elaborar tal perscrutação, ou seja, aquilo que no contexto do mundo vivido o leva a interrogar o mundo presente no texto lido.

Essa dominante, portanto, é uma imagem que não necessariamente está explicitada em palavras no texto, mas surge a partir do contexto espacial do texto, enquanto narrativa, no contexto espacial em que o leitor está inserido/criando, ou seja, ela se manifesta a partir das entrelinhas, dos escuros do texto, do que não está claramente manifestado ali, mas se

garantir ajuda em prol da independência. Muitos outros aspectos podiam aqui ser levantados, mas o principal, segundo os escritos de Conrad, este foi o romance mais difícil de elaborar, o que mais lhe causou angústias, tendo em vista as parcas condições financeiras, as dívidas e problemas de saúde. A elaboração do romance vivenciou o dilema conradiano de ser um produto comercial, que desse lucro, mas que expressasse os questionamentos do autor quanto as mudanças dos valores morais e da lógica do projeto civilizatório que estava percebendo no início do século XX. Mais detalhes ver: Lima, 2003; Nogueira, 1966; Conrad, 1991; Said, 1995; Bradbury, 1989.

encontra nas sombras, no inconsciente do coletivo que envolve o leitor a partir dos buracos e esquecimentos deixados pelo autor/narrador.

Esse aspecto de leitura entre aquilo que ali está escrito e o que está oculto é conceituado por Luiz Lima como “inconsciente textual”.

O inconsciente textual, por certo, não parte do zero, mas aí não se deposita por efeito de ações do autor [...] É óbvio que é o autor que o formula. Negamos, contudo, que o inconsciente do texto seja produto da transitividade com alguma instância das zonas psíquicas que diferenciam o autor como sujeito particularizado. O autor antes seria aquele que desvela transe e impasses que capta confusamente em seu tempo. Por isso, para ser compreendido, é preciso que a fisionomia do tempo tenha mudado. Desse modo, o que se implantou no texto diminui seu caráter vago e confuso e aparece, para um leitor depois, passível de ser combinado a outros elementos – mesmo que já tivessem sido formulados em seu tempo originário. (LIMA, 2003, p. 323-324).

O contexto espacial no tempo em que a obra foi elaborada passa a ser redefinido a partir dos aspectos ocultos e esquecidos, os quais tornam-se manifestos a partir das condições espaciais em que se dá a leitura do texto atualmente. Esse inconsciente textual é o ambiente espacial presente no texto que passa a ser um elemento do diálogo no agora em que está sendo lido. Para tal, comparar os textos e contextualizar os mesmos são procedimentos que contribuem para o inconsciente textual torne mais clara a dominante imagética.

Para a Geografia, a dominante é uma imagem que cobra dadas qualificações para ser interpretada paisagisticamente, ou seja, deixa de ser uma imagem indicial e torna-se a paisagem possibilitadora de significados da ordem espacial que atualmente podemos elaborar. Nesse aspecto, não são necessariamente os lugares e a fisicidade paisagística dos ambientes as dominantes geográficas, mas qualquer objetivo, situação e personagem podem expressar a dominante imagética que, num jogo de análises escalares,

venha a se manifestar como paisagem a apontar os aspectos da lógica territorial hodierna, cobrando de nós elementos que nos auxiliem a melhor orientar e localizar no mundo.

A partir das análises de Lima (2003) e comparando os personagens e ações em *Nostromo* com outros romances do mesmo autor, notadamente em *Coração das Trevas* e *Lord Jim*⁹, podemos eleger como imagem dominante geográfica o “desvio do horror”. No romance aqui analisado em nenhum momento algum personagem fala a palavra horror, nem se coloca explicitamente essa questão, contudo, ao compararmos com o sentido tomado por “horror” em outros romances de Joseph Conrad, percebemos o inconsciente textual. No contexto espacial em que estamos vivendo, estabelece essa ideia como determinante na narrativa de *Nostromo*, mas como desvio em relação ao mesmo termo nos demais romances.

Em *Coração das Trevas* (CONRAD, 2008) podemos perceber que o horror é o elemento principal do romance, mas o horror enquanto loucura a envolver o civilizado branco europeu quando se isola da suposta segurança da racionalidade urbano/industrial e adentra as fronteiras de territórios selvagens. A lógica civilizatória acaba sendo transformada no contexto daquele espaço movido por outros interesses e comportamentos. Kurtz, personagem do referido romance, é o exemplo de como o branco supostamente equilibrado e “intelectualmente superior”, ao mergulhar no mundo da barbárie ao invés de organizar o arranjo territorial do mesmo segundo os padrões administrativos do Estado-Nação, em troca da exploração do marfim, acaba absorvido por essa espacialidade, sendo devorado e encontrando solução na loucura e na morte.

9 Poderíamos arrolar muitos outros livros e contos de Conrad, tais como *O Negro* e *o Narciso*, *Vitória*, *Sob o Olhar do Ocidente* etc., mas pela reconhecida qualidade de *Coração das Trevas* e *Lord Jim*, vamos nos ater a esses dois, pois catalisam os aspectos centrais dos temas e processos narrativos adotados por Conrad ao longo de sua obra.

Em Lord Jim (CONRAD, 2002) o horror que acomete o branco europeu, sempre crente de sua superioridade racional e ética frente aos povos tidos como selvagens e “incivilizados”, é decorrência de determinadas situações em que acaba fraquejando e toma atitudes covardes, como aquelas que condena nos considerados inferiores. O horror é a consciência disso, qual seja, na tentativa de provar para si mesmo que seus valores civilizatórios, pautados na ideia da veracidade inquestionável da racionalidade ocidental, como garantia de uma vida melhor para todos, há de triunfar, contudo, a cada passo na busca de correção de seus erros, nos mais longínquos locais do planeta, vai percebendo ser esse ideal irrealizável, só resta o desespero e a ruína.

O comum ao sentido de horror presente nesses dois romanes, apesar das especificidades, se encontra na impossibilidade e limites do projeto civilizatório, do rigor racionalizante a enclausurar as ações e referenciais dos brancos europeus num imperativo ético que, ao ser imposto aos demais povos e culturas, acaba se corrompendo ou demonstrando sua inviabilidade para o conjunto do planeta. Esses eram os dilemas que Conrad vivenciava enquanto marinheiro britânico a tentar fortalecer os laços econômicos e culturais com os mais diversos povos e grupos culturais na Ásia, África e Oceania. Percebia nesses contatos a reprodução da mesma violência e ignorância que levaram seus pais à morte.

Em Nostromo o horror se diferencia do apresentado nesses romances, não que tivesse acabado essas práticas e conflitos, mas pelo aspecto de se conviver com jovens repúblicas independentes da América do Sul, as quais almejavam sair do atraso político, econômico e cultural a partir da reprodução em seus territórios do modelo europeu de desenvolvimento e de relações civilizatórias modernas. Ao olhar para essas tentativas, Conrad acabou por expressar, no inconsciente textual, a singularidade do horror nesses novos territórios.

As relações econômicas do mercado capitalista estavam em crise e o modelo de exploração pautada na lógica do domínio colonial se apresentava desgastado, além de propiciar constantes atritos bélicos entre as nações imperialistas, o que inviabilizava a realização do processo acumulativo em larga escala. Diante disso, o modelo norteamericano de controle territorial demonstrava ser mais eficiente e inovador. Isso Conrad deixa transparecer em seu romance, pois o domínio dos EUA sobre os países latinoamericanos não significava necessariamente o controle direto dos territórios, que exigia altos custos e capacitação de profissionais a serem mantidos distantes do centro político, mas por meio de acordos políticos escusos e suborno dos líderes políticos locais, garantir a estabilidade necessária para realização de seus interesses econômicos.

Mais do que isso, o foco do processo de controle econômico dos territórios dependentes tornou-se mais delimitado e objetivado com os EUA. No império britânico, assim como o francês, o alemão, o belga, o italiano, russo etc., além da exploração das riquezas econômicas, o controle in loco dos territórios se justificava por expandir um projeto societário, estabelecendo assim normas de condutas e valores comuns para toda a extensão do planeta. Os EUA não tinham necessariamente essa intenção civilizatória, seus objetivos eram imediatos e circunscritos aos aspectos econômicos, de investimento financeiro e tecnológico com retorno e realização dos lucros o mais rápido possível. Muito mais pragmático e utilitarista.

O horror advindo dessa nova forma de domínio, portanto, não se dava em decorrência dos conflitos éticos e existenciais do projeto civilizatório frente aos demais valores expressados por povos e culturas resistentes ao modelo racionalista ocidental europeizante, mas se manifesta a partir das condições com que os indivíduos se colocam frente a esse novo arranjo acumulativo, voltado explicitamente para os aspectos monetários.

O poder do dinheiro, no romance simbolizado pela prata, passava a ser o determinante a envolver e igualar, pela lógica do mercado, a todos os seres humanos, destituindo valores éticos e humanitários, seja para o bem ou para o mal, de qualquer relação social, as quais se fetichizam pela mercadorização de tudo e de todos. Eis a meta da exploração econômica renovada pelo imperialismo dos EUA.

Essa meta tem um duplo resultado: na frente social, o mundo fixa-se na produção de fetiches, na frente individual, o afeto seca e se converte em pasto de tragédia. É dentro desse emaranhado que se configura o inconsciente textual que germina em nossos dias (LIMA, 2003, p. 325).

A leitura possível do romance de Conrad, portanto, efetiva-se no contexto espacial vivenciado por nós atualmente. Nesse sentido, podemos perceber por entre os escritos e o contexto espacial expresso na época retratada no romance, passando pelas condições em que o mesmo foi escrito, os aspectos que hoje se colocam como imagem determinante de nossa espacialidade, qual seja, o horror enquanto fator que retira os valores humanos, por mais conflituosos que sejam, das disputas pela autodeterminação dos povos em proveito da uniformização e eficiência da mercadorização fetichizada de nossas ideias, comportamentos e formas de relação, tanto pública quanto privada.

Conrad não escreve isso nem deixa explícito, mas ao projetarmos nosso olhar sobre o texto podemos interpretar tal possibilidade a partir de determinadas cenas e personagens. Por exemplo, quando Emily Gould, após a morte de Nostromo, consola Giselle, amante do finado, analisa as condições em que se encontra seu casamento a partir das posturas tomadas por seu marido Charles para preservar o lucro da mina de prata e contentar os investidores norte-americanos, dos subornos e acordos ilícitos estabelecidos para manter a exploração, explicita o seguinte.

- Console-se, filha. Logo ele a teria esquecido por seu tesouro.
- Senhora, ele me amava [...]
- Eu também fui amada (CONRAD, 1991, p. 451-452).

Na relação dos personagens Emily e Charles Gould vamos percebendo como a senhora Gould toma, de forma dolorosa, consciência de que Charles, em nome da memória do pai, de garantir a estabilidade da família, de contribuir para o crescimento do país, vai se afastando das relações afetivas e familiares, tornando-se um ser escravo da mercadoria que explora e negocia. Em nome dela, da realização fetichizada de seu ser através dos ganhos econômicos, pelo aumento de capital e riqueza financeira, aceita tomar atitudes das mais baixas e desprezíveis, rompendo com os valores éticos e morais que Emily julgava serem pertinentes aos povos mais civilizados, como ela e seu marido deveriam pedagogicamente expressar em meio a essas terras ainda jovens e bárbaras da América do Sul.

Pela relação escalar da vida privada de dois personagens, expressa-se o conflito de valores que fundamentam duas lógicas imperialistas, a britânica e a norteamericana, sendo que a segunda se apresenta com mais eficiência no processo de controle e exploração dos territórios periféricos. As consequências dessa ascensão do imperialismo da América do Norte vivenciamos claramente hoje em dia por meio da massificação do consumo, do poder imperialista da indústria cultural norteamericana, dos atuais conflitos que envolvem as relações humanas frente a um mundo fragmentado de relações familiares dispersas e muitas vezes vazias.

O mesmo podemos inferir a partir da comparação de outros dois personagens: Nostromo e Decoud. Enquanto Decoud representa a elite sulamericana progressista, que desejava a reprodução dos valores civilizatórios europeus nesses novos territórios, Nostromo expressa a dificuldade das classes populares em construir um projeto de sociedade alternativo ao modelo ocidental hegemônico. Quando ambos se veem responsáveis

pelo transporte da prata, a qual garantirá a autonomia da nova nação, não sabem lidar com o sentido do dinheiro ali representado.

Decoud, movido por valores tradicionais de suposta superioridade civilizatória, não consegue ver perspectiva, quando isolado na ilha Isabel, quanto ao futuro. Se para conseguir o amor da bela Antônia precisava comprar a liberdade do país com o dinheiro advindo da exploração da mina, à custa dos trabalhos dos pobres e miseráveis de Sulaco, com o fim da prata e a derrota para as forças insurgentes, jamais conseguiria comprar seu direito à autodeterminação. Por ser extremamente dependente dos valores e poderes estrangeiros, não consegue ver perspectivas a partir da realidade local; e acaba se matando.

A atitude de Decoud é a paisagem das posturas das elites políticas e econômicas dos países sulamericanos, muito mais voltadas para os seus interesses particulares e totalmente despreparados para administrar os territórios de seus países; extremamente dependentes das diretrizes externas, fazendo com que as jovens nações mergulhem constantemente em crises e em revoltas que não conseguem gerenciar. O sucídio de Decoud é a postura suicida das elites da maioria das nações latinoamericanas em relação às riquezas de seus territórios.

Nostromo representa a contraparte de Decoud, os sujeitos que não nasceram em famílias ricas, mas que, ao se sentirem explorados e usados pelas elites locais, acabam se insurgindo. No entanto, ao invés de articularem propostas alternativas de gerenciamento territorial e de suas riquezas, optam por atitudes individuais e egoístas em prol do enriquecimento rápido e fácil.

Se Decoud, legítimo representante da antiga aristocracia crioula, não resiste às mudanças de valores em que a quantidade de dinheiro vale mais que a tradição e a moral do indivíduo, Nostromo representa a classe dos novos ricos, sem tradição ou capital cultural acumulado. Participa das novas formas escusas de enriquecimento, mas por se basear na especula-

ção, no roubo, na capacidade de enganar o outro, corre o risco de perder tão rápido quanto ganhou o dinheiro roubado. Isso que acontece com Nostromo, morto por ser confundido com outro, justamente porque abriu mão de sua própria identidade para comprar uma outra, agora definida pelo poder fetichizante do capital.

Ao vermos atualmente, a partir da paisagem delineada por essa imagem presente nas entrelinhas do texto conradiano, percebemos a lógica da produção da territorialidade a fundamentar os processos atuais de relação de trabalho, ou seja, produzimos uma espacialidade pautada na competitividade desenfreada, fazendo com que os indivíduos busquem a sua realização por meio do rápido acúmulo de dinheiro e de bens mercadológicos, sendo que para isso as relações humanas devem ser fetichizadas pelo poder ilusório da mercadoria, pela capacidade de se vender como força de trabalho mais competente e eficiente produtivamente.

Tal postura e valores reverberam na disputa entre os sexos por mercado de trabalho, entre alunos por melhores notas nas salas de aula, entre filhos por presentes mais sofisticados tecnologicamente, entre os amigos por ter um carro mais potente etc., ou seja, em cada lugar em que exercemos nossa existência, delimita-se uma regionalização de valores e formas de leitura do território a partir da capacidade individual de enganar o próximo e assim auferir ganhos econômicos e acúmulo de bens mais modernos e vazios.

Podemos inferir da atitude de Nostromo uma prática comum atualmente, a qual inviabiliza qualquer projeto societário mais justo e saudável para o coletivo humano. Uma sociedade que se pauta em relações hegemônicas de competição e destruição do outro tende ao mesmo fim simbolizado pela morte de Nostromo. Ao tentar mudar de nome imagina encontrar sua identidade, mas só conseguiu instaurar a esquizofrenia do ser, dividido entre dois mundos, entre dois amores. Ele morreu porque não sabia mais quem era, e não sabia porque negou os referenciais territoriais que o

permitted to say where they were and where they wanted to go while being human.

Tanto Decoud quanto Nostromo não conseguiam mais ler a paisagem a partir do contexto espacial presente na lógica de produção daquela territorialidade. A consequência disso foi a perda de referenciais de localização e orientação que viabilizavam o sentido de identidade própria e de pertencimento com aquele local. Diante disso, a morte é iminente.

Hoje, ao lermos o romance de Conrad, podemos pegar essas imagens enquanto personagens (Decoud, Nostromo, Emily, Charles etc.) assim como suas ações e ideias expressas no contexto espacial da história ali narrada e qualificá-las enquanto paisagens que denotam o arranjo territorial vivenciado por nós atualmente. Por entre os ditos e não ditos, pelas sombras e esquecimentos, por meio do inconsciente textual e das dominantes imagéticas, podemos elaborar interpretações que servem para melhor nos orientarmos e nos posicionarmos na complexidade do mundo hoje, a partir do lugar em que estamos. Eis o que podemos elaborar de leitura geográfica a partir do texto literário, ou seja, evitarmos reproduzir o horror paisagisticamente interpretado a partir de Decoud e Nostromo.

Referências Bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: HUCITEC, 1990.

BORNHEIM, Gerd. A descoberta do homem e do mundo. In: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRADBURY, Malcom. **O mundo moderno**: dez grandes escritores. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: dialogismo e construção de sentido. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2005.

BRANDÃO, Luis A. **Grafias da identidade**: literatura contemporânea e imaginário nacional. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina/Fale (UFMG), 2005.

BROSSEAU, Marc. **Des romans-géographes**. Paris: L'Harmattan, 1996.

CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio W. (Orgs.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EdUSP, 1993.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo.

CONRAD, Joseph. **Nostromo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Lord Jim**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

_____. **Coração das trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CORREA, Roberto L. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ELLMANN, Richard. **Ao longo do riocorrente**: ensaios literários e biográficos. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FERRARA, Lucrecia D'A. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

FERRAZ, Cláudio Benito O. **Geografia e paisagem**: entre o olhar e o pensar. 2002, 346 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

FERRAZ, Cláudio Benito O. **Linguagens geográficas**: cinema e literatura no diálogo com o discurso científico da geografia. Projeto de Pesquisa. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007-2010.

FRANK, Joseph. **Pelo prisma russo**: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo: EdUSP, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**: a virada hermenêutica, v. II. Petrópolis, Vozes, 2007.

GRODIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo, UNISINOS, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2003.

HORGAN, J. **O fim da ciência**: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

LIMA, Luiz C. **O redemunho do horror**: as margens do ocidente. São Paulo: Editora Planeta: 2003.

MONTEIRO, Carlos A. F. **O mapa e a trama**: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis EdUFSC, 2002.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu moderno**. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOGUEIRA, Hamilton. **Linhas de sombra**: um estudo sobre a obra de Joseph Conrad. Rio de Janeiro: Record, 1966.

PAES, José P. Posfácio. In: CONRAD, Joseph. **Nostromo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial**: entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

POULET, Georges. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1992.

RAMA, Angel. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

SANTOS, Douglas: **O que é geografia?** Texto inédito e apostilado. 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOMMER, Dóris. **Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

STEINER, George. **Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem**. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

O ESPAÇO, O TEMPO E O HOMEM EM “SAGRADA ESPERANÇA”

Renato Suttana

E já que tenho de exprimir uma opinião, gostaria que tudo quanto fosse dito para o nosso povo pelos agentes mais capazes da cultura angolana, representasse o desejo e as formas de expressão do povo. (Agostinho Neto, discurso na cerimônia de posse do Corpo dirigente da União dos Escritores Angolanos, 1979)

Espaço e tempo: coordenadas

A universalidade da lírica, já dizia Adorno, tem relação com a sua profunda inserção social. Do mesmo modo como não se supõe mais ser possível ler uma obra literária tomando-a como uma espécie de absoluto, isto é, isolando-a das circunstâncias sociais e culturais em que surge ou que a possibilitam no tempo e no espaço (e suspendendo-a sobre o momento histórico do qual participa), assim também não é possível compreendê-la a não ser como uma confluência de fatores, dos quais o autor, o leitor e as palavras que a compõem são momentos constitutivos e dialogais. A obra advém da cultura e a ela retorna de algum modo. Nessa trajetória, o sentido – o que chamamos de sentido – se forma, quer na submissão, na reprodução dos conteúdos ideológicos sedimentados e vigentes no

universo da vida e das ideias, quer na revolta e no desejo de transformação, que dão ao ato da escrita um caráter de risco e de aventura sem garantias.

Observa-se uma dupla polarização, que transforma o ato da escrita numa escolha, convertendo-se aquele que escreve ora num construtor de sentidos (que se querem novos), ora num mero repetidor ou “mimetizador” de gestos, cuja intenção parece condenada a fracassar na ingenuidade da tentativa. A leitura de *Sagrada Esperança*, de Agostinho Neto, exige que nos aproximemos desse livro com os olhos voltados para a primeira vertente, a do construtor, pois é a partir do esforço de situar o escritor entre as coordenadas temporais e espaciais de sua trajetória que caminharemos em direção à ideia de *homem* que na obra se propõe ou que ela tem a propor. Com isso, buscamos compreender tanto o que a obra pode dizer, quanto o modo como os dados da existência concreta se configuram nela – dados que apontam para um diálogo necessário e constante com o mundo que a rodeia:

O poema angolano quase sempre toma uma posição perante a realidade social. Vemo-lo revoltado, ansioso, rejubilante por contribuir para a construção de uma vida harmoniosa entre os homens¹.

Para tanto, seria conveniente ouvir algumas sugestões, como as que nos oferece Octavio Paz, em seus escritos sobre poesia, ou aquelas que são aventadas pelo brasileiro Alfredo Bosi – autores que, embora tratando de situações diferentes e imersos em preocupações que até certo ponto os distinguem e distanciam um do outro, dada a diversidade de seus projetos, apresentam alguma afinidade com a poética que supomos ser a de Agostinho Neto. Para Octavio Paz, a obra literária se apresenta, antes de tudo, como um *ato*, um acontecer que surge na história e que é por ela

1 Agostinho Neto, Introdução a um colóquio sobre poesia angolana, 1959.

determinado, mas que tem também, a seu modo, o dom de se manifestar como um *começo*, como um acontecer primordial que se inaugura na história e que nela acontece, aparecendo como absoluta novidade ou renovação (Cf. PAZ, 1972, p. 54-55). Já para o crítico brasileiro, a obra poética se dá a ver como espaço do humano e da resistência aos desgastes a que o humano está sujeito – espaço onde se trava o combate contra as alienações do mundo moderno e contra as diversas instâncias da dilaceração que mais e mais se impõem como um fardo ao homem contemporâneo (Cf. BOSI, 1990, p. 141-155).

Neste aspecto, cumpre apostar, por assim dizer, numa certa universalidade da poesia, entendendo-se o termo no sentido de que o homem que se manifesta em obra é o homem cultural e socialmente situado, mas também o homem em suas determinações existenciais menos palpáveis ou mais gerais – sem, no entanto, perdermos de vista o caráter político que se acentua e se concretiza, mais especificamente, na escrita do poeta angolano. Assim, se tivéssemos de fazer uma afirmação generalizadora para situar um ponto de partida para nossa abordagem de *Sagrada esperança*, teríamos de assumir que os poemas do livro – em sua franqueza de linguagem, em seu despojamento de artifícios e em sua aparente economia de recursos, para não falar do seu desprezo quase exasperador por aqueles efeitos que consagram muito mais a retórica do que a própria poesia – suscitam uma dupla tarefa do olhar. Eles solicitam, por assim dizer, que se faça um esforço de caminhar em direção à obra, perquirindo-a na sua intimidade, em busca da sua voz única e inconfundível, e também daquilo que supomos ser a sua constituição interna. Igualmente, exigem um olhar outro, dirigido para fora da obra, para as circunstâncias e para o espaço onde se situa e para o qual está voltada, dialogando incessantemente com as instâncias sociais, culturais e éticas que a determinam.

De fato, tal perspectiva parece fazer jus a um livro de poemas que se abre com uma invocação da Mãe-terra e com um pensamento das origens:

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram) (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 47.)

Esse poema (“Adeus à hora da largada”), colocado no início, fixa, de modo impressionante, certa “tonalidade” que se descobrirá depois em todo o conjunto, marcado pelos gestos de uma escrita que deve evoluir da noção de “exílio” e de “partida” para as ideias de “reencontro” e de “voz igual”, a se concretizarem no “amanhecer” do grande sonho realizado. De um extremo ao outro, ligando-os e entrelaçando-os, situa-se a própria *esperança*, que se faz *sagrada* na medida em que se configura como uma esperança coletiva, da qual o indivíduo partilha, tirando dela o seu alento e emprestando-lhe sua voz:

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida (Ibid., p. 2.)

Quem é o homem que fala nesses trechos e como ele se projeta em tal espaço, que lhe devolve a resposta na forma de um ente coletivo representado pela presença de “nós”? Pires Laranjeira, com respeito ao percurso histórico da chamada literatura africana de língua portuguesa, afirmou estarmos diante de uma literatura que “surge com a necessidade de cumprir dois desejos solidários”:

– a expressão e a liberdade –, impraticáveis no quadro do sistema colonial, que assenta na usurpação da terra e do poder, na proibição da expressão e no corte das liberdades sociais e políticas (LARANJEIRA, 1985, p. 125).

São dois desejos, portanto, que contaminam a escrita, entrelaçando-se numa relação que é, antes de tudo, de solidariedade e procura do outro.

Abre-se, por essa via, a perspectiva de um diálogo, que se dará entre o homem-escritor e o espaço onde se insere, de onde tira todas as imagens de seu ser-homem no mundo e de sua história no tempo. Uma tal escrita, sendo busca de expressão e liberdade, se dará, assim, em princípio, como “mensagem” a ser compartilhada com os outros. Não se trata de uma interrogação solitária acerca da própria identidade. Trata-se de um projeto de inserção e atuação efetiva no mundo, projeto a partir do qual a identidade se afirmará na medida em que se construir a si mesma e se realizar como história. Se há qualquer cisão, esta acontece não na raiz do *eu* que se manifesta, mas no espaço mesmo onde esse *eu* se localiza e que o obriga à interrogação.

Temos, para ilustrar a situação, o “comboio africano” que atravessa, *lento e caricato*, a paisagem de sua própria incapacidade, isto é, de um cerceamento de ordem social e existencial que o impede de reconhecer plenamente essas raízes culturais que lhe conferem sentido: “chia que chia”, “grita e grita”:

Muitas vidas
ensoparam a terra
onde assentam os rails
e se esmagam sob o peso da maquina
e o barulho da terceira classe (AGOSTINO NETO. 1987, p. 60)

Ouvimos também, no mesmo poema, manifestar-se uma espécie de confronto entre a ancestralidade cultural africana e a imagem do “progresso” incorporada pelo comboio, o qual não vem para integrar duas culturas ou estabelecer um colóquio, mas que surge tão-somente como um símbolo a mais dos interesses e da rapinagem invasora: “Lento caricato e cruel / o comboio africano.”

A consciência de um descompasso e da impossibilidade de integrar sem conflitos os espaços culturais do colonizado e do colonizador se insinua

ainda, para insistirmos nela, noutro poema, intitulado “Quitandeira”, onde nos deparamos com o homem nativo que, até certo ponto, vê o seu trabalho como um esforço

(...) oferecido
à segurança das máquinas
à beleza das ruas asfaltadas
de prédios de vários andares
à comodidade de senhores ricos
à alegria dispersa por cidades (Ibid., p. 62)

Quanto à sua própria situação, ele tem apenas que constatar:

e eu
me fui confundindo
com os próprios problemas da existência

Já no poema “Confiança”, a problemática dos espaços inconciliáveis se manifesta na forma do sujeito historicamente disperso:

O oceano separou-me de mim
(...)
Na minha história
existe o paradoxo do homem disperso²

Concomitantemente com essas questões e de certa forma iluminando-as e aprofundando-as, aparece, localizada no cerne da experiência, a consciência de que se vive num tempo cindido, isto é, de que

.....
2 Idem, ib., p. 79. A respeito dessa questão, Maria Aparecida Santilli (1985, p. 69) assinala: “Os vetores da agregação dos africanos colonizados ou expatriados passam a assentar-se, então, na raça comum, índice de uma tipologia da união, em face de sua diversificada situação no mundo, índice de uma topologia da separação.” Também Salvato Trigo (s/d, p. 69-70) observou: “Com efeito, o homem africano, cuja diferença essas literaturas afirmam e defendem, é um ser, cultural e psicologicamente, dividido.”

o presente e o passado não podem integrar-se num todo. Para dizê-lo de outro modo, poderíamos afirmar, com Bosi (1990, p. 123), que o encontro de tempos heterogêneos, sendo característico da própria poesia, assume nela – e em especial, diríamos, na poesia de Agostinho Neto – um aspecto dilacerado, principalmente no que diz respeito a certas manifestações da lírica moderna. Há, para Bosi, o tempo descontínuo da experiência histórico-social, presente no ponto de vista da cultura e da ideologia; há o tempo da “figura”, que acarreta para o poema o mundo-da-vida e da concreção; e há o tempo cíclico da expressão ritmada do poema, inerente ao próprio discurso que a voz do poeta põe em movimento. A consciência, quando se volta para a escrita, volta-se para a sua própria temporalidade. E é na imbricação das várias dimensões temporais que o poema se abrirá. Ou, para citarmos palavras do próprio Agostinho Neto, que corroboram nossas intuições:

Todos nós, creio que concordamos em que o escritor se deve situar na sua época e exercer a sua função de formador de consciência, que seja agente activo de um aperfeiçoamento da humanidade³.

Em *Sagrada esperança* há o tempo do presente, marcado pelas dicotomias insolúveis que a realidade histórica apresenta para o homem, até o ponto de transformá-lo (o tempo) em seu próprio inimigo. Aqui, o trabalho criador está sujeito às forças da alienação e da espoliação. Há também o tempo do passado, da cultura original, que permitiu uma vez ao homem elevar-se e reconhecer-se a si mesmo como um ser integrado e participante de uma cultura que o refletia, que era uma confirmação dos seus atos e dos seus projetos. E há, por fim, o tempo do futuro, de

3 AGOSTINHO NETO, Discurso no acto de posse do cargo de Presidente da Assembléia Geral da União dos Escritores Angolanos, 1977.

uma *futuridade* em que a ação criadora, gerada no presente e transfigurada pela esperança (estritamente ligada ao presente), pode mudar o curso das coisas e devolver ao homem sua integridade perdida:

Lá vai ele
o homem
com os olhos no chão
contudo
já foi senhor
já foi sábio
antes das leis de Kepler
foi destemido
antes dos motores a explosão (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 74)

Mas o tempo da escrita, qualquer que seja o caso e o sentido a lhe atribuir, será sempre o tempo do presente, sendo este, entretanto, apenas um tempo de opressão e de exílio. No poema “O verde das palmeiras da minha mocidade”, pode-se dizer que a consciência do tempo cindido e da necessidade de manter-se lúcido diante dele se dá na forma do que se poderia chamar de um mergulho no passado individual ou como um reencontro com esse passado:

Eu fugia do verde
do verde negro das palmeiras
da minha mocidade

E é, ao mesmo tempo, a consciência da desapropriação que o sujeito coletivo sofre na medida em que se torna pária na sua própria terra de origem:

Fugir!
Deixar os répteis banquetear-se nos currais abandonados
com tudo quanto criaram os anos (...) (Ibid., p. 120)

Porém, aquilo que não pode ser espoliado está na raiz da experiência, como um dos seus determinantes principais:

E nos gritos embrionários dos velhos mundos
tudo revive
esta dramática mocidade de reencontro
(p. 125)

A consciência do presente e do seu dinamismo (cujos símbolos poderíamos encontrar nas imagens do “fogo” e do “sangue”, caras à poesia de Agostinho Neto) explode por dentro a estagnação alienante das estruturas sociais. Em “Mussunda amigo”, o diálogo entre passado e presente coloca face a face os participantes do espaço cultural danificado. Reconhece-se no trabalho a possibilidade de um encontro ou de uma recuperação:

A vida a ti devo
(...)
à tua força
que transforma o destino dos homens (Ibid., p. 92).

Para Octavio Paz, sendo o tempo inerente ao próprio homem, e não existindo um tempo que esteja fora do homem e do seu agir, pode-se dizer que esse tempo nos direciona e dá um contorno de sentido àquilo que empreendemos ou projetamos:

O tempo não esta fora de nós, nem é algo que passa à frente de nossos olhos como os ponteiros do relógio: nós somos o tempo, e não são os anos mas nós que passamos. O tempo possui uma direção, um sentido, porque ele nada mais é que nós mesmos (PAZ, 1982, p. 69).

Se o poema é o momento de uma consciência que se percebe como presente, ele contém também, a partir dessa visada, o momento de

instauração de uma nova possibilidade, a qual se relaciona com o desejo de ultrapassar aquilo que, segundo Salvato Trigo (s/d, p. 70), constituiria a “fratura do eu” no homem africano, ou seja, a razão da busca de uma “alteridade” como ponto de partida para o reencontro com a identidade. Surge a necessidade do regresso, não tanto do ponto de vista de um retorno material ao que quer que seja de definitivo ou acabado, mas de um mergulho na memória destruída, de tal maneira que o ser que regressa às origens estará regressando a si mesmo e ao que ele é, como ser *humano*, social e existencialmente situado:

Acontece que eu
 homem humilde
 ainda mais humilde na pele negra
 me regresso África
 para mim (...) (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 87)

Certa mitologia do *retorno* se arma neste ponto – de um retorno eterno ao que é tanto passado quanto futuro, mas que também impregna toda a constituição do presente –, mitologia cujo sentido não poderemos explorar de maneira exaustiva, dadas as dimensões deste estudo. Para os efeitos do raciocínio, diríamos, resumindo-a, que na perspectiva de um resgate do homem no tempo está a base para a construção do futuro e para o questionamento das circunstâncias presentes que o constituem. O homem, ao olhar-se, olha para a sua própria história e a sua cultura, que é múltipla, diferenciada e única em muitos aspectos. Ao mesmo tempo, sonha reconstruir, a partir daí, um tempo que será fecundo e livre, aberto, na concepção do poeta, às manifestações mais autênticas do seu modo de ser e de agir, compreendendo-se a si mesmo como representante de um grupo ou de uma coletividade, num ideal humanístico que coloca a poética de *Sagrada esperança* no âmbito das preocupações mais relevantes da lírica moderna.

Do homem ao homem

Se há em *Sagrada esperança* um compromisso de ir ao encontro do espaço cultural danificado e uma concepção do tempo tomado como perspectiva do reencontro, pode-se dizer que essa dupla atitude se orienta no sentido de uma tentativa de fazer a aproximação entre os dados fornecidos por uma percepção que compreende o homem como *indivíduo* (papel que convém ao *eu* que fala no poema) e aquilo que se poderia chamar de uma “voz coletiva” (tanto no que diz respeito aos espaços de manifestação nacionais quanto aos internacionais), solidária com o movimento histórico e revolucionário. Temos, por um lado, a certeza do exílio, a consciência que o indivíduo tem de sua própria limitação na medida em que é apenas homem segregado (de sua terra e de pares) e a consciência ou necessidade de se compreender como participante de um esforço coletivo que transcende e transfigura os significados dos gestos individuais. Há como que uma passagem do “homem” ao “Homem”, conforme sugerem estes versos:

Nos homens
ferve o desejo de fazer o esforço supremo
para que o Homem
renasça em cada homem (...) (Ibid., p. 56)

O olhar que se dirige para fora do poema encontra o outro na confluência das coordenadas culturais e raciais do seu existir. O poema deve dar a palavra àquilo que as ideologias reprimiram ou marginalizaram. Esse movimento foi observado também por Maria Aparecida Santilli:

Quanto ao último texto referido de Agostinho Neto, instaurada a tensão entre o velho e o novo, entre o passado do qual se resgatam significados perdidos e o presente em desdobramento, completa-se o processo da significação, simbolizam-se África/Angola. As-

sim, na simbolização o passado/presente direciona-se a um devir sobre o qual se inflete a função emotiva (1985, p. 56).

Em “Velho negro”, a presença do indivíduo se confunde com a da própria raça: no homem comum vêm manifestar-se séculos e séculos de história e de opressões que se repetem:

Vendido
e transportado nas galeras
vergado pelos homens
linchado nas grandes cidades
esbulhado ate ao último tostão
humilhado ao pó
vencido sempre vencido

A temática do homem dividido adquire significado e relevância:

Velho farrapo
negro
perdido no tempo
e dividido no espaço!

Por outro lado, identificando-se com o vencido, o *eu* que se manifesta é levado a denunciar as poéticas de caráter autocentrado ou esteticista, que se fecham, por assim dizer, nas suas próprias abstrações e, incapazes de solidarizar-se com a situação do oprimido, ou dão um tratamento meramente retórico às questões fundamentais, como a do escravismo e da espoliação material e espiritual de que têm sido vítimas os povos nativos da África ao logo dos séculos, ou simplesmente as ignoram:

Ao passar de tanga
com o espírito bem escondido
no silêncio das frases côncavas
murmuram eles:
Pobre negro!

E os poetas dizem que são seus irmãos (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 64)

Seria oportuno, para esclarecer este ponto, invocar aqui as teses sobre história de Walter Benjamin, segundo as quais o que chamamos de história tem sido, em mais de uma instância, apenas uma escrita dos vencedores e, por essa razão, uma história de vencedores. Mas há um passado de ruínas – recorda-nos Benjamin – que visa sempre a um presente e que a ele se dirige, podendo ou não ser reconhecido por ele. Mergulhar no passado não é, tanto, mergulhar num tempo homogêneo e livre de contradições, mas (re)descobrir aquilo que foi subjugado e espezinhado pelo cortejo dos vencedores. Para Benjamin, o anjo da história avança com os olhos voltados para trás, vendo os destroços onde os outros só enxergam o progresso e as promessas triunfais de um desenvolvimento que não é acessível a todos (Cf. BENJAMIN, 1993, p. 222-32).

Se tem consciência disso, o poeta talvez saiba que não basta, simplesmente, dizer-se “engajado” numa causa, qualquer que seja ela, para se afirmar como participante do destino de seu povo. É preciso estar mergulhado até o fundo na cultura e no sofrimento desse povo, a fim de reconhecer nele a grande força de resistência que o caracteriza e o orienta. Mas, se a própria linguagem é motivo de cisões (“E escrevo versos que não entendes / compreendes a minha angústia?”), o *eu* que se abre para o outro sabe que na construção de um destino comum reside a possibilidade do advento de uma nova etapa na história dos homens:

Mas no espírito e na inteligência
nós somos!
(...)
Inseparáveis
e caminhando ainda para o nosso sonho (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 92)

No poema “Desfile de sombras”, são as coordenadas culturais de todo um povo que vêm ao encontro do sujeito individual. O homem passado, o homem presente e os que ainda estão por vir interpelam-se na trajetória (presente) do *eu* que se enuncia. É, pois, todo um comprometimento com a história que se delinea em tal encontro. Assim, também em “Saudação”, o poema, feito *mensagem*, parte em busca do “negro qualquer”, para saudá-lo, estabelecendo os laços do “mesmo sangue” que fortalecem o compromisso.

Julgamos ser este um dos aspectos mais relevantes a observar acerca da poética de *Sagrada esperança*, na medida em que elucida o caráter *coletivo* e *solidário* do projeto de Agostinho Neto (bem como – e certamente por isso – anticonfessional e antinarcisista), capaz de transformá-la – e essa poética – na mensagem *urgente* de um movimento de escrita que se quer historicamente situado:

Esta é a hora de marcharmos
corajosamente
para o mundo de todos
os homens (Ibid., p. 85).

Finalmente, se o poema vai ao encontro do outro, em busca de comunhão e compromisso, é justo dizer que também se acha aberto à celebração. Na introdução que escreveu para a edição de 1987 de *Sagrada esperança*, Marga Holness (1987, p. 42) afirmou que “quando evoca a paisagem africana, a sua poesia espalha a luxuriante riqueza de formas e imagens da exuberante natureza de África”. O poema, de certa maneira, acolhe o espaço que se projeta da memória, ao mesmo tempo – e talvez devido a isso – em que se encontra aberto aos múltiplos aspectos da vida nos quais a natureza aparece como possibilidade de convívio e de emancipação para a coletividade. Na fecundidade da terra e na exuberância da paisagem, passado, presente e futuro se conjugam, celebrando a vida

em seu potencial de transformação e restauração. Na própria expressão do poeta, conforme a encontramos em “Bamako”, por exemplo, é o ideal humano que se faz reflexo das forças vitais. Ali

a esperança se tornou árvore
e rio e fera e terra
ali a esperança se vitória amizade
na elegância da pal meira e na pele negra dos homens (AGOSTI-
NHO NETO, 1987, p. 107)

O poema aponta, portanto, para um *outro modo* de relacionamento com o mundo – que é o mesmo, na medida em que os homens são o que são, mas não mais alienado e destruidor, pois se orienta na perspectiva de uma acolhida, na qual o “homem” e o “Homem” se abraçam numa forma única, indissolúvel, projetados sobre o seu espaço, num tempo que os acolhe, realiza e reflete.

Imagens e ritmo

No dizer de Alfredo Bosi (1990, p. 153), a poesia responde às alienações do presente com a “ressacralização da memória mais profunda da comunidade”. O mito, sendo uma formação de que se valem as ideologias de fundo burguês para “resolver” verbalmente as contradições da história, pode ser apropriado pelo poeta para dar voz a uma atitude de resistência. Há um aprofundamento nos tempos da origem e no reencantamento do mundo. A natureza aparece como possibilidade irredutível a um conceito único – possibilidade franqueada ao homem que a ela se volta na tentativa de reencontrar a consciência perdida.

Em *Sagrada esperança* as formas desse mergulho se patentearão em imagens que evocam, constantemente, os fenômenos naturais. Temos as imagens do movimento e da vida (o “rio”, a “chuva”, o “sangue”,

o “fogo”, os “braços”, o “calor”) e temos as da treva e da morte (a “nudez”, a “noite”, as “sombas”, a “fome”, a “prisão”). Essa dualidade nos leva a imaginar que os sentidos que se podem atribuir às imagens se interpenetram e dialogam entre si, formando estruturas conotativas bastante marcadas. Assim, o “fogo” pode aparecer ora como sinal de expectativa e de força interior contida, como acontece em “Para além da poesia” (“os braseiros consumindo / consumindo / a terra quente dos horizontes em fogo”); ora como puro símbolo da morte e da destruição, como em “Assim clamava esgotado” (“vejo os vermes da terra nédios de gorduras funerárias / trazendo os archotes do fogo que a consumirá”); ora como pura manifestação da vida e de suas potencialidades, conforme se vê em “Fogo e ritmo” (“fogo / fogo no capim / fogo sobre o quente das chapas do Cayate”).

Do mesmo modo, opõem-se as metáforas da “luz” e da “sombra”, que parecem apontar para os núcleos mais profundos em torno dos quais se formam essas imagens. De um lado, estão o “amanhecer”, o “brilho” do “céu azul”, como sinais de transformação, ligados a uma potência de “liberdade” que só pode ser concretizada ao custo de um esforço coletivo. Do outro lado, está a “noite”, cuja ausência de movimentos é apenas aparente, já que o dia histórico caminha para esse “amanhecer vital” em que a esperança se torna evento.

A imagem do “sangue” perpassa, ora trazendo à baila a ideia do “trabalho”, do “esforço” humano construtor, ora também como sugestão de violência do homem contra o próprio homem, no que o símbolo vital se transmuda em sinal da brutalidade. No mesmo âmbito das imagens fluidas estão o “rio”, o “ritmo”, a “curva”, a “chuva”, etc., bem como as imagens vegetais do “tronco”, da “seiva”, da “germinação”, das “rosas” – como em “Sangrantes e germinantes” (AGOSTINO NETO, 1987, p. 98-99), nas quais as conotações negativa e positiva da fluidez se confrontam, sugerindo-se, no final, a possibilidade da vitória da segunda sobre a primeira.

Foi Octavio Paz quem afirmou que o poema é “um conjunto de frases, uma ordem verbal, fundados no ritmo”. Na escrita, o ritmo manifesta a necessidade que o homem tem de experimentar o tempo “concretamente”, isto é, conforme Paz, não mais no modo rigoroso das medidas matemáticas, mas como uma experiência vital em que o próprio existir se converte numa voz. Para o autor mexicano, “todo ritmo é sentido de algo. Assim, o ritmo não é exclusivamente uma medida vazia de conteúdo, mas uma direção, um sentido. O ritmo não é medida, mas tempo original” (PAZ, 1982, p. 69).

Em *Sagrada esperança* o ritmo dá a forma da própria existência desalienada. Das imagens fluidas, é possível dizer que existe nelas qualquer coisa de uma percepção da vida compreendida como ritmo em si mesma:

Ritmo na luz
ritmo na cor
ritmo no som
ritmo no movimento
ritmo nas gretas sangrentas dos pés descalços (AGOSTINHO NETO, 1987, p. 110)

As formas do universo concreto são, por sua vez, freqüentemente percebidas como ritmo:

Seguindo
o caminho das estrelas
pela curva ágil do pescoço da gazela (Ibid., p. 94).

Há um ritmo do homem, presente nos “braços fortes”, na “pele negra”, nas “mãos esculturais” que dão forma e espessura ao mundo, assim como há um ritmo próprio das coisas em si mesmas, seja na “elegância da palmeira”, nas “danças de embondeiros”, no “sonoro cântico de ritmo subterrâneo / e dos chamamentos telúricos”. As manifestações

propriamente culturais, desimpedidas e livres, também se manifestam como ritmo. Descortinam-se e se tornam constantes as referências à música e à dança:

um trilho imenso do Níger ao Cabo
onde marimbas e braços tambores e braços vozes e braços
harmonizam o cântico inaugural da Nova África (Ibid., p. 90).

Mas pode-se dizer que uma tal percepção do ritmo nas coisas (evocado em imagens que, de certo modo, o corporificam) tem seu reflexo na própria enunciação do poema, gerando frases que, alternadas entre longas e breves, parecem mais próximas da riqueza rítmica do universo referencial. Aventariamos, quanto a este último aspecto, a seguinte hipótese: o verso livre, por motivo mesmo da sua maleabilidade e maior proximidade ao ritmo natural da frase, é mais apropriado à intenção de sugerir a riqueza de formas em que o mundo se manifesta. Imaginamos, até, que o metro regular, devido às características próprias à cadência marcada, que impõe retornos periódicos a um padrão de ritmo pré-estabelecido, confere ao poema certo tom de “conformismo”, por remeter aos padrões clássicos de composição. Lembraríamos, neste ponto, que uma das principais reivindicações da poesia moderna tem sido exatamente a possibilidade de explorar as surpresas e a multiplicidade do verso ou, no dizer de Manuel Bandeira, “todos os ritmos sobretudo os inumeráveis”, conforme também o assinala Alfredo Bosi (1990, p. 76) em suas reflexões:

A liberdade moderna, a que responde uma grande mobilidade no arranjo da frase, é signo de que se descobriu e se quer conscientemente aplicar na prática do poema o princípio duplo da linguagem: sensorial, mas discursivo; finito, mas aberto; cíclico, mas vectorial.

A observação é apropriada, pois exprime, a nosso ver, a tentativa que a poesia moderna faz de reunir extremos numa unidade significativa.

Igualmente – pode-se concluir –, o jogo imprevisível dos ritmos e das sonoridades suscita, no poema em versos livres, uma gama variada de efeitos expressivos. O poema “Bamako” nos traz um vislumbre do que seja a exploração do ritmo verbal no conjunto de *Sagrada esperança*. Ali, a tensão expressiva está concentrada numa oposição entre versos curtos, que enunciam um nome (“Bamako!”), e a articulação pausada e cadenciada dos demais segmentos estróficos, podendo-se dizer, até, que a escolha das palavras relativamente “longas”, para os padrões da língua portuguesa, acrescenta um elemento a mais à sensação de se experimentar um ritmo que é ao mesmo tempo meditativo, festivo e celebratório:

e onde crescem amor e futuro
fertilizados na generosidade do Níger
sombreados na imensidão do Congo
ao sabor da aragem africana dos corações (AGOSTINHO NETO,
1987, p. 106)

A oposição das duas estruturas (a exclamação, toda ela em oclusivas, do nome “Bamako” e a cadência dos versos longos, conforme o exemplo citado), permite – se quisermos falar disso – o efeito específico de sublinhar certa reação profundamente emotiva do sujeito poético aos resultados da conferência realizada naquela cidade. Esse efeito, porém, já é ritmo em si mesmo e retorna ao poema que o trouxe à luz e o deu a viver e celebrar.

*

A presente tentativa de compreender a trajetória da escrita em *Sagrada esperança* como um mergulho no tempo e na cultura, bem como de pôr em evidência a percepção que o poema traz de que o homem é o único horizonte possível para as transformações sociais e histórias

revela, sobretudo, que ali se propõe o que chamaríamos sem receio de uma poética de índole *humanística*, plena de uma mensagem que se orienta para o futuro, não fosse a noção de “mensagem” tão incômoda, em se tratando de poesia moderna. Como se tem dito no ambiente da crítica, seu esforço principal seria então o de devolver ao homem os valores de sua dignidade e de sua liberdade – valores nos quais as diferenças não se anulam nem se sobrepõem, mas se buscam entre si e se complementam, num complexo de relações que é o próprio mundo e a vida realizados como linguagem, poesia e obra de arte.

O poema, partindo das coordenadas de um espaço cultural que se vê cindido entre as vertentes do colonizado e do colonizador, procura perceber no presente as possibilidades de instauração de um tempo novo, em cujo cerne a consciência, indo do “homem” individual para o “Homem” universal, supera ou equaciona certas dicotomias, sem resolvê-las, mas fundando um outro espaço de encontro e de convivência. O existir, intuído como dinamismo e ritmo, garante, pela força de suas manifestações, a verdade da voz e o direito à “sagrada esperança”, que se faz revolucionária na medida em que rejeita o impossível da opressão e caminha para uma nova etapa na história dos homens. Desse modo, concretiza-se – num sentido mais fundamental – a *mensagem* que a obra veicula, sem se consumir inteiramente nela, como é próprio da poesia, mas deslocando os parâmetros da mera repetição dos valores do opressor para o âmbito da interrogação e da voz – presente – do oprimido como tal, no seu espaço e no seu tempo.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO NETO. **Sagrada esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- HOLNES, Marga. Introdução. In: AGOSTINHO NETO. **Sagrada esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- LARANJEIRA, Pires. **Literatura calibesca**. Porto: Edições Afrontamento, 1985.
- PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. **Signos em rotação**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidade**. São Paulo: Ática, 1985.
- TRIGO, Salvato. **Ensaio de literatura comparada**. Lisboa: Vega, s/d.

se e cabe para fora, esquadrinha o campo
e sul-dras. Com o pescoço com
se e cabe para fora, esquadrinha o campo

Arisca e desconfiada, oculta-se na macega, confundindo-se com o capim e alí se aquié

“ONDE CANTAM AS SERIEMAS”: Percepções Identitárias

Robinson Santos Pinheiro

Cláudio Benito Oliveira Ferraz

Palavras que iniciam

A geografia há muito vem buscando o diálogo com as outras esferas dos saberes para compreender determinados conceitos pertinentes a sua alçada como para melhor analisar a materialização de determinados fenômenos que se presentificam na realidade vivida hodiernamente¹. Nesse sentido, com o intuito de compreendermos a formação identitária sul-mato-grossense, é que buscamos o diálogo com a literatura, trazendo especificamente para a discussão a obra memorialística *Onde cantam as seriemas*, escrita pelo escritor e engenheiro agrônomo sul-mato-grossense² Otávio Gonçalves Gomes. Uma obra que busca retratar o seu período de aventura e desventura de infâncias vivida na década de 1920, desenroladas na atual cidade de Ribas do Rio Pardo.

.....
1 Ver: FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **Geografia e paisagem:** entre o olhar e o pensar. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo; MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama:** ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

2 O mesmo nasceu em Coxim, localizado no atual estado de Mato Grosso do Sul.

Onde cantam as seriemas é:

Composto de capítulos curtos e extremamente líricos, *Onde cantam as seriemas* fixa recordações ligadas à fauna e à flora da região e aos personagens mais marcantes da cidadezinha localizada a aproximadamente cem quilômetros da capital (BUNGART NETO, 2009, p. 118).

Uma obra que busca recompor os cacos das reminiscências de sua infância, falar das brincadeiras nas árvores, como selecionar os pássaros que mais o agrada ou o instiga para, com isso, o adjetivar, como também selecionar pessoas que no momento que escreve e recorda traz para luminar os sentidos de orientação subjetiva expressa em sua obra. Desta maneira, nos colocamos como um possível narrador que irá buscar recompor os cacos destas reminiscências, assim como o narrador do romance *Crônicas de uma morte anunciada*, escrita por Gabriel García Márquez, ao tentar ajuntar as peças que ajudam a formar o quadro imagético que o permite visualizar o assassinato de Santiago Nasar. Assim o narrador do referido romance expõe seu argumento:

Ela o viu da mesma rede e na mesma posição em que encontrei prostrada pelas últimas luzes da velhice, quando voltei a este povoado abandonado, tentando recompor, com tantos estilhaços dispersos, o espelho quebrado da memória (MARQUES, 1998, p. 13).

Esta passagem também nos auxilia a compreender que a memória participa de um constructo social mais amplo, dentro dos processos de coletivização. Neste sentido, as reminiscências tecidas por Gomes adentram num universo maior, um universo em que deveremos nos apropriar de outras memórias (poemas, crônicas, artigos em revistas científicas ou jornais etc.) e colocar num grau de comparação com as lembranças arquitetadas pelo autor do livro em apreço. A finalidade de tal investida é de buscarmos costurar os fios que tecem esta história memorialística contata por Gomes

a partir do diálogo com outras formas de expressão da sociedade, perscrutando os esquecimentos, os silenciamentos ou a marginalização de determinados grupos sociais como a própria natureza que circunda a produção da sua existência espacial. Consideramos que tanto a espacialidade como a temporalidade muito influem na organização, sistematização e, junto a estes, na seleção de suas memórias.

Também aqui não procuraremos inverter a lógica excludente e pragmática da seleção dos elementos que pertencem à construção discursiva e seletiva das memórias presentificadas na presente obra em apreço. Como argumenta o historiador Albuquerque Júnior (2009), analisando a construção discursiva da região nordeste, as invenções que buscam criar estereótipos a determinada espacialidade são frutos de relações de poder e do “grau” de saber delas correspondentes. Nesse sentido, Albuquerque Júnior nos faz pensar que não é invertendo a ótica do discurso que os pesquisadores da construção identitária espacial devem se pautar, devido isto acatar na crença dos que foram estereotipados possuírem uma verdade em si que poderá ser revelada. Como ele mesmo formula (2009, p. 31):

O Próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. Não se combate a discriminação simplesmente tentando inverter de direção o discurso discriminatório. Não é procurando mostrar quem mente e quem diz a verdade, pois se passa a formular um discurso que parte da premissa de que o discriminado tem uma verdade a ser revelada.

Pensar as reminiscências expressas no romance memorialístico *Onde cantam as seriemas* deve levar em consideração o diálogo que traga à tona os elementos esquecidos na presente obra e assim construa um processo de identificação territorial capaz de incorporar as tramas identitárias com um maior agrupamento de informações. Isso permitiria posicionar e entender os processos de identificação territorial, auxiliando a tecer uma teia refle-

xiva que nos oriente na construção de uma identidade territorial que seja multicultural e, por conseguinte, multicolor. Como Stavenhagen (2003) ressalta no fim de seu trabalho, chamando atenção para a necessidade da construção do entendimento do real a partir do diálogo e interação com os diferentes, deve-se promover a “produção” do conhecimento como as redes iucategas, multicoloridas, que servem para muitas coisas, inclusive “para fazer o amor”:

Façamos esforços conjuntos para transformar a linha de cor em um tecido multicultural e multicolor. Como essas redes iucategas multicoloridas e familiares, que servem não para descansar da dura labuta cotidiana, mas também, se assim preferirmos, para sentir a lua e a vida e, inclusive, para fazer o amor (STAVENHAGEN, 2003, p. 55).

Este deve ser, a nosso ver, o papel do geógrafo, um pesquisador que busca escutar e perscrutar as verdades expressas no cotidiano, incorporando, assim, o máximo de verdades na sua construção discursiva de entendimento das tramas, presentificada na realidade. Sendo que a ordem do discurso aqui exposto é dada a partir das nossas especificidades e limitações enquanto geógrafos, não almejamos realizar um trabalho de análise literária. Muito pelo contrário, o que buscamos realizar é uma leitura geográfica de uma obra romanesca, averiguando em que medida o entendimento da espacialidade pode ser enriquecido com este diálogo.

Não se trata de negarmos as formas analíticas de produzir ciência – que tem sua base alicerçada pelo pensamento moderno³. Pelo contrário, a partir do diálogo almejamos acrescentar elementos que contribuam para a compreensão das significações que os indivíduos constroem em suas espa-

.....
 3 Ver: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

cialidades⁴. É pensarmos a realidade não mais através de discursos generalizantes e sim trazermos a riqueza dos detalhes construídos entre os mais diferenciados grupos sociais durante o ato de viver cotidiano. Não nos esquecendo que a subjetividade pode se apresentar como possuidora das relações do mundo, neste sentido, ao analisarmos a subjetividade podemos compreender como o “mundo” acaba sendo recebido e (re)significado pelos mais diferenciados sujeitos, possuidores das suas idiossincrasias.

Do onde ao lugar: Prolegomenos à Geografia do Ser

O título desse artigo faz referência explícita ao romance de Otávio Gonçalves Gomes *Onde catam as seriemas*. O referido título começa com um advérbio de lugar, o tal *onde*, portanto, instaura no leitor o sentido de lugar a que o escritor faz referência, ou seja, é naquele lugar que durante a leitura possivelmente desvendaremos, qual seja, que as *seriemas cantam*.

Eis o *onde* como elemento que congrega as imagens a serem narradas pelo autor e que serão interpretadas pelo leitor. Um autor... vários leitores. O resultado disso não necessariamente significará a mudança do sentido do escritor, nem tampouco o de leitor. O que possivelmente pode ser gestado a partir desse encontro entre o(s) leitor(es) e o autor, por meio da obra que conecta os dois, é a transformação da própria obra. Ela nunca mais será a mesma que o autor almejou escrever e escreveu, assim como ela não será mais o que era antes do contato estabelecido com cada leitor.

O lugar, portanto, *onde as seriemas cantam* é o próprio livro. A referência que o autor faz ao empregar o advérbio para indicar um possível lugar real, de suas experiências humanas produtoras de memórias do tempo de

4 Ver: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

infância, como demarcação geocartográfica de um ponto no território que contribuiu profundamente para elaboração de seus referenciais identitários, de posturas e de sentido do ser, se volatizam/se transformam a partir de seu deslocamento para a ficção narrada no texto escrito, impresso e distribuído para o consumo público.

A partir do contato do leitor com a obra, cada interlocutor projeta e cria imageticamente o seu próprio espaço existencial, não é mais tão somente o lugar real, referenciado pelo autor, que passa a ser tomado como referência de sentido interpretativo. No decorrer da leitura/diálogo é o lugar fictício, presente no enunciado literário, que, em contato com as experiências e imagens do leitor, passa a ser definido como o *onde as seriemas cantam*. Mudou-se, portanto, a obra literária, tanto para quem a escreveu quanto para quem leu. Estabelecem-se outros sentidos interpretativos, existências e, por conseguinte, espaciais a partir e com a obra literária.

Esse *onde*, local em que as *seriemas cantam*, desloca-se para a ficção narrativa e, após o diálogo/recriação estabelecida por cada leitor, instaura no mundo a possibilidade dele - o mundo do ser humano - acontecer enquanto significado existencial, enquanto espacialidade. Uma dimensão que cada intérprete busca referenciar a partir de suas próprias experiências concretas de vida, a partir da interação com outras imagens e imaginários que, direta ou indiretamente, vivenciou/sentiu/desejou/temeu.

Nesse sentido, o narrador da obra literária se desloca da onipotência do autor e se mescla com o eu/nós leitor(es). O narrador não é mais fruto de quem detém o monopólio da escrita, mas se transforma, se informa, se forma na interação das experiências, imagens e silêncios. A obra, no seu processo de sociabilização afetiva/intelectual, durante a leitura, durante todas as leituras sofridas, durante todos os diálogos, íntimos ou coletivos, estabelecidos por todos que direta e indiretamente entram em contato com ela, produz os significados que se projetam no mundo aquém ficção. No mundo que se entendia até então como a priori a qualquer nar-

rativa ficcional, ou seja, naquele *onde* em que o escritor experimentou sua infância e que agora não é mais dele. Não é mais só aquele *onde* nem mais aquelas *seriemas* que estão acontecendo enquanto mundo.

Se existe um testemunho, se existe a possibilidade de uma literatura enquanto testemunho do tempo experimentado por alguém, é a condição de que o acontecimento do mundo se dá através das interações de experiências, memórias e esquecimentos dos seres humanos em contato com a obra. Como já foi aqui colocado, isso se dá tanto lendo diretamente a mesma quanto apenas estabelecendo relação indireta com ela, seja pelas falas de outros, seja pelas experiências semelhantes, no tempo e no espaço, que a narrativa literária expressa.

A literatura, portanto, só é testemunho enquanto interação tempo/espacial do ser no mundo, seja ele escritor, seja ele leitor, seja ele alguém que desconhece o que ali está escrito, mas que já experimentou fatos e fenômenos que dada obra apresenta. Eis o aspecto mais pleno do que vem a ser o narrador: ele é o próprio testemunho que o mundo acontece enquanto vida. A narrativa literária seria o catalisador desses encontros entre o autor e o(s) leitor(es), conscientes ou não, que instauram a possibilidade de produzir sentidos ao existir humano, ou seja, instaura a possibilidade do mundo acontecer enquanto significado existencial.

O *onde* passa a ser, nesse contexto, não apenas a exatidão do lugar real em que o autor focou sua narrativa memorialista. Esse *onde* passa a ser, a partir do contexto da narrativa lida, o lugar em que demarquei o drama mais profundo da nossa existência, ou o *onde* você, leitor, consolidou suas experiências pessoais delineadoras do seu ser. Essas miríades de *ondes* que se manifestam na obra literária não significa a impossibilidade de localização do sentido de lugar a que se refere. Cada leitor tem o seu onde. Contudo, o que se manifesta, o que se tem enquanto acontecimento de mundo a partir da obra, não é a conceituação definitiva do que vem a ser esse *onde* que viabilizará um entendimento exato e acabado desse lugar a que se faz referência.

Como Kant afirmava na *Crítica da Faculdade de Juízo* (1995), a linguagem artística permite a produção de conhecimento universal sem conceito. Diante disso, não é a conceituação exata do lugar em que as *seriemas cantam* que se busca, mas o que se produz de qualificativo para os lugares como forma de se estabelecer sentidos existenciais. Se busca sim como a obra viabiliza o diálogo entre diferentes e diferenças na elaboração de significados comuns, estabelecendo parâmetros comunicativos que propiciam ao homem melhor se localizar e se orientar no mundo.

Abre-se, a partir dessa postura em relação à obra, a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre a arte literária aqui apresentada como foco de nossas análises e a linguagem geográfica. A questão é não reduzir a obra; mesmo sendo esta uma literatura de memória, pautada, presume-se, em dados e fatos reais, a uma leitura pobre do ponto de vista geográfico. Uma leitura reduzida à interpretação dos fatos narrados, tidos como expressões de uma realidade a priori, pronta e acabada em si, reduzida à localização cartográfica destes, visando a elaboração de uma espécie de mapa dos locais onde os eventos ocorreram.

Ou então, tomar esses mesmos locais e exemplificar, a partir das descrições deles feitas pelo narrador/autor, as características econômicas do período, a paisagem física das formas do relevo, o tipo de vegetação e de ocupação urbana. Esse tipo de contato com a obra literária nega qualquer possibilidade de diálogo. É apenas um monólogo em que o discurso científico usa da narrativa literária para ilustrar um conhecimento que se encontra pré-dado. Não se estabelece, portanto, a possibilidade de se efetivar a ampliação do sentido de narrador, da literatura como o acontecimento do mundo a partir do lugar em que se lê/recria os significados interpretativos do lido/vivenciado.

Quem nunca foi ao lugar exato em que o autor faz referência, nunca produzirá, diante dessa forma apenas ilustrativa e exploratória do con-

teúdo literário, significados de identidade entre o lido e a vida vivida por cada leitor. Instaure-se, diante dessa prática reducionista de contato com a literatura, uma cisão: de um lado temos a busca da verdade definitiva que o autor quis passar, do outro lado, um leitor passivo cuja única função é se emocionar, gostar ou não da obra. De um lado temos um mundo que existe independente de nossa capacidade de vivenciá-lo, de outro, a busca pela expressão exata e precisa de mundo a priori na obra literária, por um suposto olhar absoluto da geografia. De um lado, uma linguagem capaz de produzir conhecimento verdadeiro e preciso que diz como o mundo deve ser, de outro uma linguagem fantasiosa, meramente decorativa e de entretenimento, incapaz de produzir conhecimento verdadeiro.

Contrária a essas cisões e compartimentos isolados de estruturas comunicativas é que inferimos a questão do diálogo entre a geografia e a obra literária. Partimos da perspectiva da literatura como instauradora da possibilidade do mundo acontecer enquanto trocas e recriações de significados e experiências que os leitores estabelecem com e a partir da obra. Nesse sentido, abre-se a clareira no emaranhado de linguagens e pensamentos que turvam a visão, a percepção do homem frente à diversidade que é o mundo.

Na leitura, os lugares do mundo se expressam a partir da obra, resignificando poeticamente os mesmos, estabelecendo outras possibilidades de compreensão e sentidos destes para o conjunto dos seres humanos a partir do lugar em que experienciam o mundo pela leitura, assim como a leitura pelo mundo já experimentado, numa retroalimentação de perspectivas e entendimentos.

A geografia aí adentra não como forma de delimitar conceitualmente um sentido único e geral para todas essas experiências espaciais que na obra são reavaliadas. Perante a diversidade de sentidos e entendimentos que cada indivíduo experimentou, a geografia permite o aproximar de

referenciais que capacitam o homem, dentro do seu contexto particular e existencial no mundo. Ela permite elaborar os parâmetros com que se localiza e se orienta perante a interação de diferentes escalas espaciais a partir do lugar experimentado/lido na vida/obra.

Nesse sentido, o *onde cantam as seriemas* é o lugar em que o nosso ser vislumbra a clareira com que o mundo passa a se configurar como um território, um lugar em que exercitamos o nosso pensar, fundamentando nosso sentido próprio de identidade. Aí o mundo acontece enquanto realidade. Um lugar onde começamos a nos construir enquanto seres para nós mesmos, a partir de onde estamos e para onde queremos ir, ou seja, o que desejamos ser ou fazer de nós frente a dinâmica espacial com que construímos nossa existência humana. Eis o sentido mais amplo de geografia que se pode estabelecer a partir do diálogo com a literatura.

Nesse diálogo entre literatura e geografia, o pensar sobre o mundo, até então oculto pelos discursos científicos que separam o mundo a priori do mundo enquanto acontecimento humano, tende a se insurgir na clareira do ser que busca sua identidade. Heidegger (1969) diz que esse caráter poético do pensar aí revela a topologia do ser, revela “*a este o lugar de sua essência*” (1969, p. 47). Interpretando essa ideia a partir do diálogo entre geografia e literatura, este caráter poético permite que o ser humano possa pensar sobre o sentido próprio de identidade. Permite partir do como melhor se localizar/orientar no mundo, tendo como meio o lugar em que pensa a si no mundo, tomando-se a diversidade de lugares na unidade do lugar manifestado na literatura. Aí o mundo acontece humanamente, ou seja, geograficamente.

Apontamentos identitários

[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto (HAESBAERT, 1996, p. 178).

Como apontado por Haesbaert, a questão da identidade territorial está diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento que os indivíduos constroem com o território. Este vínculo se estabelece de diversas maneiras, seja a partir dos elementos enaltecidos enquanto o típico ou pitoresco de uma dada espacialidade, via a concepção simbólica, seja através da busca de elementos concretos para se utilizar como referência identitária.

Na parte sul do antigo Mato Grosso, os indivíduos buscavam consolidar a construção de uma possível identidade territorial arquitetando vínculos de pertencimento na busca de um processo de identificação com a região. Nesta perspectiva, elegeu-se a noção de um “dentro” e de um “fora”: o que estava do lado de lá, da fronteira imaginária, era o outro, que foi construído para enaltecer o “eu”, o próprio, separado de nós através de uma linha imaginária. Com o passar do tempo, esta linha se materializou em determinados fenômenos e objetos representativos da construção de um processo de identificação territorial. A partir do outro, buscou-se constituir uma identidade no sul do estado, construindo símbolos representativos, formando assim a nossa identidade territorial. Daí que, como diz Woodward: “A identidade é, assim, marcada pela diferença” (2000, p. 9).

De fato, só nos reconhecemos como sul-mato-grossenses, ou pertencentes ao estado de Mato Grosso do Sul, numa dinâmica do encontro com outros estados do território nacional. Contudo, cabe suscitar a seguinte indagação: quem estabeleceu essas fronteiras políticoadministrativas que limitam o território de um estado em relação a outro? A resposta passa, necessariamente, por um complexo de elementos (processo de ocupação do território, definição de poder local, interesses econômicos diversos, características e interações culturais várias, conflitos políticos etc.) que acabam contribuindo para que certas elites políticas, econômicas e intelectuais estabeleçam seus domínios territoriais. Por conseguinte, es-

sas extensões são aceitas ou compartilhadas por boa parte da diversidade sócio-cultural estabelecida no território delimitado, por exemplo, como Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul, portanto, só é Mato Grosso do Sul através de seus elementos enaltecidos enquanto típicos/próprios do território sul-mato-grossense, porque uma trama de interesses articulados por lideranças de grupos sociais dominantes permitiu a captação dos diversos interesses e necessidades da maioria social, em prol da construção imaginária de um território-diferenciado dos demais estados. Contudo, esta articulação nunca é harmoniosa e acabada. Pelo contrário, por se fundar na diversidade, ela é fruto desses conflitos de interesses e necessidades em constante processo de transformação.

O que se tenta estabelecer como identidade acabada e definitiva, incorporada pelo discurso oficial, hoje entra em conflito com a dinâmica social, que sempre ressignifica e redefine esse sentido de pertencimento para um espaço futuro e a ser construído. Dentro dessa tensão de interesses e atritos, vai se realizando a eleição de elementos simbólicos e concretos. Resultado desta busca de identificação é o conflito. O contínuo conflito que passa desde o nível do sujeito em relação ao seu grupo social, até o conjunto da sociedade e do estado como um todo.

Dentro dessas perspectivas, na narrativa de *Onde cantam as seriemas*, objeto de reflexão desse trabalho, percebemos claramente como foi construído um sentido de existência territorial a partir da eleição de elementos inerentes à territorialidade vivenciada pelo escritor personagem. Dentre estes elementos, o que chama atenção é a aclamação aos fatores naturais. Ao ler o romance, toda uma miscelânea de animais e flora parece caminhar em perfeita relação com o homem. O próprio título da obra, *Onde cantam as seriemas*, evidencia esta constatação ao homenagear uma ave – a seriema – que muito faz lembrar as andanças do narrador quando criança:

Arisca e desconfiada, oculta-se na macega, confundindo-se com o capim e alí se aquieta para iludir os seus perseguidores. Com o pescoço comprido e cabeça para fora, esquadrinha o campo visual em torno e foge protegida pelo capinzal. Vai aparecer muito longe, ludibriando os inimigos; caçadores a pé ou a cavalo (GOMES, 1988, p. 21).

Esta ave, típica da região sul do antigo Mato Grosso, muito marcou as pessoas que por ali passavam. A título de exemplo, citemos a conhecida música “Seriema“, dos compositores Mário Zan e Nhô Pai, uma clara manifestação de como os elementos regionais e culturais entram na tessitura da obra. Como se lê na letra, a música ressalta o belo e as belezas naturais enquanto elementos que firmam a identidade territorial:

“Seriema”

Oh! Seriema do Mato Grosso
Teu canto triste me faz lembrar
Daqueles tempos que eu viajava
Tenho saudade do teu cantar
Maracajú, Ponta-porã,
Quero voltar ao meu sertão
Rever os campos que eu conheci
E a seriema, eu quero ir
Oh! seriema, quando tu cantas
de Mato Grosso a saudade vem
Oh! seriema quando tu choras e vai embora
Eu chorava também
Maracajú, Ponta-porã,
Quero voltar ao meu sertão
Rever o campos que eu conheci
Oh! seriema, eu quero ir

O último verso da canção, “Oh! seriema, eu quero ir”, remete aos locais onde a existência do narrador foi construída como espacialidade e possibilidade de identificação do mundo narrado. Assim, as vivências vão formando uma identidade territorial, construindo elementos de

identificação que estarão para além das construções generalizantes e artificiais, originárias de determinado grupo social. Desta maneira, tanto no romance como na letra da música, os animais e a flora são enaltecidos enquanto elementos de identificação, seguindo o que Merleau-Ponty (1996, p. 393) diz acerca do espaço:

Dissemos que o espaço é existencial; poderíamos dizer da mesma maneira que a existência é espacial, quer dizer, que por uma necessidade interior ela se abre a um “fora”, a tal ponto que se pode falar de um espaço mental e de um “mundo das significações” e dos objetos de pensamento que nelas se constituem.

Equivale a dizer que, em nossas andanças, estabelecemos relações diretas com os objetos que nos cercam. Com as nossas subjetividades, arquitetamos uma espacialidade existencial, dada sobre esta relação concreta. Escolhemos elementos provindos da emoção estética que nos fazem pensar e arquitetar formas para melhor compreender a nossa existência como indivíduos que procuram a todo o momento um ponto de localização.

Segundo Abreu (2003), no início do século XX, na região que é hoje estado de Mato Grosso do Sul, era predominante a exploração dos ervais, do gado, além de lavouras de cereais, como milho, arroz e feijão. A estrutura econômica, que estava assentada na região sul, tinha como suporte a produção rural. Todavia, ao lado da produção agrícola, formavam-se vilas/cidades nas quais a organização estrutural se tornava antagônica ao modo rural de se relacionar com a natureza. É em contraste com o urbano que a natureza é tomada como um mote de identificação dos sul-mato-magrossenses. Na realidade, o estado de Mato Grosso do Sul é fruto de uma diversidade de grupos culturais, bem como de regiões morfológicas diversificadas. Por sua vez, o que toca a construção do imaginário paisagístico, no hoje Mato Grosso do Sul, o ecossistema pantanal ascende como elemento de identificação no imaginário social, oficializado pelos mais diversos arranjos políticos.

A ascensão do Pantanal no imaginário coletivo se deve à resistência de sua ocupação e à singularidade dele mesmo. Todavia, para a idealização de um mundo natural/rural ele parece perfeito, apesar de o Pantanal não ocupar todo o território do Mato Grosso do Sul. A idealização do espaço pantaneiro busca, assim, ressaltar os aspectos bucólicos e embelezadores de uma vida rural entendida como mais próxima da natureza. Esse universo pantaneiro se transforma em contos, livros e músicas que exploram tais aspectos, sem deixar de se identificar com o imaginário popular, urbano.

A eleição dos elementos naturais, tornados belos, diferentes, serve para consolidação de uma imagem do Sul através de experiências adversas. Espaços bem degradados acabam não interessando aos desejos de uma sociedade ou grupo de indivíduos que buscariam o paraíso terrestre para realizar suas experiências em regiões de belezas naturais. Uma interessante analogia pode se buscar na discussão que Gondim (1994, p. 18) realiza acerca da formação identitária da Amazônia, ao abordar o imaginário dos viajantes/colonizadores europeus. A autora salienta que a questão da natureza está fortemente relacionada com a ideia de paraíso: “Buscava-se o Paraíso, que representava o sonho sempre perseguido de viver eternamente, longe das pestes e da fome, sem necessidade de trabalhar, pois aquele lugar prodigioso, com uma só estação perdurando o ano inteiro, tinha árvores que produziam sem cessar e eram banhadas por rios perenes”. A analogia se mostra, assim, relativa a paisagens que vão se construindo historicamente, dadas pelos estudos ou ensinamentos religiosos passados de pais para filhos, que depois acabam se materializando, pois encontram verossimilhança com os locais que os indivíduos experimentam espacialmente.

Refletir hoje sobre a questão do natural como elemento central para tratar a identidade territorial não passa de um engodo. Muitos sul-matogrossenses negam a centralidade deste elemento no nosso processo de identificação; entretanto, essa atitude não é original. A relação homem

e natureza sempre foi conflituosa, cheia de divergências. Passagem exemplificadora desta afirmativa pode-se encontrar no capítulo “A Ponte do Rio Botas”, em que Gomes evidencia a ida ao mato no intuito de derrubar árvores para serem utilizadas na construção da referida ponte. Assim o autor de *Onde cantam as seriemas* descreve o processo de derrubada:

A derrubada de uma árvore, na floresta, é sempre um trabalho perigoso. O machadeiro tem de estudar o “tombo” da madeira, tem de observar a copa da árvore e o vento, e ver para que lado ela está propensa a cair. Tem de dar o talho de um lado e do outro da árvore, de maneira que o corte coincida opostamente com o outro [...] O caboclo sua, banha-se de suor. Pã... pã... pã... é o ritmo do machado cortando... Pára de novo, passa a manga da camisa arregaçada na testa molhada de suor e o enxuga. Descansa um instante e recomeça, pã... pã... pã... cortando, entalhando hora e horas naquela luta Titânica entre um machado de aço, manejado por um músculo, também da têmpera do aço, contra uma árvore gigantesca [...] Aquela árvore gigante, nascida ali naquela imensidão verde, habituada aos vendavais mais tenebrosos, estremece [...] O gigante foi abatido, e está inerte ao chão. Alguns dias depois, o tronco é cortado e separado dos galhos e aparado na medida desejada (GOMES, 1988, p. 39 – 40).

Nesta passagem, uma das questões que se coloca é a das necessidades, pois o homem, mesmo reconhecendo toda exuberância paisagística, não pode deixar que isso atrapalhe as suas concepções desenvolvimentistas. A ponte seria o elo que permitiria, assim, o escoamento como a entrada de mercadorias para os moradores de Ribas do Rio Pardo. Nesse sentido, uma árvore que enfrentou vendavais tenebrosos se rende à força do “[...] machado ‘Colins’, aço puro” (GOMES, 1988, p. 40). Estes feitos são trazidos para os tempos atuais com o intuito de legitimar o engrandecimento dos pioneiros, na procura de perenizar estes habitantes como desbravadores corajosos que domaram as intempéries das adversidades naturais, como visto no romance: “Um serviço de gigantes, feito por pigmeus” (GOMES,

1988, p. 41). Desta feita, legitima-se historicamente um determinado grupo de indivíduos – os desbravadores, no poder político e administrativo da parte sul do antigo Mato Grosso.

Reverberando com a presente passagem, a título de exemplificação, Henâni Donato, em *Selva trágica*, mostra bem esta relação não harmoniosa entre o homem e a natureza. Evidencia que, com a chegada dos colonizadores, o sul do antigo Mato Grosso foi “naturalmente” se transformando, bem como a sua paisagem:

Outras vozes afirmavam, citando números e nomes de cidades, de rios e de estradas, que de outra forma o sul do Mato Grosso seria um deserto, belo mas improdutivo, extenso mas inútil. Estas vozes contavam como as cidades haviam nascidos, os rios navegados, os portos construídos, as riquezas exploradas, as estradas abertas e conservadas, a terra conhecida e povoada, aumentada a renda do Estado, enriquecidos os fazendeiro de erva (DONATO, 1976, p. 189).

Para além da incompatibilidade da relação homem *versus* natureza, o ponto central do livro de Donato é a relação societal que estava se organizando no início da década de 1920. Ele evidencia as formas de trabalho e as relações interpessoais, os valores que permeavam a vida dos mineiros e a própria vida amorosa, em que as mulheres acabavam se entregando ao mineiro que melhor podia trazer rendimentos para casa. Outro elemento que permeia a questão da identidade territorial sul-mato-grossense localiza-se no homem. A formação da identidade social logo se reflete na construção da identidade territorial. Engendra-se uma formação discursiva assentada nas mais diversas manifestações presentificadas através de atitudes, comportamentos, elementos culturais que, direta ou indiretamente, estarão vinculados com dada territorialidade.

É interessante observar como os indivíduos vão colonizando o território sul-mato-grossense a partir da introdução de suas próprias

práticas culturais, amalgamando atitudes diretamente ligadas ao sentimento cultural deixado para trás, em outras territorialidades. No entanto, aqui no sul de Mato Grosso estes sujeitos encontraram um outro espaço, no qual iniciaram transformações dentro de suas práticas culturais cotidianas. Elementos são incorporados e (re)assimilados, fazendo com que haja uma diversidade cultural renovada que passa a compor, então, uma identidade própria da territorialidade sul-mato-grossense.

Em *Onde cantam as seriemas* percebe-se bem a miscelânea de elementos culturais que estava se espalhando pelo território sul-mato-grossense: confluência de aspectos culturais que necessariamente se imbricam e se caminham para a formatação de um processo de identificação territorial. Observe-se, neste sentido, como a personagem Deraldino, na obra em referência, migrante nordestino e analfabeto “[...] que se dava importância, assinava o “Estado de São Paulo”, e era constantemente visto, sentado à porta de sua loja com o jornal na frente do nariz e de cabeça para baixo” (GOMES, 1988, p. 29). A divertida passagem ilustra como o sul do antigo Mato Grosso estava sendo construído na confluência de diversas culturas, e o modelo que seguiam era o da hoje região sudeste do país, de onde as “modas”, as notícias, os centros de decisões político/administrativos eram oriundos.

Numa outra passagem, Gomes (1988) relata as suas percepções acerca do professor Pimenta, professor rigoroso que se utilizava de todas as práticas “educativas” do período para melhor educar os seus estudantes na direção dos conhecimentos necessários para se estruturar no mundo, segundo ele. Ainda na mesma obra, o que mais chama a atenção é o momento em que o narrador relata que o professor se dava ao luxo de passear ou comprar algum mimo para si:

Nessa época, já era, além de professor, o coletor estadual. Trabalhava e economizava: às vezes se dava ao luxo de dar um passeio, nas férias de fim de ano. Ia ao Rio de Janeiro, São Paulo; e sempre

trazia terno novo, sapato, gravata; coisas da última moda, pois que o velho solteirão era vaidoso (GOMES, 1988, p. 57).

A partir de um jogo de escalas, percebemos quais eram os motes de identificação utilizados como referência. Uma busca pelo que é moderno, dentro de um padrão estético, dada pelas formas com que as elites carioca e paulista se pautavam. Basta observarmos a passagem em que o narrador do livro de Gomes chama sua mãe para o enredo, moça bonita, dada à família e muito digna em suas atitudes, e que “[...] quando meu pai ia a São Paulo efetuar compras anualmente, ela o acompanhava e refazia seu guarda-roupa. Vaidosa como toda mulher, sabia apresentar-se. Talvez a mulher que melhor se vestia na vila” (GOMES, 1988, p. 79).

Encontram-se aí os parâmetros de construção de uma possível identidade social marcada pelas formas oriundas das elites paulista e carioca, ainda que dentro de um jogo de escalas espaciais originárias da Europa, nas quais essa mesma burguesia se pautava. Esse processo de identificação se dava num início da pré-modernização urbana através da busca pela reprodução dos grandes centros cosmopolitas, diante das agruras da realidade rural. Seguindo este padrão universal que o mercado imprimia, dentro de um ritmo que as barreiras físicas espaciais – distância, isolamento, referenciais técnicos de comunicação e circulação – acabava-se por recriar e forçar uma certa adaptação.

A tônica do livro de reminiscências de Gomes, em análise, está acentuada na exaltação dos desbravadores, dos pioneiros, que, segundo o próprio Gomes, tinham a árdua saga de levar o desenvolvimento às áreas inóspitas de nossa suntuosa terra, exuberante por natureza, porém selvagem e pronta para ser domada pelos colonizadores. É ilustrativo, dentro dos mais variados episódios e no entrecho do livro, o momento em que o narrador fala acerca do carreiro, dos pioneiros que, junto com a bagagem, trouxeram o dito “progresso e civilidade” que usufruímos hoje em dia:

[...] é a vida do carreiro, o construtor das antigas estradas com roda de carro e o casco de boi. Os pioneiros que trouxeram o progresso e a civilização que gozamos agora. Aos carreiros de antigamente, heróis anônimos que transportaram cantando e ajudaram o Brasil a se expandir cada vez mais para Oeste – o nosso preto de reconhecimento (GOMES, 1988, p. 124).

Tanto aqui como ao longo da narrativa de Gomes, percebe-se uma negação, um estranhamento ou um não reconhecimento das condições de vida que grande parte dos indivíduos viviam cotidianamente. Em poucos momentos os livros de literatura - aqui em destaque o de Gomes - fazem menção ao índio ou à representação de outras etnias que compõem a nação. Deste ponto de vista, pensar a história sul-mato-grossense significa necessariamente proceder a uma revisão crítica da própria historiografia literária do que as obras de artes tematizam em suas linguagens. Isso porque a obra de arte, como também a linguagem científica, se caracteriza por um tipo de discurso que não é alheio ao contexto ideológico de um local e período. É portanto entre as lacunas desses saberes que buscaremos os apagamentos, as contradições, os silêncios mesmos, os esquecimentos acerca da construção identitária da região sul do antigo Mato Grosso.

O processo de revisão acerca da negação dos indivíduos que habitavam esta região é de suma importância para entendermos os atuais conflitos de terra, nos quais os fazendeiros colocam os indígenas como não habitantes destas localidades. A forma de ocupação realizada deixa clara a opção de se marginalizar o índio quando os “colonizadores” aqui chegavam. É ilustrativa, neste sentido, uma passagem do livro *Vento brabo* (1971), de Hélio Serejo, sobre o relato do vento que sopra com virulência para todos os lados, estabelecendo esta relação de dominação do desconhecido pela força: “Mas, ao cerrar os olhos, ainda teve forças para dizer à mulher, que cuidasse da terra, porque ali era a Bôca do Sertão, por onde todos entraram, na fúria selvagem de dominarem o desconhecido” (SEREJO, 1971, p. 08).

A violência impunha-se então como *modus operandi* de legitimação do poder. Tratava-se de uma guerra por terras, por benefícios próprios, na qual a lei do mais forte prevalecia a favor dos que viam nessas ricas terras possibilidades de prosperar na vida⁵.

Também, neste sentido, é ilustrativo Wingartner (1995, p. 26-27):

Cuiabanos, mineiros, paulistas e gaúchos atraídos pela fertilidade da terra e pela grande quantidade de gado bravio dos Campos de Vacaria, vêm em busca da prosperidade e se fixam na região, dando origem às vilas e às cidades. Essa migração não obedece a critérios rígidos. Ela é espontânea, contínua, intensa e desordenada. O que a regula são as crises econômicas e políticas na região de origem dos migrantes. O que os atrai para a nova terra são as facilidades de adquirir terras. Esse movimento dinamiza a economia e estimula a fragmentação da propriedade e, propicia o crescimento das vilas e das cidades.

Nesta passagem, a autora mostra a confluência de culturas que aqui estavam se fixando, devido às facilidades por ela relatadas. Todavia, parece se esquecer que a “Marcha para o Oeste”, segundo a literatura, também foi a marcha do “44”, que fazia prevalecer a lei do mais forte. No livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (1997), escrito por Brígido Ibanhes, encontramos elementos que melhor elucidam o que estamos tratando no espaço desta análise. O romance historiográfico de Ibanhes versa sobre as aventuras e desventuras de um bandoleiro que sai fugido do Rio Grande do Sul para se instalar no sul de Mato Grosso: “Silvino, como tantos gaúchos

5 Contudo, esta cidade (Ribas do Rio Pardo) ganha em especificidade, pois a ocupação do território para a formação de uma vila está dada pela Estrada de Ferro Noroeste, esta que foi a motriz no processo de ocupação e delimitação territorial da referida vila, atraindo várias pessoas que observaram as possibilidades econômicas de fixarem moradas nas margens da ferrovia: “Na rua principal da vila, ampla e em linha reta instalavam-se o comércio, a escola, o cartório e tudo mais que havia de importante no lugarejo. Uma rua comprida, cortada pelos trilhos da E. F. Noroeste, cujo comércio se fazia de um único lado, porque o “corte” da via férrea impedia o livre trânsito para o outro lado” (GOMES, 1988, p. 25).

envolvidos em mortes e malvistos no seu Estado, resolvera emigrar para o distante Mato Grosso, que na época era a terra prometida onde a Justiça se cumpria pela lei do quarenta-e-quatro” (IBANHES, 1997, p. 29).

A resolução dos conflitos vividos pelos cidadãos sul-mato-grossenses se encontra numa lei paralela, ou seja, na do quarenta-e-quatro. Um exemplo deste fato é a passagem em que o próprio Silvino era contratado por fazendeiros para tirar os grileiros e outros indivíduos que ocupavam as terras tidas como propriedade dos latifundiários: “[...] o Sr. Luiz Fernando Lago Escobar, mais conhecido na região de Aquidauana (MS) por Seu Tico, dono da Fazenda Palhoça, mandava o Silvino retirar os grileiros de suas propriedades, sendo que o próprio Delegado Bonifácio lhe fornecia arma e munição para esse fim” (IBANHES, 1997, p. 90).

Determinados grupos sociais negavam tudo o que vinha no sentido de atraparlar o poder conquistado. O uso da força, da violência para resolver os conflitos, é um processo que simplificava as relações de poder dentro do estado. Escreviam e pensavam a partir do “eu”; o índio, os trabalhadores não letrados, os posseiros e grileiros foram negados, para a busca da construção de um Estado-Nação cujo poder foi, assim, historicamente se estabelecendo.

Como vimos na obra *Onde cantam as seriemas* e nos demais textos literários trazidos para o debate, não é mediante o diverso que buscam colocar a identidade territorial sul-mato-grossense, mas a partir do arranjo dos diversos grupos e articulações das elites. Na realidade, a aceitação só se dá pela maioria social e em termos da existência fictícia do próprio Estado-Nação e o Mato Grosso do Sul como parte dele. Uma identidade só existe enquanto *constructo* ideológico, a serviço das ações e interesses articuladas pelas ações do estado. Esse estado, antes de ser imune, é fruto dos conflitos sociais.

Palavras que ensinam um recomeço

Vento brabo... é vento que venta de todos os lados. [...] vem sempre fazendo estrupícios [...] dizem que carrega, em seu bôjo, na fúria satânica, tôdas as sinfonias, as paisagens, os cânticos, as lendas, as madrugadas, os mistérios, os crepúsculos, os lamentos e os queixumes da terra agreste e bárbara [...] deixemo-lo soprar, então!... (SEREJO, 1971, p. 5).

À guisa de conclusão, tomamos a epígrafe de Hélio Serejo, reconhecendo nela um aspecto central do processo de identificação territorial sul-mato-grossense, sintetizadora das análises das obras que aqui empreendemos: Mato Grosso do Sul é a própria diversidade, é este vento que, segundo Serejo, sopra com fervor de várias localidades e que acaba se presentificando na identificação territorial. O estado é também o da diversidade de fauna e flora com as especificidades climáticas das mais diferenciadas regiões sul-mato-grossenses. O reconhecimento deste processo de construção de uma identificação nunca se acaba e não é passível de domínio e controle, mas cresce exponencialmente através da discursivização do assunto.

Podemos entender a sua origem, o seu processo dinâmico que vai além de nossos interesses e necessidades particulares. O caráter múltiplo e variado de nossa cultura soma-se ao complexo de nossa identidade territorial que vai consolidando, assim, numa confluência de elementos místicos, culturais e naturais. Esta perspectiva vem de encontro com o que comumente é trabalhado e pensado como a identidade sul-mato-grossense. Várias reflexões sobre o assunto exploraram o típico, o pitoresco enquanto elemento central para consolidar o nosso processo de identificação, como visto na obra germinal da discussão ou como nas outras passagens dos romances que aqui trouxemos para o debate.

Acreditamos que, ao expor as várias facetas da população, os literatos desempenharam um grande papel, desenhando um amplo cenário,

enquanto narradores das condições sócioespaciais, e nisso demonstraram como os indivíduos se relacionavam e pensavam seu “território”. Aqui, contudo, deve-se deixar claro que o ato de narrar também passa por um processo de seleção e escolhas. Ao mesmo tempo em que se narra condições espaciais escamotear-se-á outras espacialidades. Aquele que almeja compreender a formação identitária territorial, necessita trazer para o debate outros discursos e narrativas, que consigam evidenciar as outras facetas da complexa e confusa identidade sul-mato-grossense. Só assim poderemos pensar, como sugerido na introdução, a produção da identidade engendrando os vários fios (multicoloridos) que se organizam e que se conflitam num entrelaçar das estruturas do território, de forma que o pensar a identidade seja dado a partir do contínuo processo de identificação.

A inter-relação do conhecimento científico com o saber produzido pelos literatos é importante para enriquecer o discurso científico, aproximando-o do *constructo* social. Todavia, este fim é apenas o começo, pois é preciso aprofundar a reflexão teórica-crítica para melhor entender a relação entre ciência e arte, bem como compreender o contínuo processo de formação da identidade territorial sul-mato-grossense.

Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. In: MARIN, Jéri R., VASCONCELOS, Cláudio A. de (Orgs.). **História, região e identidade**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, p. 263 - 290.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Org.). **Literatura e práticas culturais**. Dourados: UFGD, 2009, p. 111 – 127.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1989/1943**. Campo Grande: UFMS, 1995.

DONATO, Hernâni. **Selva trágica**. São Paulo: Edibolso, 1976.

GOMES, Otávio Gonçalves. **Onde cantam as seriemas**. 2. ed. Campo Grande: 1988.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HEDEGGER, Martin. **Da experiência do pensar**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

HISSA, Casio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UMFG, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

IBANHES, Brígido. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros – o mito gaúcho sulmato-grossense**. Campo Grande: UFMS, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MARQUES, Gabriel García. **Crônica de uma morte anunciada**. Trad. Remy Gorga. 24 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai – 1917/1926**. Campo Grande: UFMS, 2005.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades – um breve ensaio. **Diálogos**. Maringá: UEM. v. 10, 2006, p. 149 - 184.

SEREJO, Hélio. **Vento brabo...** Presidente Venceslau – SP: Requião, 1971.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cultos, incultos e ocultos: as novas identidades latino-americanas. In: CANCLINI, Nestor García (Org.). **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. Trad. Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003.

WEINGARTNER, Alisoete A. dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Est, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Neste lugar e
magníficos, palmital entovado,
os gigantes
arobas, pau-
gão, figueiras e outras
e sobranas das
estas; via-se também muitas

Etnografia do espaço: O “sertão” no relato de dois sertanistas do século XIX

Graciela Chamorro

O sul do antigo Mato Grosso recebeu os primeiros exploradores não indígenas procedentes de São Paulo e Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Os registros de viagem¹ desses exploradores são as fontes que nos permitiram escrever este texto. Na lógica do discurso da descoberta², elas fundam os espaços, sobre cuja existência eles querem noticiar à elite política e econômica interessada em expandir sua influência em direção ao Oeste do Brasil. Escritos por homens “comuns” nas letras, os relatos aproximam de forma ímpar, não só a história da ocupação dessa região, mas também as paisagens que os sertanistas foram “descortinando” em suas andanças.

Nesse contexto, o objetivo do presente artigo é tornar mais acessível algumas dessas descrições relacionadas com a ocupação da parte sul da então Província de Mato Grosso, escritas pelo explorador do sertão Joaquim Francisco Lopes e seu ajudante João Henrique Elliot.

1 Esses relatórios foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S.P.*, n. 28, p. 230-267, 1930; na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 10, p. 153-177, 1848; na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 9, p. 17-42, 1847; no *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, vol. III, 1943. Outros relatórios permanecem inéditos nos arquivos do IHGB.

2 Na iconografia do “descobrimento de América”, o “descobridor” europeu, como um demiurgo “acorda” a América.

Os autores

Joaquim Francisco Lopes: nasceu em 7 de setembro de 1805, numa fazenda próxima à cidade de São Roque de Minas, na época distrito de Piunhi – Minas Gerais. Mudou-se, em 1820, com seus irmãos, para a região de Franca, São Paulo, onde seu pai, Antônio Francisco Lopes, e sua mãe levantaram a fazenda Morro Redondo do Pontal (ALMEIDA, 1951, p. 236).

A convite dos fazendeiros Garcias Leal³, os irmãos Franciscos Lopes – Gabriel, José⁴, Manuel, João, Remualdo e Joaquim – com seus cunhados Alcino e Antônio Vieira Moço e demais familiares⁵, seus escravos e seus pertences, deixaram Franca e aportaram, em 1829, no leste sul-matogrossense, precisamente no sertão de Santana do Paranaíba, já ocupado pelos Garcias Leal.

José e Joaquim se notabilizaram como “devassadores” do chamado sertão. Mas enquanto José tomou posse de muitas terras, seu irmão Joaquim, na avaliação de Monteiro de Almeida (1951, p. 246), nunca tomou posse de terras para si com a intenção de permanecer nelas. Trocou

.....
3 Mário Monteiro de Almeida foi consultor jurídico de Mato Grosso e realizou longa investigação sobre a origem da propriedade privada de extensas terras sulinas matogrossenses. Ele escreveu que José Garcia Leal buscou nas terras mato-grossenses “o sossego que não lograva na terra natal” por causa de seu “extremado partidarismo político, talvez ligado às cenas de sangue de seus ancestrais”. Antes de ocupar o chamado planalto de Amambai, os Garcias Leal – todos fazendeiros – teriam fugido de Minas, “muito antes de 1820”, e se fixado na região de “Farinha Podre”, onde fundaram fazenda. Através dos índios kaiapó, “semi-domesticados”, José Garcia Leal se inteirou “da existência de excelentes terras de cultivo situadas à ribeira do rio Paranaíba”. Depois de uma frustrada tentativa de explorar e ocupar essas terras em 1826, conseguiu ocupar a região em 1828. Foi então que ele e seus parentes convidaram os Franciscos Lopes para fazer essa entrada.

4 Este se tornou o herói do exército brasileiro Guia Lopes, por guiar as tropas brasileiras na Retirada da Laguna, durante a Guerra da Tríplice Aliança.

5 Certamente sua mãe e suas irmãs também integravam a comitiva; seus nomes, porém, não ficaram registrados.

a possibilidade de levar uma vida rural “tranquila e cheia de sossego” pela de um “devassador”. Tornou-se, no decorrer de uma vida longa, um exímio descobridor de glebas propícias para a fundação de fazendas, um improvisador de terras incultas e (de)marcadas com estacas para homens de São Paulo, Minas e Paraná, um trabalhador na construção e abertura de estradas, através das selvas e dos sertões.

Joaquim dedicou boa parte da sua vida à atividade exploratória. Pelos resultados de suas viagens, realizadas de 1829 a 1857, pela qualidade de seus relatórios, por muitas de suas viagens terem sido feitas a pedido do poder público⁶ e por terem sido pagas pelos cofres públicos, J. F. Lopes é considerado um sertanista profissional. Através do Barão de Antonina, da Comarca de Curitiba, ele contou para suas explorações mais profissionais com a ajuda de João Henrique Elliot.

João Henrique Elliot: Técnico de fala inglesa, desembarcou, provavelmente, de alguma unidade marítima em escala pelas costas do país. Radicou-se no Brasil e se afeiçãoou à sua terra e sua gente. Aprendeu a língua do país “escrevendo-a com maior acerto gramatical que o próprio sertanejo” (ALMEIDA, 1951, p. 254). Foi braço direito do Barão de Antonina⁷ no reconhecimento de territórios no Paraná e Mato Grosso. Acompanhou Joaquim Francisco Lopes como ajudante e perito em

6 Em 1837, “patrocinado” pelo capitão João José Gomes, comandante do exército, em Miranda, ele entra em contato com o Presidente da Província de Mato Grosso, Pimenta Bueno, o que lhe rendeu o patrocínio de sua viagem a São Paulo para negociar com o Presidente dessa Província, o brigadeiro Gavião Peixoto, a abertura do caminho de Paranaíba a Miranda. Suas visitas frequentes à capital paulista colocaram J. F. Lopes “em contato com personalidades de importância”, como Luiz Vergueiro, por intermédio de quem ele “entrou em conhecimento com o Barão de Antonina, entre 1842 e 1843” (ALMEIDA 1951, p. 249-253), o cidadão João da Silva Machado.

7 Trata-se do cidadão João da Silva Machado, nascido no Rio Grande do Sul provavelmente em 1789. Humilde de origem, mas hábil conhecedor dos sertões, dos índios e da política imperial, João da Silva Machado chegou à condição de Barão em atenção aos serviços prestados, em São Paulo, durante as perturbações desencadeadas [por liberais] em 1842. Senador pela Província do Paraná, a exemplo de outros titulares da aristocracia rural, o Barão “interessava-se pela constituição de propriedade latifundiária” (ALMEIDA, 1951, p. 254).

várias áreas. Além de engenheiro, mapista, piloto, sertanista, desenhista e exímio sertanista, desempenhou-se inclusive como escriba. Faleceu em 1888. Além de assessor de Lopes, Elliot foi também chefe e relator de expedições, como a que tinha por objetivo “o chamamento dos Cayuaz” do Mato Grosso ao Paraná (ALMEIDA, 1856, p. 430). Suas descrições têm valor histórico, geográfico e etnográfico, além de ser um registro literário sui generis por sair das penas de um estrangeiro, que aprendera o português em pleno sertão.

A fonte

Os relatórios de viagem em destaque são mais conhecidos como bandeiras ou *Derrotas*⁸, termo empregado na época para indicar viagens de exploração. O texto das quatro derrotas, atualizado por Hildebrando Campestrini, está disponível na biblioteca eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (www.ihgms.com.br). A fonte utilizada neste artigo é a que consta nessa página. Os relatórios narram as andanças dos exploradores, suas descrições e impressões da natureza e de seus habitantes.

As metas das viagens

Além da tarefa constante de descobrir glebas para a fundação de grandes fazendas e negociá-las com a elite da época, a missão inicial do sertanista Joaquim Francisco Lopes foi (1) identificar os locais de antigas reduções e missões jesuítico-guaranis nas terras do Paraná e do

8 O texto das quatro derrotas, atualizado por H. Campestrini, está disponível na biblioteca eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (www.ihgms.com.br). A fonte utilizada neste artigo é a que consta nessa página.

Mato Grosso; (2) pesquisar “o melhor traçado para uma via nova de comunicação terrestre entre o litoral paranaense e o baixo-Paraguai”; (3) promover o aldeamento dos índios do Mato Grosso, junto aos rios Tibagi e Paranapanema, para maior segurança dessa via de comunicação; (4) promover o rápido povoamento das terras de Mato Grosso.

Alguns lugares percorridos na primeira derrota

Em fins de julho de 1829, com os Garcias Leal, os Barbosas e alguns parentes, J. F. Lopes internou-se em terras mato-grossenses. Essa entrada marcava o início de sua *primeira derrota*. Sobre ele, Joaquim Francisco Lopes escreveu:

saltamos a dita Paranaíba em lugar largo, e manso mato, cerradões e pântanos [...] saindo da margem do rio Grande topamos cerradões grandes, sapés, veludinho de espinhos, não achamos campos, e nem propriedade para a dita estrada. Voltemos e matemos muita caça no rio (p. 15-16).

Saindo numa região de campos chamada Santa Ana, Lopes divide sua comitiva “em três bandeiras”. Procurando um rio navegável, eles encontram “um ribeiro que faz barra fronteando a uma praia grande de areia, entra parte de suas águas a roda da praia pela parte de cima, ficando a maior parte de suas águas que deságua pela parte de baixo”. Lopes chamou o riacho “Duas Barras” (p. 21). Adentrando-se duas léguas no oeste, acompanhando as águas que correm ao Sucuriú, os exploradores entram em uma vertente “tão plana que não se podia endireitar”. Lopes observa que os campos eram “cobertos de cupins e murundus” e que a vertente se emendava com as águas do rio do Peixe em brejões (p. 22). Os exploradores foram achando mais rios, espigões cobertos de uma vegetação semelhante à grama, campanha e pantanos.

logo na saída do pouso saltemos uma vertente e demos em um espigão grande coberto e composto de uma cambaúva⁹ chata, que mal esbarrava na estribeira, e dobrando topemos uma moita de outra [cambaúva] fina, em toça, a folha comprida imitante a grama que cobria os animais e eles não comiam a dita cambaúva; mastiguei a folha, era muito dura, a resto emendou-se uma campanha arrenegada e viemos pousar em uma vertente empantanada; a dita corre para o rio do Peixe (p. 23).

Pousaram num chapadão, de onde “se avista céu e campo em qualquer parte que se está”, por estar-se “mais baixo que os montes”. Lopes escreve que “de tão plaino cansa os olhos de se mirar para a dita campanha”. Passaram a noite na cabeceira de uma furna.

À tarde do seguinte dia, eles mataram “um tamanduá-bandeira e duas emas”, e descobriram “passagem em dois braços de um córrego na cabeceira de furnas”, que tem muito bom pouso, em direção ao poente. A expedição tinha marchado duas léguas, acompanhando as “águas que correm ao Sucuriú” (p. 22).

Depois de marchar duas léguas em um chapadão, em rumo do norte, Lopes e comitiva encontram “águas que correm ao noroeste, em umas grandes furnas de matos, morros, campestes, agudos, escalvados, vermelhos e amarelos”. O sertanista confessa nunca ter visto “umas brenhas semelhantes” e suspeitar a existência de “grandes grandezas de ouro” (p. 23).

Próximo ao Indaiá Grande, seus integrantes dormiram perto das vertentes do rio do Peixe, onde se depararam com animais da região (p. 25).

Nos relatos da sua entrada nos sertões “do distrito de Cuiabá”, ele percorreu um caminho da serra. Na descida, “desde a cabeceira do Sucuriú”, ele avistou “campos limpos e morros monstruosos”, “capões

⁹ *Cambaúva*: espécie de gramínea.

pequenos [...] e o palmito agarirova”. A comitiva marcha rumo ao sul por “campos cobertos de areia e ruínas pastos, meio charravascal” (p. 25). Ela passa por uma várzea de baía seca com “seus monchões de capimmimoso”; entra no mato e encontram uma “vazante seca, coberta de um capim que imita o da princesa, mais largo alguma coisa, ervas-de-bicho pela beirada, e os animais não queriam sair dele, estava que nem salada” (p. 27).

Como fará em outras ocasiões, ele descobre fazendas e lhes dá um nome: “pus o nome no vão em que avistei fazendola da fronteira dos montes monstruosos”. Lopes registra que nesses montes as águas “correm ao poente” (p. 28-29).

Os exploradores encontram uma serra com vasta floresta. Após verificarem como era o lugar, montaram acampamento em Tarumã ao pé da Serra (p. 30). Desse lugar, saíram em direção ao sul. Tendo percorrido “distância de meia légua”, encontraram “uma batida de estrada na cabeceira de um brejo”, que Lopes acompanhou “pensando ser de anta”. Mas como encontrou “esterco muito velho” no caminho, reconheceu “que era de animal cavalari”. Seguiu trilhando a estrada “desleixada” e reconheceu “que era dos índios que navegavam da aldeia velha, para Camapuã”. Dois integrantes da expedição “acompanharam o trilho para o pouso”. Lopes voltou “rastros atrás”, avistando “cedros, aroeiras, taquaruçus, quase todos secos”. Seus companheiros “acharam esterco de gado na batida dos índios” (p. 30).

Após verificarem como era o lugar que ‘descobriram’ montaram acampamento em Tarumã ao pé da Serra.

Os exploradores prosseguem sua marcha “em rumo do sudoeste em uma vertente acima do chapadão Copiy; terra vermelhada, campos baixos e fechados, ficando de vista vertentes à direita”. Depois eles descem “em furnas, morros, pedras e aparados”, marcham em campos cobertos e muitas bibocas de cabeceiras e pedras e descem em uma cacunda de uma serra que vem do norte a sul. Do alto eles avistam embaixo da serra

“um grande chapadão que representava ser brejão, com seus monchões de cerrado”. Descem a serra “em um facão muito comprido e muito alto ao solás, que mete medo; depois de descer entra-se em moitas de tabocas baixas, sapés, bacuris no campo, e citadas de craibas florescidas e muitas qualidades de pastos, e terra branca e dura; tem lugares que encharca com as águas”. Na descida encontram “uma estrada da cambaúva fina” e “a ossada de um cavalo”, descendo a serra, acham “a cabeça de uma rês” (p. 31). A comitiva pousa em um “riacho de canoa” de águas turvas empantanadas, que corre para o poente e não tem matos. No dia seguinte, conseguem passar suas cargas “com felicidade”. Sobre o transcurso daquele dia, Lopes escreve:

pesquemos muitos peixes e matamos muitos pássaros, patos, mutuns, jacutingas, jacus, jaozes, e urrava muita guariba; os macacos muito mansos nas fruteiras da sapucaia, e tivemos boa ceia; pousamos em matos de bacuris que acompanha o dito riacho; o cunhado Vieira a vida dele era comer cocos de bacuris.

Advirto mais que em cima da serra têm muitos rastos de antas, e de onças, descendo a serra, cervos e galheiros, muitos paus do campo ranhado de onças; na dita lagoa, ao fechar da noite, atirei nos pássaros, que eram muitos nas árvores, e todos cantavam e gritavam, com o eco do tiro deu dois gemidos, fiz ser jacarés (?) ou peixe pintado (p. 32).

Ao sul do chapadão chato, Lopes e sua equipe pousaram nas margens de “umas poças grandes que vem da serra”. “Muito bom pouso”, registrou Lopes, e prossegue:

pescamos muito peixe – traíras, piranhas, pias, lambaris; marchamos três léguas. [...] marchemos a par com a serra, ao sudoeste, em chapadão baixo, marchamos três léguas. Advirto que pousemos em uma baixa encharcada de água, capim perto de três moitas de tabocas e bacuris fechado, e também topemos um cágado redondo

grande, a cacunda do feitio de dado de damas; em Goiases chamam jabuti.[...] marchemos, chapadão monstruoso e dobremos, topemos uma várzea arcada em algumas partes. Matei dois galheiros, abeiramos para baixo, pousemos na beira de um riacho que vem da serra. Divide-se a dita serra, e se avista chapadão, e alguns braços entranha em morros, ao que avistei e apanhamos muitos doirados; com a lavagem da carne, amarelava o rio e levou três anzóis, e pusemos fogo no campo que arrasou e matei uma capivara muito gorda com cinco filhos na barriga; achou-se três pés de algodão e um pezinho de urucu (p. 34).

Os exploradores prosseguiram seu andar. Encontraram “várzeas de capim rasteiro, areia fina de fundição e branca e uns coqueiros”, que “ao longe parece buritis, da folha e a cabeça pequena, espinhos acompanhando o talo”. Passaram por “lingüetas de campo entre meio de cerrado” e pousaram “em uma água morta que vem de um cortado de serra”. No lugar apanharam muitos peixes. Marcharam mais duas léguas e avistaram fogo. Lopes gritou, achando que se tratava dos camapuanos, mas logo lhe rosou uma onça, que à meia-noite tornou a rosar. No dia seguinte, eles abeiraram a dita água para baixo, passaram em um charco grande, marcharam em chapadão grande e toparam batidas de gado. Seguiram o rastro das criações nos verdes que avistaram a par com a serra e logo adiante avistaram “gados, adiante uns pés de pitas, mamonas, fumo, algodão, esteios, lugar de tapera, adiante umas casinhas, um curral de varões de taquaruçu, uns índios, porcos, cachorros, galinhas, animal cavalar”.

Os índios se apresentaram como “guaxi”. Não só ensinaram aos viandantes os caminhos a Miranda e Camapuã, como lhes presentearam com “uma égua rosilha andadeira” e lhes ofereceram um guia até as salinas dos Santos. Acharam “Salvador Luís dos Santos e seus camaradas fabricando sal em sacas de coiro, estilando e apurando em tachos”. Estes lhes deram os nomes dos rios que passaram: “o primeiro riacho, Coxim;

o segundo, rio Negrinho, que é cabeceira do terceiro riacho de canoa, rio Negro, acompanhando a dita trilha, abeirando a serra; o quarto que topamos, Naboco Niogo; o quinto, maior, Aquidauane”. Lopes observa que “os ditos índios andam vestidos de um pano dobrado, linhas torcidas com suas pintas de várias qualidades e um ponchinho do mesmo pano”. Esses índios têm “vacas de leite pequenas, gordas, muito boas de leite, e marroazes à proporção, [...]também eles têm um leque de assoprar fogo e abanar mosquitos”.

Depois de passar por Aquidauane, os viajantes continuaram marchando em chapadão, em algumas partes monstruosas, a caminho do Forte de Miranda. As passagens percorridas são Pirizal, Ipegue, Naxadaxe, Uagaxi e Morraria Forte. Lopes descreve o forte:

advirto que o dito forte tem quatro frentes de casas, duas arruadas, cercas de taquaruçus e as outras só a frente. O forte, no meio, cercado de madeira em pé, apontadas de quatro quinas, aterrado alto por dentro, e tem sentinela viva de dia e de noite.

Ele “adverte” ainda que há índios aldeados ao pé do forte com suas lavouras e engenho de bois. Eles “fazem rapaduras e melado e fabricam a farinha de mandioca”. Lopes se informa sobre “as nações” indígenas. As aldeadas ao pé do forte eram uaicurus, guanás e guaxis. Entre as nações que existiam arretiradas ele conta as ipagmas e caiubás, que são mencionados por primeira vez no relatório¹⁰.

Apatrocinados pelo comandante do forte, Senhor João José Gomes, os exploradores prosseguem na busca de um caminho para Camapuã, acompanhados por um índio Guaicuru e um Guaxi. À noite, Lopes se surpreende com “uma luzerna cor de fogo resplandecente como uma

.....
10 No livro *Estado, território e etno-nacionalidade*, tenho um artigo em que apresento exclusivamente as populações kaiowá nas derrotas de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot (CHAMORRO, 2009, 111-142).

grande estrela”, que, segundo os índios, era a intocável bicha no cupim. Com uma pedra na cabeça, ela produz a maior luz possível, tendo por isso o título de Caincro.

Prosseguem viagem. Cruzam uma passagem por nome Pirainha, uma várzea salitrada perto de uma paineira do campo, um córrego empedregulhado ou enlajeadado, um mato de tabocas, um buritizal, um mato de bacuris a arrodar um brejo, as vertentes do Coxim, grotas da cambaúva fina, córregos empantanados, furnas do Coxim, macegões grandes, cerrado, grotas de mato, córregos, campos, matas, morros, o ribeiro Taquaruçu, que deságua no rio de Camapuã, um ribeiro enfurnado sem mata, chamado Matamata, que também deságua no Camapuã. Chegam a um campo limpo e finalmente à Camapuã, um ponto previsto no seu itinerário, pois lá se estabeleceram “os patrícios que vieram da povoação dos Garcias” que tinham chamado os Lopes para povoar os sertões do Mato Grosso. Os viajantes se entretêm em Camapuã, retornam ao Forte de Miranda, fazendo alguns atalhos sem encontrar empecilhos (p. 37-42). De volta à região de Miranda se deparam com a riqueza do Sertão encontrado, assim como a grande quantidade de animais encontrados.

Ao que parece, Lopes se demora na região. O relato segue descrevendo uma descida da serra, realizada no ano de 1637, nos seguintes termos:

Advirto que divide-se de uma serra que vem de norte a sul; descendo esta serra pelas águas que deságuam ao Paraguai, formam grandes planos. As águas baixas, razão por onde alaga toda esta marja, os pastos bons que se contam no lugar, tem suas lagoas, e muitos firmes compostos de alguns capões, e cordieiras de matos de taboques, e muitas caças do campo, e do mato, e muitas onças, e em qualquer águas muitos peixes; advirto mais nas vages de praturais, que nós chamamos cruilas, ou nos carandazais muito sal da terra trigueiro, e alvo, e muito salitre se pode formar grandes fazendas de criar, e se formar grande terra, imediato os matos baixos dá bem mantimentos, até nas tabocas. Nos campos me parece dar

trigos; enfim, pode-se contar este sertão por Patrimônio do Brasil etc. (p. 42).

Novamente apadrinhado pelo comandante capitão João José Gomes, Lopes se dirige de Miranda para Cuiabá, para “representar” ao Presidente da Província de Mato Grosso suas “entradas de sertão e mapas de rios, e comonidades de estrada para São Paulo e Minas, para endireitura do Cuiabá, e mesmo de Miranda”. No trajeto, ele descreve:

Na segunda volta à direita entra um braço de baía grande, de nome Chaneca; ao pôr-do-sol, chegemos na povoação dos Dourados; terceiro morro de campo limpo ao noroeste, Paraguai encosta no dito; topamos os índios guatoes, moradores do lugar e um português destacado, de nome Francisco Fernandes (p. 45).

Lopes registrou a existência de um ribeirão e, às suas margens,

campos, boas aguadas, cerrados, boas culturas nos espigões, onde se acharam alguns barreiros de caça, na margem; veados, antas e cervos. No dito ribeirão denuncio terrenos de campos cerrados e matos, boa pastagem onde se pode formar uma fazenda para a nação, a bem do estabelecimento da estrada e mesmo suprimento da negociação e comércio do Rio para a província de São Paulo e a do Mato Grosso (p. 52).

Feitas as negociações em Cuiabá, ele empreende a viagem de retorno ao Sul. Durante sua passagem descreve “matas de papuãs e boas culturas”, “bons matos papuãs”, campestres, serrotes, bons pastos, “um ribeiro acompanhado de cerrados” e coqueiros, que fez boa passagem, “um ribeiro grande”, que “ficou bem descortinado”, tendo ele e sua comitiva pescado muitos peixes, avistado coqueiros, antas, mateiras, barreiros, muitos macacos, jacus, jaós, macucos e muito mel. Na seqüência, ele relata:

seguimos picando de facão dois dias, saltando e passando por ca-

beceiras cerradas e campestres – bons matos limpos, papuãs, jaborandis, gameleiras barrigudas – muito mel e alguns paus de buritis e aí ficaram os dois camaradas e eu, aqui adiante uma légua, picando de facão – atrepei um serrote em um pau de ipê e avistei todas as vertentes do dito ribeirão (N. B. Advirto que as águas do córrego da Onça correm para o rio Tietê) e contravertentes para o rio Tietê ao sueste; marquei e voltei e seguimos para trás, e nos ajuntamos no pouso aonde ficaram os camaradas Mateus e Geraldo (p. 54).

Descrição de uma viagem exploratória na segunda derrota

Contratados pelo Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso, o sertanista Joaquim Francisco Lopes e o engenheiro João Henrique Elliott exploram o norte da Comarca de Curitiba. Da sua primeira entrada, Elliot nos brinda uma exuberante descrição da natureza por eles contemplada. Segue a descrição:

demandamos o rio Tibagi com o fim de ir à serra de Apucarana, que azulando à grande distância, calculou o sr. barão ser uma suficiente atalaia (e não se enganou) para reconhecerse todo o sertão circunvizinho. Do fim do campo da mencionada fazenda a uma légua de mato chegamos ao rio Tibagi, o qual atravessamos seguindo sempre o rumo ONO. Três léguas distante do Tibagi, passando sempre por matos de pinhais, encontramos um ribeirão considerável, que corria ENE, e se lhe deu o nome de Pederneiras por causa da abundância que nele havia; daqui subindo uma alta serra seguimos pelo cume atravessando pinhais e algum mato de palmital, até que descemos para o ribeirão da Fartura, distante do Tibagi seis léguas; daqui para diante é uma continuação de serranias e as matas serradas de criciúma, de tal maneira que são quase impenetráveis; descendo uma serra coberta com mato de capoeirão, avistamos pela primeira vez (depois da nossa entrada) à distância de três léguas ONO a célebre Apucarana, tão decantada nos aranzéis dos antigos paulistas do décimo sétimo século, cujo alto cume defendido por enrugados e escarpados rochedos pare-

cia ser inacessível. (Deste lugar tirei uma vista da serra.) Dali para diante encontrávamos menos pinhais, terreno sempre montuoso, e matos muito cerrados.

No dia 15 de setembro chegamos ao ribeirão de Apucarana, que banha a falda da serra e corre ENE, unindo-se com outros arroios que tínhamos passado, e vai se entregar ao Tibagi logo acima da serra dos Agudos. [...] No dia seguinte subimos parte da serra, achando uma pequena e cristalina fonte que manava do rochedo; deixamos a gente fazendo pouso enquanto eu e o sr. Lopes procurávamos uma vereda para subir ao cume; quanto mais nos aproximávamos do penedo, mais o mato ia desaparecendo, até que terminou em rasteiro faxinal. A rocha, que de longe apresentava uma cor cinzenta e uniforme, chegando perto viu-se que em parte era coberta com musgo tão macio como veludo, e matizado de mil cores brilhantes; uns pequenos arbustos, que nasceram em umas fendas da rocha, serviram-nos de escada, e passando de uns aos outros com dificuldade e risco ganhamos o cume.

A serra em cima é um tabuleiro de trezentos e tantos passos de comprido, e quase outros tantos de largura; tem pouca vegetação, e aqui e ali se viam grandes e isoladas pedras de todos os tamanhos e formas. Por causa de se estarem queimando os campos, tanto em Curitiba como em Guarapuava, a atmosfera estava esfumada de tal maneira, que não foi possível distinguir cousa alguma na distância de duas léguas em torno. Vendo perto de nós, no lado do ocidente, um pinhal, determinou o sr. Lopes ir com quatro camaradas àquele lugar, ficando eu com uma pessoa para tornar a subir a serra quando se desassombrasse da fumaceira. A gente encontrou uma vara de porcos no pinhal, e do alto da serra eu apreciei a bela caçada: o alarido dos cães, os gritos dos caçadores, os tiros que de vez em quando estrondavam aqui e ali, respondidos por mil ecos das concavidades do sertão, era um espetáculo selvagem sim, mas interessante e sublime na altura em que eu me achava! Quatro dias consecutivos subimos aquele lugar, mas sempre com os mesmos desapontamentos: vimos então que era preciso esperar a chuva, e por não estar parados determinamos de subir a ponta de uma cordilheira que ficava a oeste distante duas léguas, a qual estorvava nossas vistas para aquele lado. Seguimos por pinhais e terras montuosas de mato bom; no terceiro dia chegamos ao lugar determinado, donde vimos a aberta do rio Ivaí, distante seis ou sete léguas a oeste; porém a chuva que logo caiu em grande

abundância vedou-nos de fazer mais observações. Voltamos e chegamos ao nosso arranchamento depois de uma ausência de cinco dias. O tempo melhorou; eu e o sr. Lopes tornamos pela quinta vez a subir a serra, não havendo nem camarada, nem índio que quizesse acompanhar-nos. O dia estava belo, a atmosfera limpa, e fomos amplamente compensados de todas as nossas fadigas no instante em que chegamos ao cume. Que lindo e majestoso quadro! O mais belo céu do universo brilhava sobre nossas cabeças, e estendidos como um mapa a nossos pés víamos rolar caudalosos rios, atravessando as mais pitorescas e magníficas florestas do Brasil. Eminência encantadora, eu daqui mesmo ainda te saúdo! Perto de nós, concavidades saturnais e montanhas atiradas sobre montanhas mostravam que alguma erupção vulcânica tivera lugar ali, e no meio de todo este caos a Apucarana levantava sua alta e descalvada cabeça, olhando com tranqüilidade as formas fantásticas que as convulsões da natureza tinham acumulado em derredor de si. O Tibagi depois de passar a serra dos Agudos serpeava por vargedos a rumo NNO; mais longe via-se o brechão do Paranapanema cortando o sertão de leste a oeste, e lá no extremo do horizonte uma linha apenas visível, que se estendia de NE a SO mostrava o curso do gigante Paraná: a ESE aparecia parte dos campos gerais, e a NE sobre a margem ocidental do Tibagi a pequena campina do Inhohô distante oito ou nove léguas. Adiante desta distinguiam-se com dificuldades as pontas de algumas outras campinas, que eram inteiramente desconhecidas; destas indagações concluímos que o Tibagi devia ser navegável logo para baixo da campina Inhohô; que era necessário explorar tais campinas que tínhamos visto, a fim de ver se eram suficientes para estabelecer um depósito, acomodar algum gado, e servir de pastagem para as tropas que tivessem de conduzir mantimentos. Como este era o objeto principal da nossa viagem, voltamos depois de ter gravado em uma pedra a era e as iniciais dos nossos nomes J. F. L. – J. H. E. – 1846 (p. 62-64).

A exploração prossegue, sempre com o intuito de descobrir um trânsito fluvial para a província de Mato Grosso. A sexta entrada teve início em 14 de junho de 1847, com os dois protagonistas principais e seus camaradas, segundo Elliot, “jogando a vida em uma empresa desaprovada por todos”. O primeiro obstáculo é a chuva copiosa a ponto de o rio

subir, em vinte e quatro horas, quatorze palmos perpendiculares. Parada obrigatória. Sobre a região, escreveu o engenheiro:

Neste lugar os matos são magníficos, palmital entravado com gigantes cas perobas, pau-d’alho, figueiras e outras árvores soberanas das florestas; via-se também muitas jabuticabeiras, umas com flor e outras com frutas maduras.

Quando as águas desceram, seguiram viagem, “passando muitas corredeiras pequenas por entre terreno montuoso e coberto de mato bom”, e avistaram as primeiras árvores de laranjeiras silvestres. Por causa de uma cachoeira, continuação de corredeiras, que se estenderam para mais de meia légua, foi necessário passar a canoa descarregada. Tocando em terra, viram “três ranchos de índios, abandonados (com toda a aparência) havia um ano”. Fizeram pouso em uma ilha grande; “o rio serpeava por vargedos de palmital” (p. 73). Navegando pelo “possante Paranapanema”, Elliot irá escrever que ele “serpeava por vargedos de mato bom”. E, na sequência, que “a aparição de gaivotas, colhereiros e outros pássaros aquáticos” lhes anunciava “a aproximação do Paraná”, onde “os matos são de uma qualidade inferior, acha-se o palmito bacuri, e começam a aparecer as anhumas e mutuns”.

Os exploradores saíram do capão por campos cobertos e arenosos com muitos formigueiros. Viram “alguns veados e avestruzes muito espantadiças, às quais não foi possível chegar em distância de tiro”, e como consequência, passaram esses dias comendo “cabeças de macumã, que é uma qualidade de palmito pequeno que há por aqueles campos”. Encontraram “muitos vestígios de índios”, e, tudo indica, seguiram esses vestígios, “passando um pequeno córrego”, dando “de súbito com eles dentro de uns ranchos perto de uma restinga de mato”. “Adeus, camaradas”, teria dito Lopes, e começou uma confusão. Segue o relato de Elliot:

dando gritos de terror correram todos, e as índias com os filhi-

nhos nos braços faziam diligência de se evadir para o mato vizinho. Quais magros galgos, a quem a fome havia tirado as forças, partimos contudo no momento, e o sr. Lopes conseguiu alcançar e segurar uma china que levava um pequeno no braço, e nós apanhamos mais três piaís, que também fugiam para se escapar. A pobre índia, pensando que de certo a morte ou o cativo a aguardava, ficou em um estado de aflição que é difícil descrever: balbuciava com dificuldade algumas palavras, que infelizmente nós não entendíamos, e assim a fomos conduzindo para os seus ranchos, onde lhe demos a entender por acenos que não queríamos fazer-lhe mal. Deu-se-lhe alguns lenços, um mosquiteiro, e outras bagatelas, com que os pequenos filhos, que podíamos tomar conforme o uso e costume dos sertanistas se não fora nossas convicções, e o cumprimento das terminantes ordens do sr. Barão, que sempre nos recomenda toda a brandura com esta gente a fim de pôr em prática seu plano de catequese, o que já em parte tem conseguido (p. 78).

O grupo seguiu viagem e deu “com um arranchamento de índios sobre um pequeno arroio no meio do campo; os ranchos eram baixos, do feitio de uma tolda de carreta, arrançados em semicírculo, e abandonados havia três ou quatro meses” (p. 77). Mas logo os exploradores se encontram com indígenas:

Tendo nós entrado num capão para procurar mel, fomos alcançados por uma porção de índios da mesma tribo da china aprisionada; eles não traziam armas de qualidade alguma, eram coroados, trigueiros e inteiramente nus, e alguns tinham a cara pintada da boca para cima com tinta vermelha e outros com tinta preta. Esta visita nos pôs em sérios embaraços, porém por seus modos e gestos coligimos que o bom trato e presentes que se dera à índia os induzira a procurar-nos para obterem alguma cousa mais. Pediam por acenos os nossos machados e facões, admirando nossas armas de fogo, das quais inteiramente ignoravam o uso” Tendo nós entrado num capão para procurar mel, Presenteamos estes infelizes brasileiros com ferramentas, roupa, barretes e missangas, acautelando somente as armas de fogo para no caso de qualquer tentativa hostil, e assim os despedimos (p. 79).

Os sertanistas prosseguem suas andanças e chegam à aldeia dos guanás, situada a pouca distância de Albuquerque. O povo integra, segundo Elliot, a grande família dos xanés. Na sequência, ele descreve que dita família é “dividida em várias tribos, sendo das mais notáveis a guaná propriamente dita, os quinquinaus, os terenas e os laianas”. Estes índios são, na sua avaliação,

industriosos, tecem panos de algodão de várias qualidades e padrões, e aplicam-se à agricultura. São (geralmente falando) alvos, bem feitos e muito tratáveis; a sua fisionomia aproxima-se da raça caucásica, muito diferente dos guaicururus, xamococas e outros, que tem mais semelhança com a mongólica.

Na sequência, ele descreve as mulheres e o rio:

A água aqui em tempo de seca é longe, e várias vezes encontrei com jovens índias conduzindo cântaros, alguns de formas extravagantes e ornados com uma espécie de baixo relevo, vestidas unicamente com suas julatas (uma espécie de lençol), que sempre deixam parte do seio descoberto; seus compridos cabelos (pretos como ébano), arrançados com gosto e ornados com flores e outros enfeites, me fez recordar os tempos clássicos da antiga Grécia. Imaginei por um momento que estava na ilha de Chipre encontrando as ninfas de Vênus quando iam buscar água às fontes da Idália. Tudo aqui respira languidez e a voluptuosidade do clima; o mesmo rio Paraguai parece que participa de tais sentimentos, rolando lentamente suas águas pacíficas por entremeio de campos cobertos de uma terna verdura (p. 81).

Sobre a povoação de Albuquerque ele escreve:

Está situada no mato que serve de divisa deste Império com a província de Chiquitos, pertencente à república de Bolívia. Os guaicururus antigamente atravessavam este mato, gastando cinco dias por terreno que não tem uma gota de água; quem me deu esta notícia foi um índio muito velho, que acompanhou-os em tais correrias.

Constou-me que os bolivianos têm querido atacar a povoação de Albuquerque por este lado, mas até agora têm sido impedidos talvez por estas serras e matos sem água; porém apesar disso não é prudência facilitar, e haver uma invasão e a dispersão dos índios que pacificamente estão ali vivendo debaixo da proteção do governo (p. 83).

Os sertanistas empreendem a viagem de regresso. Passam pelo Paraguai “logo abaixo da baía dos guanás” e entraram nos pantanais. Ele descreve as 24 léguas de campos de Albuquerque ao forte de Miranda como “um continuado vargado, em parte limpo, em parte coberto com árvores de caraíva e carandá, e sujeitos às inundações do rio Paraguai”. Parada em Miranda. E Elliot aproveita o tempo para visitar algumas aldeias dos índios, que pertencem na maior parte à família dos guanás. A respeito de sua visita ele registra:

Os quinquinaus estão aldeados perto do forte, e os terenas, que são mais numerosos, estão aldeados na Ipega, duas léguas distante. Os laianas vivem como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas; e além destes há alguns guaicurús e guaxins. Os terenas eram mais numerosos, porém a ausência do sr. major João José Gomes, que era seu principal benfeitor, fez com que muitos emigrassem, e é provável que agora voltem a reunir-se, o que é de interesse vital para aumentar a população desta bela província.

A viagem prossegue, passando pelos campos da Vacaria. O rio que dá nome a estes campos, ele assim descreve:

O rio da Vacaria terá dezoito braças de largura neste lugar, e corre por campos e matos até a distância de seis ou oito léguas do lugar onde embarcamos; daí começa por brejos cobertos de capim-guaçu.

Dois dias depois, dezesseis léguas abaixo do porto de embarque, a expedição alcança

o rio Brillhante (ou Ivinheima propriamente dito), que é três vezes maior do que o da Vacaria e depois de unidos têm mais de sessenta braças de largura. Este rio serpeia majestosamente por grandes varegens, em parte firmes, em parte brejais; os matos poucos e baixos, retirados do rio meia légua mais ou menos (p. 83).

As primeiras observações de Elliot são:

oito léguas abaixo da barra do Vacaria com o Avinheima, encontramos muitos vestígios de índios na margem direita; neste mesmo dia, dobrando uma volta, os avistamos de repente lavando-se no rio; seriam cinqüenta, e correram para o mato da barranca, ficando alguns mais corajosos por verem somente uma canoa com quatro pessoas dentro. Confiados na fortuna que nos tem seguido passo a passo em todas estas explorações, nos aproximamos à praia, e saltando em terra os abraçamos, e os brindamos com mantimentos, muitos anzóis, facas, e algumas roupa que trazíamos de resto. Eram cauiás, , da mesma família daqueles que encontramos nas margens do rio Ivaí em 1845 (o que consta do itinerário dessa viagem, que se acha impresso na Revista do Instituto Histórico Brasileiro); tinham o lábio inferior furado, e traziam dentro do orifício um batotoque de resina, que à primeira vista parecia alambre; cobriam as partes que o pudor manda esconder com pano de algodão grosso; os cabelos eram compridos e amarrados para trás; tinham arcos e frechas; as farpas eram de pau e também possuíam cães. (p. 83).

Quinze léguas para baixo da barra da Vacaria, Elliot situa o rio de São Bento, que logo depois de uma baía se reparte “em dous braços”. Ele desce pelo braço menor, e depois de rodar cerca de uma légua, chega ao rio Paraná, que nessa altura “é semeado de ilhas e [é] muito largo”. Subiram por esse rio três léguas, chegando à barra do rio da Samambaia, onde ele e seus ajudantes ficaram esperando seis dias os seus companheiros “que desciam por ele”.

O rio Ivinheima é navegável sem o menor obstáculo, largando os campos da Vacaria, corre quase sempre por vargedos cobertos de capim-guaçu, e tem pouco mato forte. Nele e nas suas margens há abundante

peixe e caça. Chegados os aguardados camaradas, a expedição sobe o Paraná, entra no leito do Paranapanema e onze dias depois chega à barra do ribeirão das Congonhas, que escolheram para o porto de embarque do comércio da vila de Antonina com Cuiabá. O engenheiro passa a limpo seus apontamentos e gráficos, a pedido do Barão, o que ele confessa ter feito “com custo” por escrever fora do seu idioma inglês. No seu relatório, finalizado na Fazenda de Perituva aos 18 dias de abril de 1848, o relator assina como criado e piloto mapista – João Henrique Elliott, contando para suas imperfeições com a indulgência do Barão.

Finalizando

Muitas águas correram desde que os primeiros sertanistas começaram a “descortinar” o sul do Mato-Grosso à elite brasileira. A paisagem mudou consideravelmente desde então. Espero que os relatos destacados neste texto possibilitem “ver” essa paisagem que acabou sendo transformada pela ação dos devassadores que se sucedem na região há 150 anos, que eles levem a compreender a historicidade das imagens espaciais e das formas de ocupação dos espaços, e despertem o interesse pelo resultado das transformações em curso no Mato Grosso do Sul.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mário Monteiro de. **Episódios da formação geográfica do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1951.

CAMPESTRINI, Hildebrando. As derrotas do sertanejo. **Albuquerque**: revista de História. Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, p. 207-226, jan./jun. 2009.

_____. e GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/Brasília, 1991.

As Derrotas de Joaquim Francisco Lopes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <www.ihgms.com.br>. Acesso em: 1º a 31 de maio de 2009.

ELLIOT, João Henrique. Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S.P.** São Paulo, v. 28, p. 230-267, 1930.

_____. Resumo do Itinerário de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 9, p.17-42, 1847.

_____. Itinerário das Viagens Exploradoras Emprhendidas pelo Sr. Barão de Antonina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 10, p. 153-177, 1848.

_____. A emigração dos cayuaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, n. XIX, p. 435-447. 1856.

Vento brabo... é vento que ventá de

de todos os lados. (...) quem sempre e
fazendo estúpido, diz que carrega, em seu bôjo, na
lúria satânica, tógo as sintomas, as
resistências, os
Elicios, as lendas,
as mad, as
omistés
rios, os
crepúsculos, os
Fent's

Os dias de demônio: as representações de espaço na obra de Roberto Gomes e na memória social das lutas camponesas do Paraná

Walter Marschner

Introdução

Em agosto de 2007 comemorou-se no Sudoeste do Paraná os 50 anos da assim chamada Revolta dos Colonos, um dos raros episódios na história da questão agrária do Brasil com um desfecho positivo para as populações camponesas, com a conquista do direito de acesso à terra. A historiografia analisa o ocorrido em 1957 como um levante camponês espontâneo, distinguindo-o de movimentos camponeses organizados como as Ligas Camponesas na década de 1950 ou as lutas pela conquista da terra a partir da década de 1980. Não obstante, são várias as análises que atestam que a Revolta dos Colonos não consistiu apenas num marco histórico na luta por reforma agrária no Brasil, mas foi também o início da construção de uma *identidade de luta por autonomia* da agricultura familiar, concretizada num corpo numeroso de organizações sociais.

A propósito dessa construção de identidade da agricultura familiar, é interessante observar como as festividades alusivas aos 50 anos da Revolta oportunizaram a elaboração de um *discurso sobre a memória* e sobre as *tradições*. O resgate da memória e a recriação da tradição são entendidas como fator decisivo de resistência e autonomia deste grupo. Aqui se arti-

culam elementos fundamentais no *processo* de transformação da sociedade camponesa. Ainda que toda utopia, todo projeto de futuro, tende a se basear numa certa visão e mesmo numa idealização do passado, percebe-se a relevância destes discursos num universo em que as transformações atuais são sentidas como despojamento, como processo de perda de identidade. Identidade aqui não se refere a uma essência original que um dado grupo preserva, mas implica na capacidade de “dizer-se”, um processo que envolve constante elaboração, manejando valores, estruturas simbólicas, representações sociais, processos que os teóricos das representações sociais, como Bourdieu (1996) e Moscovici (1984) conceituam como uma constante construção da realidade, operada pelos sujeitos, dentro de uma sociedade marcada pela conflitividade.

Nesse contexto surge, ao lado narrativas populares, uma numerosa produção documental, artística, poética, romarias e outras manifestações culturais. Também surge a iconografia da “memória oficial” manipulada pelo poder público por meio de monumentos e outras representações.



Monumento ao Migrante – Francisco Beltrão – PR.

Tal é o caso do Monumento ao Migrante erigido em uma praça da cidade de Francisco Beltrão por ocasião do cinquentenário da cidade

em 2002. A escultura é uma reprodução bastante fiel de uma fotografia da década de 1950 da chegada de migrantes sobre carroções de boi, supostamente chegando ao Sudoeste do Paraná.

Na cena representada, um dos homens, com uma criança no colo, aponta esperançoso para o horizonte. Ao lado do monumento dispõe-se uma placa explicativa:

Monumento ao migrante

Jubileu de ouro de Francisco Beltrão 1952-2002

Oriundos principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros. Aqui chegaram famílias inteiras amparadas pela CANGO (Colônia Agrícola General Osório) e deram início à efetiva colonização desta terra.

Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceu – singela Vila Marrecas.

Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão.

A Eles, nosso heróis pioneiros, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão.

O monumento erigido representa a importância que a coletividade municipal confere ao seu passado e seus personagens, os pioneiros. Seu texto segue um gênero de discurso histórico, de caráter épico – ufanista, voltado à heroização e sacralização de personagens ou grupos sociais. Tais discursos e representações compõem um imaginário acerca das origens cuja análise é fundamental para que se possa entender como identidades são forjadas e como podem ser manipuladas pelos que detêm o poder simbólico (LANGER, 2010, 13ss).

Dentre a produção literária que surge em torno da memória de 1957 se destaca a obra de Roberto Gomes, o romance “Os dias de Demônio”. A obra toma em seu enredo muito das narrativas populares, discursos oficiais e representações que compõem o imaginário sobre o surgimento do Sudoeste do Paraná e é por isso uma fonte importante para entender os processos de construção do simbólico e da identidade territorial.

A obra de Roberto Gomes

Roberto Gomes é conhecido romancista paranaense e professor aposentado de Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Tem como primeiro livro *Crítica da Razão Tupiniquim* (1977), publicando nos anos seguintes contos e romances. Sua obra mais importante, *Alegres Memórias de um Cadáver* (1979), foi agraciada com o prêmio José Geraldo Vieira da UBE/SP como melhor romance brasileiro no ano de sua publicação.

Com o Romance “Dias de Demônio” Roberto Gomes toma a revolta de 1947 como cenário sobre o qual logra escrever o que a crítica vai chamar de “romance histórico modelar, sobre as lutas camponesas” (GASPARI, O Estado de São Paulo). Mesclando um estilo épico e um realismo seco, de personagens feios e embrutecidos, aponta o sofrimento e a idealização da empreitada colonizadora.

Gomes se serve de amplo acervo de fontes históricas. O autor cunha um caráter ficcional para seus personagens, mescla assim história e mito em torno da ocupação do sudoeste do Paraná. Sua narrativa envolve, contudo, personagens que são pessoas concretas, muitas delas ainda testemunhas vivas. Como todos os personagens deste romance estão inseridos em processos migratórios, compondo uma realidade de constante mobilidade social, os conflitos do Sudoeste do Paraná são vinculados a outros importantes processos históricos da questão fundiária brasileira. No enredo surgem fugitivos das lutas do Contestado e da Guerra dos

Farrapos. Também o autor vincula o conflito à contemporânea guerrilha camponesa de Porecatu.

Gomes oferece um panorama que, se não fidedigno aos episódios, dá uma densidade maior à história, carregando-a de valor simbólico e vinculando com a cultura local. O romance consiste, sem dúvida, em mais uma das diversas representações do conflito, que no conjunto de memórias e relatos compõe a memória cultural da revolta de 1957 que, como veremos, vai tecer a identidade territorial.

A perspectiva da análise do espaço a partir de suas representações – tal como o épico territorial de Roberto Gomes, bem como a memória social em torno do espaço, suas manifestações orais, cantos, monumentos e outras expressões – podem trazer aspectos importantes acerca do território e seu desenvolvimento e que normalmente são ignorados desde perspectivas clássicas.

O propósito deste ensaio é então analisar a obra de Roberto Gomes tendo como pano de fundo a revolta camponesa de 1957 no Sudoeste do Paraná. Destaca-se na análise o papel das representações míticas do espaço considerando-as como uma chave de leitura importante para entender o avanço da fronteira agrícola.

Espaço, identidade e representação

Como se dá essa transposição entre o mítico e social concreto? Como se materializa um imaginário coletivo em estruturas de poder e controle social? A hipótese fundamental deste ensaio toma como premissa que todo o espaço é socialmente constituído. Entende-se que não existe espaço geográfico a não ser como obra do agir humano que o delimita e o organiza.

Por muito tempo o espaço natural era considerado vazio de identidade (*Terra Nullius*) e só através de uma divisão normativa, ato de poder – expresso, por exemplo, num mapa político – estabelecia-se uma relação

entre pessoas e o “lugar”. Até aí o espaço é indiferenciado e homogêneo e por isso passível de livre apropriação, no exercício de conquista/ocupação.

A perspectiva de análise espacial que se propõe neste ensaio é distinta. Pergunta-se antes pelas representações sociais a partir do *espaço vivido*. Representações que partem de seus ocupantes, sujeitos que tecem relações sociais, revelando nelas a gênese do espaço, o sentido da dinâmica ocupacional e das configurações de poder. Tais imagens são abundantes na literatura regional, por exemplo.

É da morfologia social de Durkheim que temos a formulação básica que vincula agir social e constituição de espaço. Durkheim (2004, 147ss) afirma que a sociedade está fundada em uma estrutura simbólica que se desenvolve seguindo a complexificação do social. Refutando a tese kantiana do espaço homogêneo e a priori, o sociólogo propõe entender a constituição do espaço a partir de elementos como o mítico, o afetivo, o moral, o artístico. Desde então a Sociologia tem procurado entender como os seres humanos classificam o espaço, o tempo, os objetos, procurando criar um nexo entre ordem simbólica e as estruturas que condicionam o agir humano.

Daí surgem as *representações sociais do espaço* que explicam, de forma mítica, épica, da gênese de espaços. Entre tantas representações sociais do espaço possíveis estão os *mitos cosmogônicos* ou representações míticas do espaço. Mitos são importantes porque formulam uma explicação socialmente compartilhada do surgimento das coisas. Por mito entende-se uma narrativa, uma interpretação do mundo ou atribuição de pessoas, coisas, acontecimentos, ou ideias a um *Fascinoso* de caráter simbólico-plástico. Os mitos são também caracterizados como “objetivação de arquétipos”, fundados no inconsciente coletivo (DAVY, 1999, p. 58). No caso do espaço os mitos não só podem dar uma explicação a seu nascimento como lhe conferir uma identidade. Em todos os mitos cosmogônicos, como no caso do Gênesis (1.28), ordenando o ser humano a dominar a Terra, ou no caso

da conquista das Américas retratada como *Terra Nullius*, ou a ideologia da propriedade em John Locke, figuram interpretações acerca da relação entre ser humano, natureza e espaço, fundado na autoridade natural de uma fonte identitária, independente dos seres humanos. A ideia de *nação* em muitos casos fundamenta-se em mitificações, com seus heróis e feitos extraordinários que se tornam objeto de uma fé coletiva, conferindo às pessoas um sentimento de pertença e coesão.

São objeto de nosso estudo mitos acerca do surgimento da fronteira. O deslocamento da fronteira agrícola, no contexto da “Marcha para o Oeste” da política getulista, é justamente um caso de conflito agrário que se alimenta de semelhantes representações míticas de espaço. Como primeira política efetiva dos governos federal e estadual, a Marcha para o Oeste visava à integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Deslocava trabalhadores para regiões férteis com intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país. O sistema de pequena propriedade, adotado pela política getulista, não representava ônus para o agricultor. Constava de um serviço de infraestrutura gratuita, aliado a uma forte propaganda¹ que se fazia no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, atraindo milhares de famílias para a região.

O conflito de 1957

A Revolta dos Colonos também foi chamada de “Revolta dos Posseiros”. Tal denominação considera que a antiga “Gleba das Missões”, (que corresponderia aproximadamente ao Sudoeste do Paraná atual) era

1 Segundo Gomes (2005, p.17) foi feita, na época da criação das colônias intensa propaganda através de programas sertanejos das rádios com grande difusão no meio rural. Também era eficaz e mobilizadora as notícias enviadas por parentes e ex-vizinhos, agora instalados nas novas terras, a respeito das oportunidades que as colônias ofereciam.

considerada na época terra *sob júdice*, sendo que todo o acesso à terra dava-se pela forma da posse espontânea, sem as garantias de titulação. A Revolta é analisada por Abramovay (1982), Lazier (1998), Gomes (2005), Wachowicz (1987), Feres (1990), entre outros. Todos estes concordam que a ocupação do Sudoeste do Paraná se deu nos marcos do tradicional direito à posse da terra livre, típico dos movimentos da fronteira agrícola no início do século XX. Não se tratava de uma luta em torno de um projeto de sociedade mais amplo. A revolta se limitou à luta pela titulação da propriedade da terra, opondo-se à política de concessão e concentração de terras, protagonizada pelo governo Lupion.

No início do século XX o Sudoeste do Paraná apresentava uma população inferior a 3.000 habitantes, concentrados especialmente nos campos de Palmas, em áreas planas abrangendo os municípios de Palmas e Clevelândia (FERES, 1990). A atividade pecuária da época pressupunha um sistema de organização social da grande propriedade rural com sua estrutura de agregados. Esta estrutura representa, para alguns autores, a origem da população cabocla na região², ao lado da população Guarani e Kaingang. A esta população rarefeita acrescenta-se, na década de 1920, o processo de migração aleatório, que leva a população a praticamente dobrar (6.000 habitantes). Mas é a partir da década de 1940, com a vinda diária de migrantes de origem europeia, que o crescimento populacional é impulsionado significativamente.

.....
 2 Além dos paraguaios e argentinos que extraíam a erva mate da região, o início do processo de ocupação teve ligação com o excedente de mão de obra das fazendas de criação de gado e de refugiados políticos da Guerra do Contestado (Feres s/d). Até a década de 1940 os migrantes, chamados por Feres (1990, 494) e Abramovay (1981) de caboclos, sobreviviam por meio da caça e principalmente do extrativismo de erva mate e da criação de porcos em regime semi-selvagem.

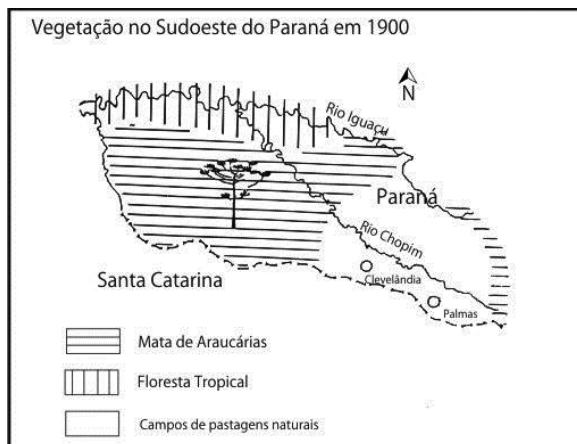


Figura 1 – Vegetação no Sudoeste do Paraná em 1900.
(CARDOSO, 1986, p.34).

A política Getulista de integração nacional, visando a colonização de áreas estratégicas do território nacional – a assim chamada “marcha para o oeste” – trouxe grandes levas de imigrantes. Na sua maioria, excluídos pela fragmentação da pequena propriedade nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, chegam ao Sudoeste do Paraná em busca de terras livres, colonizando especialmente as áreas de mata tropical lindeira à já consolidada estrutura de grande propriedade dos campos de pastagem. O geógrafo alemão Leo Waibel (1955, p.33), ao pesquisar na década de 1940 o movimento migratório teuto-brasileiro, detecta 2 estruturas territoriais no Sudoeste: de um lado os campos dos fazendeiros e seus agregados e, de outro, a mata dos colonos e caboclos (Figura 1). Tratava-se de uma ocupação diferenciada das terras típica do sul do Brasil, onde ao colono de origem europeia cabiam as terras montanhosas e cobertas de mata. A coexistência frágil desses dois territórios é quebrada com os conflitos da década de 1950 que desemboca na revolta de 57.

O conflito se 1957 remonta às velhas negociatas do governo federal com o Estado do Paraná, desde 1889, em torno da disputa pela conces-

são de terras nas regiões norte e sudoeste do Paraná, à “Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande”, ligada a uma empresa norteamericana, responsável pela construção da estrada de ferro que ligaria esses dois estados.

Em 1930 o estado do Paraná cancelou a concessão dessas terras à companhia americana e retomou a posse da área, o que se transformou em uma disputa com o governo federal que reivindicava as terras por medidas de segurança nacional. Nessa disputa, a Companhia de Estradas de Ferro leva vantagem, e, com apoio do governador Moisés Lupion, ganha novamente o direito sobre a área. Em meados de 1945 entra em cena José Rupp, alegando ter uma dívida a receber da Companhia de Estradas de Ferro, que reivindicava o pagamento da mesma com as glebas de terra do sudoeste do Paraná. José Rupp era representado por sua concessionária, a CITLA (Sociedade Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.), que se instalou em Francisco Beltrão, e que, na verdade, pertencia ao grupo Lupion.

Mesmo com um parecer contrário do então Consultor Geral da República, a reivindicação da CITLA em torno das terras do Sudoeste obteve todo o apoio do governo Moisés Lupion. Através da adulteração de um documento de parecer, a CITLA, o grupo Lupion e seus aliados passam a ter domínio definitivo sobre toda a região, com objetivo de explorar a madeira nativa daquelas terras. A CITLA, então, trouxe outras companhias de terras para “colonizar” a região, ou seja, vender o título de propriedade ao posseiro que já ocupava a região (como mandava o sistema de colonização). Outras três companhias colonizadoras entraram em cena para lucrar comercialmente com a venda desses títulos de terra: a Companhia Melhoramentos do Paraná, a Companhia Apucarana e a Comercial Agrícola Ltda. A ação criminosa destas companhias colonizadoras, representantes do Governo Lupion, através da violência de jagunços, visava por fim ao sistema de posse. Com apoio do governo, as companhias iniciaram

um regime de terror contra os posseiros. Muitas vezes com o cano do revólver no peito, sob intimidação, saque, roubos, estupros, esfaqueamento de menores, queima das benfeitorias e todo tipo de atrocidades e violências, os colonos eram obrigados a pagar pelas terras já ocupadas ou assinar promissórias assumindo a dívida. Essa ameaça os colonos descreviam quase apocalípticamente: *“Imperava o medo. Não havia mais lei! Jagunço e polícia estavam de mãos dadas, não havia mais baile, nem missa, as pessoas começam a ir embora...”* (AVELINO CAVALERI, VERÊ, 2007).

Finalmente a reação armada de colonos, caboclos e comerciantes, logra a tomada das cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, bem como a expulsão dos jagunços, a destruição dos escritórios das colonizadoras e todas das hipotecas, representando um dos raros momentos da história da questão agrária brasileira em que agricultores vencem estruturas oligárquicas. O incentivo para a revolta contou com líderes do PTB e da UDN no congresso nacional, preocupados em consolidar a política getulista na região e em fortalecer uma oposição ao governo de Lupion.

A posterior ação do Grupo Executivo para as Terras no Sudoeste do Paraná (GETSOP), no período João Goulart, na década de 1960, com a emissão de 32.256 títulos de lotes rurais e 24.661 urbanos, oficializa e regulamenta o direito à terra dos posseiros. Se a emissão de títulos de propriedade pode ser considerada como símbolo da vitória da luta pela terra, esta política, por outro lado, consolida a implantação da propriedade privada na região. Tal intervenção, protagonizada pelo Estado, estabelece definitivamente as condições para a penetração do capital no espaço rural.

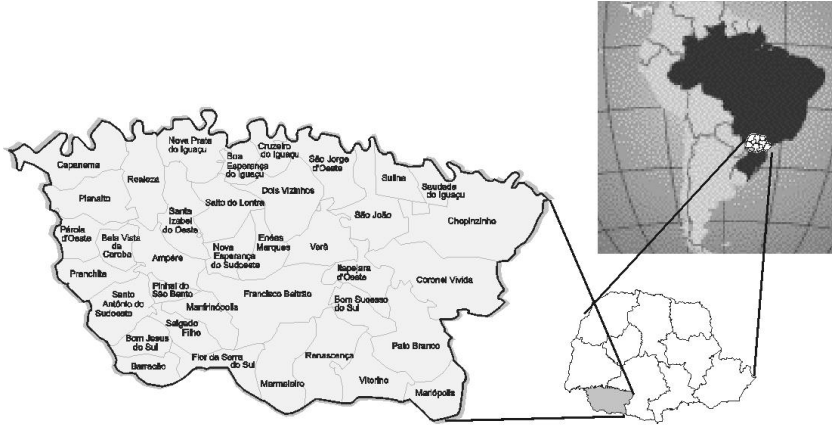


Figura 2 - Sudoeste do Paraná, divisão política atual.

Não é exagero afirmar que o Sudoeste do Paraná se constituiu num típico território da agricultura familiar como reflexo das lutas de 1957. A região apresenta uma estrutura de baixa concentração fundiária, com a presença preponderante de pequenas propriedades rurais, destacada produção leiteira, com inúmeras entidades de representação sindicais, pequenas cooperativas de produção e crédito, unidades de agroindústria familiar.

Passamos agora a analisar algumas representações de espaço, valendo-nos da estrutura que organiza a obra de Gomes.

O Paraíso: a mitificação da terra livre

A empreitada migratória se dá muitas vezes movida por imagens, a partir de uma residual concepção de esperança. Um milenarismo da espera do tempo novo, como diz Martins, “um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos.” (1997, p.11)

Gomes faz menção à chegada dos colonos naquela realidade ainda informe, mata bruta, carente de humanizar-se.

Quando chegaram ao sudoeste, ela não vira mais do que mato, pinhal, estradas enlameadas, uma gente bruta que se fartava em trabalhar. E havia ainda a solidão, o silêncio o isolamento do resto do mundo. Meteram-se também naquela luta (...). Agora eram parte daquilo – e o Rio Grande do Sul lhes parecia um lugar distante no qual nunca haviam vivido. (GOMES, 2001, p.34)

Uma imagem que domina a obra de Gomes é a *terra livre*, ainda não sujeita a regras jurídicas e econômicas dominantes, proporciona ao pequeno agricultor a possibilidade de por em prática, sem constrangimentos externos, o ideal da *terra de trabalho*. E é no suposto isolamento, na “terra de ninguém”, que o trabalho na terra se revela como criador.

Segundo Gosztonyi (1976, p. 950), se existiu um o ato primordial de constituição do espaço este deveria ser a abertura de uma clareira. O espaço, enquanto socialmente constituído, é um cosmos gerado no caos da mata. A árvore que cai é assim uma imagem de geração do espaço, como num “fiat”, num faça-se mágico e cosmogônico que domestica a natureza abrindo as portas para o que se convencionou chamar de “progresso”.

Gomes dá densidade a esse imaginário, ao descrever, na figura do governador do Estado, a sanha colonizadora. Do alto, voando sobre as matas do Sudoeste para reconhecimento das terras, o assessor do Governador avaliava os pinhais de araucária:

Selva bruta, compreende, diamante bruto. Na Bíblia está dito que o primeiro homem deu nome a todas as coisas, não é? (...) O primeiro homem diante da natureza bruta recém-saída das mãos de Deus (...) Era ser um pouco como Deus, nomear as coisas, inventar o mundo, moldar a massa bruta, colocá-la de acordo com sua vontade. (ibid. p.110)

A terra, uma vez amansada, dela retirados os traços de brutalidade, dá a possibilidade do desenvolvimento criativo do colonizador. Contudo esta imagem é ambígua: é base do projeto calculista da grande empresa capitalista, mas também fundamenta um projeto de autonomia camponesa baseado na pequena produção de subsistência.

Seu Joanin caminhou uns trinta metros, divisou melhor o limite do mato rasteiro em torno do arroio, e começou a imaginar o que ia fazer: a casa cairia certinha antes do pé do morro, logo ali onde começava a altear. Pro lado direito, na direção do riacho, poria a criação; mais atrás, onde o vale se abria a roça, o milho, o feijão. Viu brotarem naquele mesmo instante a cerca, a casa, o pontilhão, o curral, tudo do jeito que imaginava. (ibid. p.58)

A terra almejada pelo colono é terra virgem. O seu trabalho a fecunda. Na saga migratória a fecundidade da terra se confunde/mistura com a da mulher. Assim, a chegada à terra nova coincide com as dores de parto da mulher migrante. A terra livre é erotizada sugerindo, lá nos limites onde a civilização não chegou, o retorno do tempo sem mácula.

Madonna que belo lugar! (...) Joanin pensou em Cidália. Ia ser bonito aquela moça loirinha, muito branca, com aqueles olhos azuis, caminhando pelo meio daquela terra, ajudando, cuidando, pisando o mato rasteiro, criando os filhos, Joanin correndo atrás dela, os dois caindo no chão, se abraçando, tirando a roupa, que não haveria viva alma a léguas de distância. E ficariam ali, sob o céu e o sol, e ele iria afinal descobrir como eram as pernas de Cidália, como seria seu ventre, seus seios, de que cor, de que cheiro, de que gosto. Cruzou os braços, sorriu, abraçou a si mesmo de tanta alegria. (ibid. p.58)

Mulher e terra virgem figuram como objeto da ânsia masculina, de um desbravar como desdobramento de uma sexualidade opressora. Henrique Dussel examina a conquista da América a partir de uma erótica do colonizador (1977, p.87ss) onde dominar e violar o outro se fundem ontologicamente. A objetivação e o domínio da natureza pelo homem desbravador são representados na ocupação da terra virgem, numa relação que é incapaz de perceber a natureza como alteridade.

Mas a representação da terra virgem é ambígua. Dentro deste imaginário também se articula frequentemente a representação da terra

como mãe. As representações da mãe terra, presentes também nos mitos e imagens das religiões indígenas, apontam para uma ordem cósmica³ muito antiga que emerge na cultura camponesa como uma poderosa imagem moral.

Atualmente especialmente no contexto das experiências agroecológicas veicula-se cada vez mais a ideia de que a terra é “mãe generosa, capaz de nutrir seus filhos e os acolhê-los na hora final”. A umidade e fertilidade da mãe devem ser objeto de uma outra lógica, baseada na espiritualidade (mística) e na lógica do cuidado.

A Porta: umbral para a liberdade, a nova civilização

Gomes esmera-se na descrição do Sudoeste do Paraná como espaço de oportunidades, lugar de iniciativa, base para conquista da liberdade.

O padre aconselhava a viagem, sabia das dificuldades que a família estava passando. Dizia: “O Sudoeste é terra de futuro, seu Bello, de muito futuro. Isso aqui já não dá pra gente pequena e, no Paraná, junto com o Eleutério, que parece ter colocado a cabeça no lugar, vocês podem recomeçar tudo.” E desfiava alguma história de gente que havia partido pro sudoeste e que mandava boas notícias: muita terra, terra boa, dinheiro, trabalho. (ibid. p.28)

3 Existem em muitas culturas uma conaturalidade entre a terra e o elemento feminino da vida. Em sua fertilidade, a terra se une à mulher, que foi a primeira a descobrir a possibilidade do seu cultivo, que foi a primeira a descobrir a possibilidade de seu cultivo, enquanto os homens saíam para caçar e pescar. “ Para Eliade (1986: 250) “Divindades telúricas e agrárias aparecem em todas as religiões (Gaia, Pachamama, Demeter, Ceres, Papa, Luminuut, Oduna, Tamaiovit, Izanagi, Firgg, Gebb...) sempre em conexão com o tema da mãe e da mulher.(...) Mãe dos viventes, dos vegetais, guardiã das crianças e sepulcro dos mortos, não cessa de gerar vida, graças à sua fecundidade mítica.

A empreitada colonizadora no sudoeste do Paraná se consolida a partir de redes de cooperação e reciprocidade oriundas já de seus lugares de origem. As novas comunidades se estruturam no geral a partir de relações entre vizinhança e parentesco, agora reproduzidas nas novas terras.

A Colônia Agrícola General Osório (CANGO), com instalação de considerável apoio logístico (serrarias, atendimento médico, fornecimento de ferramentas, entre outras medidas), desempenhou papel central para consolidação de uma economia mercantil de colônia agrícola (LAZIER, 1998, p.17; ABRAMOVAY, 1981, p. 41).

A lógica para a ocupação da terra livre é a posse. Um sistema normativo no qual o acesso à terra não é ainda mediado pela mercadoria. Ainda nessa fase pioneira, de terra livre, é o trabalho do colono o critério e o valor legitimador para o acesso à terra. No limite, o acesso acontecia por meio de *trocas* constantes entre caboclos e colonos, estes últimos passam a adquirir as terras dos caboclos a preços simbólicos (ABRAMOVAY, 1982, p.54ss). Negociadas eram precisamente as *melhorias* dos caboclos sobre a terra, as clareiras e caminhos abertos. Vigorava a “compra do direito” à terra, o regime da posse, uma forma de acesso à terra mediada por um sistema de valores vigente baseados na economia de subsistência, onde o direito à terra de trabalho tem primazia sobre qualquer outra relação de propriedade (MUSUMECI, 1988, p. 34).

Fui vendendo a posse, trocando por revolver, por um par de botas, uns porquinhos ou junta de boi, acabei vindo cada vez mais pros matos e catava fundo na memória em busca de algo de que pudesse se orgulhar: sabe que meu avô foi o primeiro nestas terras. Veio do contestado junto com o velho Santoro. Dizia que por aqui só existia três espécies de bicho: ele o velho Santoro e as onças. (GOMES, 2001, p.97)

Os colonos também assimilam o modo de ocupação cabocla da terra virgem, reproduzindo por muito tempo o sistema de pousio rotativo

(BONETTI 1997, 18ss), um sistema em que as clareiras são abertas de forma alternada, o que permitia após alguns anos a recomposição da mata. A relação de produção sob as terras virgens obedecia a relação “mais espaço – menos trabalho”, resultante da ocupação livre das terras de baixa concentração demográfica, abundantes e de alta fertilidade (FERES 1990, p. 495).

A fronteira e o conflito

Joanin, colono recém estabelecido no sudoeste do Paraná, ameaçado pela violência dos jagunços se punha agora em fuga com sua família e a mudança sobre o carroção. Antes de cruzar o Rio Santo Antônio, que faz a divisa com a Argentina, livrando-se em solo estrangeiro da violência, resolve, diante do rio, matutar sobre o significado da fronteira:

Muitas vezes Joanin atravessara as divisas dos estados do sul, indo e vindo do Rio Grande ao Paraná, cruzando Santa Catarina em vários lugares, mas nunca atravessara a fronteira em direção a outro país. Agora pensara nisso: lá do outro lado era um país estrangeiro, nele moravam os gringos, com sua fala enrolada, sua mania pela erva mate, que vinham roubar do lado de cá, usando outro dinheiro e com outro jeito na cara. E tudo isso por causa de um riozinho de títica, que ia dar um trabalho sério atravessar com a carroça empoleirada numa balsa (GOMES, 2001, p. 218).

Martins, ao distinguir frente pioneira e frente de expansão, aponta para a constituição e dinâmica de um espaço social fundamental para se entender a expansão do capitalismo no campo – a fronteira. “Fronteira não é uma mera demarcação política entre duas unidades, mas um lugar onde a social se recria dramaticamente. Onde a sociedade capitalista mostra sua ambigüidade”. Assumindo seu caráter ambíguo a fronteira é em primeiro lugar de grandes oportunidades. Para Otávio Velho (apud MUSUMECI, 1988, p.50), a fronteira é um *locus* privilegiado para o em-

preendedor e para a realização da ideologia clássica de *laissez-faire*, onde existem amplas possibilidades para o avanço pessoal, em contraste com áreas já consolidadas. Mesmo que a terra na fronteira não esteja inteiramente disponível a todos de forma ilimitada, ela pode, como terra virgem, evocar imagens de grande oportunidade.

Num salão ovalado, estavam dois secretários de estado e um engenheiro. Abriram um mapa a sua frente e a piteira do governador apontou o sudoeste do Paraná. O governador percorreu o mapa com a piteira e apontou as alternativas. Terras férteis, madeiras de lei, a maior reserva de pinheiros do mundo, água em abundância.

- Além disso, precisamos consolidar as fronteiras nacionais. (...)

Por fim, o governador empinou a piteira e disse:

- Alguns problemas: região isolada, sem estradas, sem recursos, quase uma selva bruta.

Ouviu atentamente, balançou a cabeça quando isso lhe pareceu conveniente, não pigarreou nenhuma vez. O governador concluiu:

- É uma grande tarefa. Uma obra histórica. (GOMES, 2001, p.108)

Contrastando com a imagem de paraíso, vigora no romance a imagem da fronteira como espaço de conflitos. O enredo já inicia com uma cena inusitada: migrando desde o Rio Grande do Sul e acalentado por promessas de parentes sobre terra livre e oportunidades, Eleutério chega no Sudoeste do Paraná, na colônia nova, para juntar-se aos parentes e vizinhos. Vai ocupar a terra a convite do irmão. Ao chegar, após longa jornada com o carroção, encontra apenas os restos fumegantes daquilo que foi a casa do irmão, este mais uma vítima da ação dos jagunços que atuavam na região.

Agora sentada debaixo daquela árvore, dando seio ao filho e olhando o marido a remexer com os pés no meio das cinzas, Laura pensava no Rio Grande, onde deixaram amigos, um pedaço de terra vendido a preço de banana e tudo que haviam juntado na vida. Terra pouca, mal dava para eles, mas era o sustento. (ibid., p21)

A ambiguidade da fronteira se revela no fato de que a mesma liberdade de acesso à terra de trabalho, valor implícito na lógica de ocupação camponesa, também é o argumento de ocupação do empresa capitalista, baseada na concentração e renda fundiária. Precisamente, é nesse embate entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, entre *posse e propriedade*, que eclode violentamente o conflito do Sudoeste. Essa dicotomia assinala os inúmeros conflitos fundiários que se desdobram historicamente no país. Consiste numa matriz explicativa ao mesmo tempo de caráter moral – porque evoca o direito à terra para a vida – e de caráter jurídica, base para a formulação da função social da terra na constituição em vigor.

A fronteira mostra o lado mais sombrio da humanidade justamente pela ausência de controle social, dando espaço para a ambição, rapinagem e intolerância. No seu romance, Gomes se esmera em descrever a brutalidade de muitos de seus personagens. Os “demônios” são homens embrutecidos ou pelo trabalho extenuante da empreitada colonizadora ou por incorporar a violência da fronteira. O jagunço é uma figura cercada de narrativas medonhas, relatos de torturas, assassinatos a sangue frio, executa covardemente gente inocente. Meio gente, meio animal, o jagunço é afeito ao negócio da morte, vive nas sombras da lei. Espreita nas moitas feito onça, com ele não se brinca, mas, existindo a oportunidade, deve ser abatido sem dó.

Não carece dar chance ao jagunço que é bicho do demônio e por bicho do demônio ninguém deve ter piedade. Se ele põe a mão na arma antes, a gente já tá morto – e sempre por tiro nas costas: a bala chega a fazer curva para cumprir este destino de traição. (...) Jagunço pressente tudo, feito onça que cheira no ar a direção da caça ou do caçador. Então nada de chance (...) dar no gatilho. (...) Bem no meio da cabeça. Aí ele cai no chão, estrebucha e morre. E é um fedor que dá na hora, coisa do demo. (ibid, p.198)

Os dias de demônio são então a descrição de um tempo caótico em que a desumanização chega ao seu ápice. Justamente por ser um espaço sem lei, a fronteira é descrita como desumanização e embrutecimento. É o lado sombrio na ambiguidade do capital que, no seu limiar, a fronteira, mostra seu caráter mais violento.

Valendo-se de inúmeros relatos, partindo de testemunhas concretas do que ocorrera nas cidades do Sudoeste do Paraná, Gomes corrobora para perceber que por trás da figura do “pioneiro” como suposto portador da civilização para o limiar da sociedade, esconde-se a figura da vítima, do outro que é negado, da natureza. Através da imagem das “Portas do inferno”, o autor revela na fronteira seu caráter sacrificial.

Aquí o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão da combinação de temporalidades distintas, que correspondem a dinâmicas distintas de reprodução do capital. Por um lado relações horizontais de vizinhança, parentesco e reciprocidade típicas da comunidade rural, convivem com a ausência do Estado de Direito, a arbitrariedade, a pistoagem e barbárie. A imagem quase onipresente dos Jipes das colonizadoras transportando os representantes da CITLA e seus pistoleiros entrando sem pedir licença nos lotes, apresenta essa mescla de tempos e dinâmicas.

Conclusão

Segundo Milton Santos, o espaço é sempre produto de objetivações. Para entendermos a natureza do espaço precisamos entender o movimento geral da sociedade (1982, p.25).

Os camponeses encontram-se permanentemente neste processo de interpretação dos diferentes tempos que incidem na constituição do espaço vivido presente. A memória coletiva desempenha aqui um papel crucial. Ela confere estabilidade ao tempo e ao espaço atual, ao tornar reconhecível que a ação representa um tipo de continuidade do passado.

Dessa forma surge uma relação entre o destino e agir de um com o destino e agir de outros atores.

Os discursos sobre a identidade e o desenvolvimento dos territórios são, não raro, baseados num imaginário que evoca representações de um tempo pretérito e mágico. Porque nesse tempo limítrofe os espaços e as coisas encontram-se ainda em fase bruta, carente de humanização, a hegemonia do capital sobre espaço ainda é relativa e o domínio e artificialização da natureza ainda incipiente, vigoram representações míticas que falam do *surgimento* das coisas. A partir da análise das representações acima sugerimos entender a incidência dos mitos sobre a configuração do espaço de cinco formas. Conforme essas representações do passado se articulam pode-se dar sentido ao tempo presente.

Representações míticas do espaço mobilizam – Não só os movimentos migratórios são mobilizados por mitos, mas também por meio deles dá-se a expansão do capitalismo sobre as novas fronteiras. Os mitos despertam esperanças. As pessoas passam a vislumbrar horizontes e destinos. Na cultura latinoamericana os mitos despertam não raro expectativas messiânicas em torno de um lugar.

Representações míticas do espaço unificam – Não apenas a história da revolta do Sudoeste do Paraná, mas também em outras histórias de conflitos territoriais/fundiários as pessoas fazem uso de mitos e narrativas para se unificarem em torno de uma luta comum. Essa coesão social, política e cultural nos informa como as pessoas se apropriam do espaço. Contudo nem sempre é possível identificar claramente como esses mitos atuam normativamente sobre o espaço.

Representações míticas do espaço dividem – Ao mesmo tempo que esses mitos podem gerar coesão e solidariedade em torno do espaço, também podem dividir, estender linhas divisórias entre grupos e territórios, pois quem não compartilha de minha crença é excluído, uma vez que não há lugar para outro mito unificador. Nesse contexto qualquer processo de

conscientização será inútil se não atingir estruturas de significado mais profundas – inconscientes até – estruturas nas quais os mitos se constroem.

Representações míticas do espaço visam construir uma ordem – os mitos articulam valores, dão densidade a princípios e normas. No caso dos mitos de pioneirismo, empreendedorismo, latentes na identidade territorial, temos o imaginário em torno do progresso, influenciando estruturas de poder, políticas públicas e o privilegiando determinados grupos e instituições. A carga de sacralidade na relação entre propriedade privada e produção tem aqui um forte fundamento.

Representações míticas do espaço retornam – os mitos sobrevivem ao tempo e ao esquecimento na medida em que estão vinculados a memória coletiva (HALBWACHS, 2006) e assim manifestam-se nos lugares. Marcos históricos, monumentos, romarias e peregrinações dão essa permanência do mito revigorando identidades locais.

Martins (2000, p. 120) aponta para o desafio posto à sociologia de compreender o entrelaçamento entre tradição e modernidade existente no cotidiano dos camponeses, como condição para ocupar-se da questão da concretização do “tempo possível”. Este “tempo possível” consiste em que tempos sociais esquecidos devem emergir nas relações sociais atuais, para assim desenvolverem as suas forças libertadoras (ibid., p.120). A abordagem de Martins, em conformidade com a tradição de Lefebvre, sublinha por fim a função da memória e a sua elaboração histórica nos processos de mudança social.

O romance de Gomes cumpre esse papel e figura assim como uma contribuição inestimável para entender a relação dinâmica da constituição da identidade territorial.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Tese de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ASSMANN, Jan. **Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen**. 3. Aufl., München, Beck Verlag, 2000.
- BONETTI, Lindomar W. **A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1996.
- CARDOSO, João A. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.
- DAVY, Benjamin. Raum-Mythen: normative vorgaben für Identitätsbildung. In: THABE, Sabine. (Org.). **Räume der Identität: identität der Räume**. Dortmund, 1999, p. 59ss.
- DURKHEIM Emile. Sociologia da religião e teoria do conhecimento. In: RODRIGUES, José A. (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- DUSSEL. Enrique D. **Filosofia da Libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- ELIADE, Mircea. **Kosmos und Geschichte: der Mythos der ewigen Wiederkehr**. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- GOMES, Roberto. **Os dias de demônio**. Curitiba: Criar Edições, 2001.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. 3. ed. São Paulo: Criar Edições, 2005.
- GOSZTONYI, Alexander. **Der Raum: Geschichte seiner Probleme in Philosophie und Wissenschaften**. Freiburg: Alber, 1976.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006 .
- LAGRAVE, Rose-Marier. **Le village romane**. Le Paradou: Editions Actes Sud, 1980.
- LANGER, Protásio P. Símbolos e discursos acadêmicos na construção de uma identidade eurocêntrica: o encobrimento dos indígenas e caboclos. In: MARSCHNER e LANGER (Orgs.). **Sudoeste do Paraná: diversidade étnica e ocupação territorial**. Dourados: EdUFGD, 2010.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LÖW, Martina. **Raumsoziologie**. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

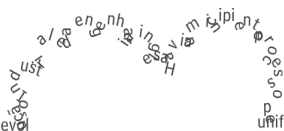
MOSCOVICI, Sergei. The phenomenon of social representations. In: FARR, Robert und MOSCOVICI, Sergei: **Social representations**. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, ANPOCS, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WAIBEL, Leo. **Die europäische Kolonisation Südbraziens**. Bonn, Ferdinand Dümmlers Verlag, 1955.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.



VIAJANDO À FRENTE DO SEU TEMPO: reflexões acerca do romance verniano “A volta ao mundo em 80 dias”

Adáuto de Oliveira Souza

Notas introdutórias

Esta *leitura* do romance “A volta ao mundo em 80 dias” como ponto de reflexão, não tem como finalidade analisar “a volta” em si – o percurso, as características dos lugares percorridos, o tempo gasto em cada trecho, os desafios enfrentados – mas, principalmente demonstrar o incipiente processo de unificação mundial decorrente da Revolução Industrial. Em outras palavras, o papel que os inventos técnicos – ferrovia, barco a vapor e o telégrafo – assumiram no processo de produção do espaço geográfico mundial: como esses equipamentos “apequenaram” o mundo.

Essa viagem, à frente do seu tempo, feita por Júlio Verne expressa a forma que as relações sociais assumiam naquele momento histórico – o espaço mundial unificado e possível naquele contexto. Portanto, a ideia central está fundamentada – tomando-se o romance como exemplo – na preocupação com o entendimento do espaço geográfico como criação social e histórica, portanto, concreta e dinâmica.

Partimos do pressuposto de que ao produzir sua vida (sua história, a realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Sobre essa questão, Carlos (1994, p.33), advoga que: “Na medida em que

a sociedade produz e reproduz sua existência de um modo determinado, este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e conseqüentemente influenciará e direcionará o processo de produção espacial”.

Como o trabalho é um processo cumulativo, a relação sociedade-espaco evolui no tempo, apresentando em cada momento histórico uma especificidade marcada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Significa dizer que em cada momento do processo produtivo teremos um espaço determinado e específico, uma vez que será produzido em função das exigências e necessidades da sociedade.

Nesse sentido o espaço geográfico é também a história de como os Homens, ao produzirem sua existência, fazem-no como espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, enfim, da vida.

A volta ao mundo em oitenta dias – traduzido para várias línguas – é um dos romances mais conhecidos do escritor francês Júlio Verne (1828-1905), tendo sido lançado em 1873¹.

O livro conta a história de um inglês, Phileas Fogg, calmo, fleumático, o modelo acabado desses ingleses de sangue frio, solitário, com muito dinheiro e que, devido a uma aposta com seus amigos de jogo, se vê na obrigação de dar a volta ao mundo em 80 dias, acompanhado de seu fiel camareiro. Nessa viagem, depara-se com diversas aventuras e conhece várias partes do mundo.

Phileas Fogg – conforme colocado na introdução do romance – era destas criaturas matematicamente exatas, que, jamais apressadas e sempre prontas, são econômicas quanto aos seus passos e aos seus movimentos. Ele não dava uma passada a mais, indo sempre pelo caminho mais curto.

1 Esse romance virou produção hollywoodiana em 1956, com David Niven (Phileas Fogg) e Cantinflas (Passepartout, seu criado que no romance recebeu do tradutor a alcunha de *Chavemestra*).

Morador de Londres, tem uma rotina inalterável: acorda pela manhã, faz a barba, desjeua e parte para o clube onde se encontra com os colegas todos os dias. No *Reform Club* (um vasto edifício que não custou menos de 3 milhões de libras para ser construído), Fogg almoça e lê os principais jornais da capital inglesa – *Times*, *Standard* e *Morning Chronicle* – numa rotina infalível. À noite, reúne-se com os colegas para a tradicional partida de Uíste e para comentar os assuntos do dia. À meia-noite, pontualmente, volta para casa. E assim se segue até o dia da aposta.

No dia 2 de outubro de 1872, Fogg estava à mesa a jogar seu carteadado com os outros membros do *Reform Club* (sumidades da indústria e da finança), como de hábito. Eis que surge um assunto novo, acerca do roubo ocorrido no *Bank of England*, dias atrás. O ladrão havia levado 55 mil libras desta casa bancária e fugira sem deixar vestígios. Era o fato da ordem do dia em Londres e na Inglaterra. Sentados à mesa, os jogadores especulam a respeito do seu paradeiro.

- “Eu espero, (...) disse Gauthier Ralph [um dos administradores do banco] -, que nós possamos pôr as mãos no autor desse roubo. Inspetores de polícia, pessoas muitos capazes, foram enviadas à América e à Europa, a todos os principais portos (...) e será difícil para esse sujeito escapar?”. (VERNE, 1998, p.17)

Os principais portos do mundo, conforme enunciado no romance, eram Liverpool, Glasgow, Havre, Suez, Brindisi e Nova York. (VERNE, 1998, p.19). Portanto, “o mundo” era parte da Europa e os Estados Unidos. Algumas criaturas, dentre elas os próprios diretores do Banco, pensavam ter boas razões para acreditar que o ladrão não escaparia. Gauthier Ralph argumentou: “não há mais um único país onde ele possa buscar refúgio”. (VERNE, 1998, p.20)

- Aonde imagina que ele possa ir? Questionou Ralph.

- Não sei – respondeu Andrew Stuart [engenheiro] – mas, afinal de contas a Terra é bem grande...

- Ela *era* grande, outrora... – disse baixinho Phileas Fogg. (VERNE, 1998, p.20)

Assim, Fogg, até então quieto, comenta que o referido gatuno poderia estar em qualquer lugar do mundo, afinal este já se tornara suficientemente pequeno para que qualquer um lhe desse a volta em oitenta dias (ou seja, em 1920 horas ou 115.200 minutos).

E segue a conversa:

- Como assim *outrora!* Será que, por acaso, a Terra encolheu? Questionou Stuart.

- Sem dúvida – respondeu Gauthier Ralph. – (...). A terra encolheu, visto que agora nós a percorremos com uma velocidade dez vezes maior que a cem anos atrás. E é isso que, no caso do qual nos ocupamos, tornará as buscas mais rápidas. (VERNE, 1998, p.20)

- E que também tornará mais fácil a fuga do ladrão! Disse Fogg. (VERNE, 1998, p.20)

O incrédulo Andrew Stuart não fora convencido, e, retomou:

- É preciso admitir Mr. Ralph, que aqui o senhor encontrou uma forma espirituosa de dizer que a Terra encolheu! Isso porque agora pode-se fazer a volta ao mundo em três meses...

- Em oitenta dias somente – disse Phileas Fogg (VERNE, 1998, p.20)

Oitenta dias era o cálculo feito pelo jornal londrino *Morning Chronicle*.

- Mas sem contar o mau tempo, os ventos contrários, os naufrágios, os descarrilamentos, etc. Argumentou Andrew Stuart (VERNE, 1998, p.21)

- Tudo contado – retorquiu Fogg.

Então, Mr. Stuart, disse:

- Teoricamente, o senhor tem razão, *Mister* Fogg, mas na prática...

- Na prática também, Mr. Stuart.

- Pois eu queria ver essa prática. Continuou Andrew Stuart.

- Depende exclusivamente do senhor. Partamos juntos! Disse-lhe Fogg.

- Que Deus me livre! - exclamou Stuart – mas eu apostaria (...) que uma tal viagem, feita nessas condições é impossível. (VERNE, 1998, p.21)

- É uma loucura! – bradou Stuart.

Travam então – todos os jogadores presente contra Fogg - uma aposta de 20 mil libras e Fogg decide partir no mesmo dia – 02 de outubro de 1872. Estaria de volta no dia 21 de dezembro do mesmo ano.

O *Times*, o *Standard*, o *Evening Star*, o *Morning Chronicle* e vinte outros jornais de grande circulação declararam-se contra Mr. Fogg que, foi em geral, tratado de maníaco, de louco e os seus colegas do Reform Club foram censurados por haverem firmado a aposta. (VERNE, 1998, p.28)

A viagem.... o triunfo de Verne

Partem então ele e seu criado Jean Chavemestra, que acabara de ser contratado e, atônito, seguia todas as orientações de seu amo. Pegam um trem para o sul da Europa, e de lá, um vapor para Suez – então possessão inglesa – na África. No seu encalço, entretanto, segue um detetive inglês (Fix), convicto de que havia sido ele quem roubara o *Bank of England*. O detetive segue Fogg e seu criado Chavemestra até Suez, à espera de um mandado de prisão de Phileas Fogg, para garantir uma recompensa oferecida pela polícia inglesa. O mandado não chega e Fix é obrigado a segui-los até que consiga a ordem de prisão. Fogg e Chavemestra pegam outro navio em Suez com destino a Bombaim, cidade na costa oeste da Índia. Fix continua a segui-los de perto, crente de que fora Phileas Fogg quem roubara aquele banco.

Já em Bombaim, os dois pegam um trem para Calcutá, na costa leste indiana. Surge um imprevisto: a ferrovia (*Great-Indian Peninsular Railway*) estava inacabada! Tiveram que descer na metade do caminho e improvisar

um segundo meio de transporte até chegar ao outro ponto da ferrovia, onde haveria outro trem. Fogg compra um elefante e seguem viagem, pois além do dinheiro da aposta, o que mais assusta Fogg é não honrar sua palavra ao dizer que daria a volta ao mundo em oitenta dias.

Um guia é contratado para levá-los selva adentro até alcançarem a outra parte da ferrovia e no caminho presenciam um estranho ritual nativo: uma bela mulher era carregada para ser queimada viva junto ao corpo de seu viúvo e isso não podiam aceitar! Fogg, que estava no seu intento algumas horas adiantadas, decide resgatar a moça. Conseguem tal façanha, graças à coragem de Chavemestra, que se passara pelo morto viúvo e, ao levantar de seu leito fúnebre com a jovem nos braços, provocara arrepios nos que assistiam à cerimônia e conseguem fugir.

E seguem até Hong Kong, depois para o Japão, onde aportam em Yokohama e dali para – via Pacífico – até a costa oeste dos Estados Unidos, país que atravessam por ferrovia, chegando a Nova York e posteriormente, já no Atlântico atingem Liverpool e Londres, onde ganha a aposta.

A Revolução Industrial e a “mundialização” do espaço

Júlio Verne era um visionário² e admirador das conquistas da Revolução Industrial e da engenharia inglesa. Duas importantes obras desta engenharia – a ferrovia transindiana (ligando Bombaim a Calcutá) e o Canal de Suez (ligando o Mediterrâneo ao Mar Vermelho) serviram de inspiração para o referido romance.

² Na atmosfera verniana, ainda no século XIX, anterior à descoberta da eletricidade e mesmo do telefone, através de sua imaginação o Homem foi à Lua, tripulou um submarino, conheceu as profundezas da terra, entre outras aventuras. Conferir os seus romances: “Viagem ao centro da terra” e “20.000 léguas submarinas”.

Ao fazermos referência à admiração de Verne acerca das conquistas decorrentes da Revolução Industrial, talvez seja necessário tecermos algumas considerações – ainda que breve - sobre essa questão para contextualizarmos historicamente, esta viagem à frente do seu tempo do misterioso cavalheiro inglês Phileas Fogg³ e seu fiel camareiro – Jean Chavemestra⁴.

Nesse sentido, recorremos ao renomado historiador inglês, Eric Hobsbawm (2003, p.33), para quem a origem da Revolução Industrial – ocorrida em fins do século XVIII, na Inglaterra - é um processo complexo. Tal entendimento ainda segundo este autor deve-se ao fato de que “a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela.”

Como nos diz Kostas Axelos (1961, p.7): “O que distingue uma época econômica e histórica de outra é menos o que se produz ou fabrica que a maneira de produzir ou fabricar, (...)”.

Ainda sobre a Revolução Industrial, recorremos à Arruda (1988, p. 8), o qual argumenta:

A Revolução Industrial é a culminância de um processo secular, com suas raízes fundidas na crise do sistema feudal, que consolida o modo de produção capitalista, instaurando um sistema econômico-social, com sua forma peculiar de Estado e ideologia específica.

3 “A um dos maiores oradores e orgulhos da Inglaterra sucedia, então, esse Phileas Fogg, personagem enigmático, sobre o qual nada se sabia, salvo que era um homem muito galante e um dos mais belos cavalheiros da alta sociedade inglesa”. (VERNE, 1998, p.5).

4 Ao se apresentar à Phileas Fogg, o novo serviçal – um homem de uns trinta anos de idade – apresentou-se assim: “(...) Jean Chavemestra um apelido que ainda carrego, justificado pela minha aptidão em livrar-me de situações embaraçosas... trabalhei em diversos ofícios: fui cantor ambulante, estribeiro-picador num circo, funâmbulo (...) depois tornei-me professor de ginástica a fim de emprestar maior utilidade aos meus talentos e, por último, fui sargento dos bombeiros, em Paris”. (VERNE, 1998, p. 8).

No momento da Revolução Industrial, cristaliza-se o capitalismo (...).

É neste contexto que o referido autor fala em ruptura e consolidação, porque consolida definitivamente o modo de produção capitalista, modo de produção que passa a ser identificado ao mundo da industrialização. Assim, ainda para este autor, ela foi uma das mais importantes entre todas as revoluções verificadas no decurso do processo histórico. Isto porque transformou radicalmente a história mundial. Neste processo há ruptura com o modo de produção feudal e a consolidação do modo de produção capitalista.

Landes (1994, p. 51) estudando essa temática, afirma que:

As mudanças tecnológicas que denotamos por Revolução Industrial implicaram um rompimento muito mais drástico com o passado do que qualquer coisa desde a invenção da roda. Do lado empresarial, exigiram uma clara redistribuição dos investimentos e uma revisão concomitante do conceito de risco. (...) Para o trabalhador, a transformação foi ainda mais fundamental, pois não apenas seu papel ocupacional, como também seu próprio estilo de vida, foi posto em xeque.

Portanto, a Revolução Industrial não foi um fenômeno meramente técnico, mas uma mudança profunda e radical na maneira de pensar, nas ideias e, sobretudo, no modo de produzir. Ilustrativamente poderíamos dizer que com a industrialização mudou-se a forma de se fazer a guerra e de se viver a paz. Cria-se um tempo e um espaço únicos, da mesma forma, substitui-se a energia humana pela energia motriz⁵.

5 Acerca da invenção da máquina a vapor, Pasdermadjian (1960, p. 9/10), argumenta que: “La invención o, por mejor decir, la puesta a punto de la máquina de vapor por Watt, hacia la segunda mitad del siglo XVIII, ha sido, sin duda, la invención más importante de los tiempos modernos. Con ella la industria disponía, efectivamente, de una máquina nueva, que no era simplemente una

Com tal pressuposto, podemos asseverar que a indústria universalizou a vida econômica, unificou-a com a vida social, o que os regimes precedentes – bárbaros, asiáticos, antigos, feudais – não conseguiram realizar.

A Inglaterra – berço desta Revolução - fazia parte de uma economia mais ampla, a que Hobsbawm (2003) chama de “economia européia ou economia mundial dos estados marítimos europeus”. Portanto, um contexto de ampla rede de relacionamentos econômicos, denotando uma certa divisão de atividades: uma área relativamente urbanizada (Londres – 1 milhão habitantes e Paris, 500 mil - meados XVIII) e de outro lado, zonas produzindo e exportando produtos agrícolas. Fluxos econômicos: comércio, pagamentos internacionais, transferência de capital, migração. Por exemplo, Banco da Inglaterra fora fundado em 1664.

Ao referir-se ao papel dos bancos, Landes (1994, p. 81), afirma que:

Em nenhum país da Europa do século XVIII era tão avançada a estrutura financeira quanto da Inglaterra, nem o público estava tão habituado a operar com papéis. (...). E mais, o desenvolvimento de uma rede nacional de descontos e pagamentos permitiu que as áreas industriais sedentas de capital recorressem, para esse fim, aos distritos agrícolas ricos em capital. O sistema estava apenas começando a se desenvolver no último quartel do século XVIII.

É neste universo que Júlio Verne admira as conquistas da Revolução Industrial e da engenharia inglesa.

herramienta perfeccionada, sino una fuente de energía exterior al hombre, una energía derivada de la termodinámica, que le era mucho más extraña que el agua o el viento. (...). El prodigioso desarrollo provocado por la primera revolución industrial reposa, de hecho, sobre la máquina de vapor y sobre su combustible, el carbón”.

Havia um incipiente processo de unificação mundial, decorrente da Revolução Industrial. Para Hobsbawm (1979, p.67): “a “história mundial” anterior ao século XIX, correspondia à soma das partes do globo que tinham um conhecimento muito superficial e marginal, exceto quando os habitantes de uma região conquistavam ou colonizaram uma outra, como os europeus fizeram com as Américas.”

Portanto, faltava uma interdependência geográfica nesse momento da história mundial. Mesmo em meados do século XIX extensas áreas dos diversos continentes encontravam-se marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus. Segundo o mencionado autor (HOBSBAWM, 1979, p. 68): “Não era uma coisa de se encontrar: de fato não era, mesmo em termos de conhecimento geográfico, *UM* mundo.”

Isto quer dizer que, nesse momento do processo produtivo, temos um espaço determinado e específico - vários mundos, desconectados, para usarmos um termo atual - uma vez que ele é produzido em função das exigências e necessidades desta sociedade.

Assim, a ausência de *UM* mundo refletia simultaneamente a falta de relações diplomáticas, políticas, administrativas que eram deveras tênues e os débeis laços econômicos. Todavia, conforme salienta Hobsbawm (1979), o “mercado mundial” estava a longo tempo se desenvolvendo. Enfatiza que o comércio mundial havia mais que duplicado em valor no período compreendido entre 1720-1780.

Esse processo de expansão do comércio internacional se intensifica com o decorrer do tempo. Para exemplificar tomamos como referência, o período de 1840 a 1870, portanto, já no século XIX. Vejamos o Quadro 01.

Quadro 01
Movimentação de mercadorias no mercado mundial
entre 1840-1870 (toneladas)

1840	1870
20 milhões de toneladas de mercadorias	88 milhões de toneladas de mercadorias
1,4 milhão de tonelada de carvão	31 milhões de toneladas de carvão
2 milhões toneladas de trigo	11,2 milhões de toneladas de trigo
1 milhão de tonelada de ferro	6 milhões de toneladas de ferro
Petróleo desconhecido	1,4 milhão toneladas de petróleo

Fonte: Hobsbawn (1979, p.69)

O Quadro 01 indica que a rede mundial que unia as várias partes do mundo visivelmente se fortalecia. Nesse contexto, Hobsbawm (1979, p. 71), argumenta que:

O mundo em 1875 era mais conhecido do que nunca fora antes. Mesmo em nível nacional, mapas detalhados (a maior parte iniciados por razões militares) podiam ser agora encontrados na maioria dos países desenvolvidos. (...) Porém, mais importante que o mero conhecimento, as mais remotas partes do mundo estavam agora começando a serem interligadas por meios de comunicação sem precedentes pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o barco a vapor, o telégrafo.

Analisando este período, Pasdermajian (1960, p.9), argumenta: “En el comienzo de la segunda revolución industrial encontramos un prodigioso desarrollo de los medios de producción de todas clases, una aceleración del desarrollo de las técnicas, cuyo origen puede situarse arbitrariamente hacia el decenio 1870-1880”.

Por volta de 1872, os meios de comunicação tinha chegado ao triunfo previsto por Júlio Verne: fazer a volta ao mundo em 80 dias, evitando os inúmeros contratempos que perturbaram Phileas Fogg. Relembrando ele foi de trem e barco a vapor, através da Europa, em seguida de barco, através do recém-aberto Canal de Suez, até Bombaim (Índia); de trem de Bombaim a Calcutá (ainda na Índia). Dali em diante, pelo mar para Hong Kong, Yokohama (Japão) e através do Pacífico até São Francisco (Estados Unidos). Então com a ferrovia transamericana que acabava de ser completada em 1869 (somente os perigos ainda não completamente dominados). O resto da viagem – do Atlântico para atingir Liverpool (já na Inglaterra) e o trem para Londres – não teria problemas se não fosse a necessidade do suspense ficcional.

Quanto teria durado esta viagem em 1848? Ela teria que ter sido realizada quase que inteiramente por via marítima, considerando que nenhuma ferrovia atravessava nenhum continente e nem mesmo existiam no resto do mundo, exceto nos Estados Unidos, onde elas não avançavam território adentro mais de 200 milhas. Apoiando-se em Hobsbawm (1979, p.72), podemos afirmar que dificilmente uma volta ao mundo até a primeira metade do século XIX, contando com a maior sorte possível, pudesse ser feita em muito menos que 11 meses, portanto, quatro vezes mais do que o indomável Fogg, excluindo-se o tempo despendido em portos.

O ganho no tempo despendido para percorrer distantes viagens era relativamente modesto, tendo em vista o pouco avanço verificado nas velocidades marítimas. A verdadeira transformação deu-se por meio das ferrovias, e ainda assim não pelo aumento da velocidade tecnicamente possível (1880, na Inglaterra = 74 km/h), mas pela expressiva expansão da construção de trilhos ferroviários. Para exemplificar, na versão cinematográfica do romance, há uma cena vivida na ferrovia transamericana quando o maquinista pára o trem, em virtude de defeitos numa ponte e a possibilidade de seu desmonte total com a passagem e o peso do trem.

Os passageiros, dentre eles, Phileas Fogg questionam a parada, oferecem um uísque para o maquinista que imediatamente dá uma marcha-ré na locomotiva e velozmente (a 50 km por hora), atravessa a ponte que, enquanto o trem passa, vai ruindo até se desmontar por completo.

Neste momento, Phileas Fogg, exclama a Jean Chavemestra:

- Esta é a velocidade que eu considero ideal!

O que significa esta velocidade em dias atuais? Naquele momento significava a velocidade que permitia atender as necessidades demandadas pela sociedade.

Mas se naquele momento, não havia a possibilidade de se realizar viagens com altas velocidades, o ganho maior ocorria pela construção das redes ferroviárias. Hobsbawm (1979) refere-se ao período de 1848-1875, como o período de construção da rede ferroviária por toda a Europa, nos Estados Unidos e em uns poucos outros lugares do mundo. O Quadro 02 permite-nos visualizar essa expansão das vias férreas pelas diversas partes do mundo.

Quadro 02

Vias férreas em milhas

(milhares de milhas - milha inglesa 1.609m e marítima = 1.852 m)

LOCAL	1840	1850	1860	1870	1880
Europa	1,7	14,5	31,9	63,3	101,7
América do Norte	2,8	9,1	32,7	56,0	100,6
Índia	-	-	0,8	4,8	9,3
Resto da Ásia	-	-	-	-	.*
Australásia	-	-	.*	1,2	5,4
América Latina	-	-	.*	2,2	6,3
África (inclusive Egito)	-	-	.*	0,6	2,9
Total mundial	4,5	23,6	66,3	128,8	228,4

* menos de 500 milhas. Fonte: Hobsbawm (1979, p.73)

Como podemos observar, em 1860 já haviam sido construídas linhas ferroviárias nos cinco continentes⁶. O mencionado autor enfatiza que a construção das ferrovias ganhou a maior parte da publicidade⁷. Um feito sensacional da engenharia. E indaga, como podemos negar admiração a essa tropa de choque da industrialização? Em seguida, fala na admiração pelos homens de negócios, citando Thomas Brassey, que chegou a empregar 8 mil homens nos cinco continentes e foi apenas o mais conhecido deles. Tais homens pensavam em termos de continentes e oceanos⁸.

Ainda se referindo ao processo de avanço dos meios de transportes, Hobsbawm (1979) argumenta que o triunfo do barco a vapor sobre a vela – mais rápido e econômico – era essencialmente o da marinha mercante britânica. Melhor: da economia britânica que estava por trás dele. Enfatiza que, entre 1880 e 1895, os estaleiros ingleses foram responsáveis pela construção de $\frac{3}{4}$ partes de todos os navios do planeta.

Foi nesse contexto que se deu a construção do Canal de Suez (165 km, com profundidade mínima de 20 metros): iniciada em 1859 e, finalizada 1869. Tal empreendimento permite a ligação do Mediterrâneo ao Mar Vermelho, ou se preferirmos a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico.

Para evidenciar a importância deste empreendimento, Hobsbawm (1979, p.76) aponta que em 1874 passaram através do Canal de Suez 1.250

6 Tais ferrovias sempre possuíam uma condição de complementariedade à navegação internacional. O caso do Brasil é um exemplo típico, ainda hoje.

7 Também a viagem de Fogg ganhou enorme notoriedade. “Artigos extremamente inflamados, porém, lógicos, foram publicados acerca do caso. Sabemos do interesse dispensado na Inglaterra a tudo que se refere à geografia”. (VERNE, 1998, p.28)

8 “Para eles, o mundo era uma única coisa, interligado por trilhos de ferros e máquina a vapor, pois seus horizontes comerciais eram como seus sonhos sobre o mundo. Para tais homens, destino, história e lucro eram uma e a mesma coisa”. (HOBSBAWM, 1979, p.76)

milhões de toneladas de mercadorias, sendo que 900 mil toneladas eram inglesas.

Ainda segundo o mencionado autor, a transformação tecnológica mais sensacional deste período – que envolve a viagem ao redor do mundo de Fogg – foi a comunicação de mensagens através telégrafo elétrico. Descoberto em 1836/7, rapidamente foi aplicado nas ferrovias e mais projetos de linhas submarinas já eram considerados por volta de 1840, não se tornando praticáveis antes de 1847.

Entre 1840, quando foi utilizado pioneiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos até a década de 1860, houve uma significativa expansão “mundial” na implantação do telégrafo. Evidentemente, o mesmo crescimento aconteceu com as mensagens. É importante destacar que, este é um dos primeiros exemplos de uma tecnologia desenvolvida por cientistas e que dificilmente poderia ter sido desenvolvida sem base numa sofisticada teoria científica. Vale recordar que no início da Revolução Industrial, os inventos eram simples, rudimentares e baratos, portanto, não necessitando de grande quantidade de capital e nem tampouco emprego de tecnologia avançada.

Todavia, o aumento mais significativo era a construção de cabos submarinos, pioneiros através do Passo Calais (França) e Dover (Inglaterra), em 1851. A partir daí sucederam-se que as instalações de cabos internacionais que, em cinco ou seis anos, virtualmente entrelaçaram o globo terrestre. Obviamente que o acesso e controle das informações estava com a Inglaterra⁹. Em 1872 era possível telegrafar de Londres para Tóquio em menos de 5 minutos. O que eram os 80 dias de Fogg comparados a isso?

9 A construção deste sistema telegráfico mundial combinava política e comércio. Pasdermadjian (1960, p. 34) afirma que: “(...) el desarrollo de los ferrocarriles y del telégrafo, en el curso de la primera revolución industrial, había tenido importantes repercusiones políticas, al favorecer la centralización administrativa de las instituciones públicas y privadas (...)”.

Refletindo acerca dessa temática, Hobsbawm (1979, p.78), argumenta que:

Do ponto de vista jornalístico, a Idade Média terminou em 1860, quando as notícias internacionais passaram a poderem ser enviadas livremente de um número suficientemente grande de lugares no mundo para atingir a mesa do café da manhã no dia seguinte. Novidades não eram mais medidas em dias, ou no caso de lugares remotos em semanas ou meses, mas em horas ou mesmo em minutos.

Portanto, o telégrafo transformou as notícias.

Considerações finais

Essa significativa aceleração na velocidade das comunicações teve um resultado paradoxal tendo em vista que aumentou o abismo entre os territórios acessíveis à nova tecnologia e o resto, intensificando o atraso relativo daquelas partes do globo onde o cavalo, o boi, o homem ou o barco ainda definiam a velocidade do transporte.

Pudemos acompanhar no romance, que o público era informado diariamente do percurso de Phileas Fogg, e que isso inclusive definia a cotação na “bolsa de apostas” em Londres.

Ao refletir acerca desse processo desigual e contraditório de acesso a informação, Hobsbawm (1979, p.79), afirma que: “A *selvageria* do *Oeste selvagem* e a *escuridão* do *continente escuro* eram devidos parcialmente a estes contrastes”. (Grifos do autor).

Essa “selvageria do Oeste” foi explorada no romance com os ataques de índios americanos ao trem que transportava Phileas Fogg e seus acompanhantes – no trecho entre São Francisco e Nova York – assim como pela interrupção da viagem para dar passagem aos milhares de bisões que cruzavam a ferrovia, impedindo a locomoção do trem e a seqüência normal da viagem.

Essa contradição explica o interesse do público pelo viajante explorador que enfrentava as incertezas do desconhecido com nenhuma ajuda complementar da tecnologia moderna. Como por exemplo – no romance de Júlio Verne - no trecho entre Bombaim e Calcutá que estava programado para ser realizado através da ferrovia, não o foi por esse meio de transporte, porque a ferrovia ainda não havia sido concluída, implicando no imprevisto de um meio de transporte nada convencional: o lombo de um elefante, cujo caminho era a mata fechada.

Nesse sentido, o interesse do público, por aquele homem que viajava até ou a além das fronteiras da tecnologia, fora do território onde a cabine do comando do vapor, o compartimento dormitório do vagão, a pensão ou o hotel lhe serviam. Fogg viajou nesta fronteira¹⁰, daí Hobsbawm (1979, p.79), concluir que:

O interesse de seu empreendimento residia, simultaneamente na demonstração de que, por um lado, os trilhos, o vapor e o telégrafo praticamente enlaçavam o globo e, por outro lado, que ainda havia uma margem de incerteza, assim como algumas lacunas remanescentes, que evitavam que viagens através do mundo se tornassem uma rotina.

Então, o romance nos mostra que a intrincada rede da economia mundial trazia mesmo as áreas geograficamente mais distantes para ter relações com o resto do mundo. Contava a velocidade – cuja necessidade era cada vez mais crescente, em função do aumento dos fluxos – mas igualmente o nível de repercussão. O próprio acompanhamento diário do

10 Ainda hoje, o viajante que ultrapassa esta fronteira é admirado. Poderíamos citar alguns programas de televisão que exploram este nicho de público. Por exemplo, o “Globo Repórter” que, sistematicamente, apresenta reportagens “além fronteira”, em áreas desérticas, inóspitas, inexploradas ou de difícil acesso.

percurso do viajante Fogg, evidencia a escala geográfica de repercussão do fato. Ganhará a aposta? Perderá?

O romance aponta os resultados – agora possível e quase imediato – de um acontecimento que, rigorosamente, ninguém em sã consciência sequer imaginava, entretanto, graças a Revolução Industrial e a técnica era acompanhado a partir de Londres por curiosos e apostadores¹¹.

Repercussão inclusive científica: “Com efeito, um longo artigo foi publicado em 07 de outubro [1872] no Boletim da Sociedade Real de Geografia. Ele versou a questão sob todos os pontos de vista e demonstrou claramente a loucura da iniciativa”. (VERNE, 1998, p.29).

É mister destacar que ainda havia diversas partes do globo terrestre, inclusive na própria Europa (o centro do mundo naquele momento histórico), mais ou menos isoladas. Mas havia alguma dúvida de que, cedo ou tarde, seriam arrastadas para o centro do redemoinho econômico capitalista?

Todas as manifestações contempladas no romance – um sistema financeiro, as estradas de ferro, telégrafos e navios a vapor - afetavam apenas aquele território que já estava mergulhado na economia mundial. Como, apropriadamente, nos adverte Hobsbawm (1979, p.86), não devemos esquecer que, praticamente, toda a Ásia e África, a maior parte da América Latina e mesmo partes significativas da Europa – ainda existiam alheias de qualquer economia que não fosse a da pura troca local e longe de todos os objetos técnicos resultantes do emprego da tecnologia moderna. Não devemos exagerar, portanto, acerca do processo de unificação geográfica

11 Na verdade, o capitalismo sempre foi um negócio mundial, desde os seus primórdios. Sobre essa questão Ianni (1993, p.55) argumenta que: “A rigor, a história do capitalismo pode ser vista com a história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo histórico de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação”.

do mundo, completada entre 1848/75, do qual Phileas Fogg utilizou-se para realizar sua volta ao mundo em 80 dias. A economia mundial, neste período, estava apenas nos primórdios e como decorrência, o processo de unificação do mundo ainda era muito incipiente.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, J. J. A. **A revolução industrial**. São Paulo: Ática, 1988.
- AXELOS, K. A máquina, a indústria, a civilização tecnicista. In: _____. **Marx penseur de la technique**. Trad. Margarida Maria de Andrade. Paris: Editions de Minuit, 1961, cap.III, p.77-84 (11p).
- CARLOS, A.F. A. Da organização a produção do espaço. In: _____. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- HOBSBAWM, E. O mundo unificado. In: _____. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 67-86.
- HOBSBAWM, E. A origem da revolução industrial. In: _____. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Trad. Garschagen, D.M. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 33-54.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LANDES, D. S. A Revolução industrial. In: _____. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 49-129.
- PASDERMADJIAN, H. **La segunda revolução industrial**. Madri: Editorial Tecnos, 1960, p.23-68.
- VERNE, J. **A volta ao mundo em 80 dias**. Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre : L& PM, 1998.

“TRANSFAZER O ESPAÇO”: UMA LEITURA DE “LIVRO DE PRÉ-COISAS”, DE MANOEL DE BARROS

Jones Dari Göettert

A tentativa de “transfazer” o espaço

Propor-se a uma análise geográfica rigorosa de “Livro de pré-coisas”¹, de Manoel de Barros, é um desafio para além de nossas possibilidades. Mais singelamente, colocamo-nos em condição possível para dele, do “Livro de pré-coisas”, enumerar alguns elementos que podem se apresentar como uma ponte entre a Geografia e a Literatura. Pois então, menos que adequar as palavras e a poesia de Manoel de Barros a uma pretensa análise geográfica, o que pretendemos é apenas sublinhar aspectos de como a própria palavra e a própria poesia do autor expressam uma linguagem do e sobre o espaço. A Geografia, por isso, ao invés de ser trazida à tona por olhos metodológicos e teóricos, vai se mostrando em passagens mais curtas e em outras mais longas, como em um pantanal que enche e esvazia a cada temporada, fazendo revoar o silêncio e fazendo entocar os sons vários das águas, dos bichos, das árvores, das terras e das gentes, como se tudo e em todo lugar fosse sempre um movimento do não movimento, um fazer de um não fazer, um “transfazer”. “Transfaz-se” tudo, inclusive o espaço.

1 BARROS, Manoel. **Livro de pré-coisas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

E não é o que Manoel de Barros fez com o espaço: é o que nós entendemos *do* espaço a partir da leitura de “Livro de pré-coisas”. Por isso, o olhar aqui é solto, espontâneo e livre. De início, “apresentamos” o texto em cortes e recortes (e “descortes”) que já vão se delineando como pontos em análise. Depois, aprofundamos alguns elementos que entendemos serem centrais sobre o espaço pantaneiro barrosiano, centrando-se na ideia de que o Pantanal é um inconcluso “transfazer”, “transfazendo-se” em cada chuva que inunda e que depois, sem ela, “desinunda” o chão, a terra e as águas. Por fim, pincelamos rapidamente alguns elementos da relação entre o espaço e as gentes, em que ambos vão se fazendo como parte desse mundo que liga a todos e a tudo, em um “eterno” movimento no não-movimento. Uma constante “troca de favores”.

“Livro de pré-coisas”

O Livro de pré-coisas é composto de quatro partes: “Ponto de partida”, “Cenários”, “O personagem” e “Pequena história natural”. As partes não necessariamente formam um todo, podendo ser lidas independentemente umas das outras. O protagonista central é o que “transfaz” o Pantanal, Pantanal: nele, tudo vai se fazendo (ou se “transfazendo”) em uma dialética marcada fundamentalmente pelos cios, cópulas, “nascidouros” e “vivedouros”... e assim o espaço se produz e se reproduz. Por isso, o Pantanal, em Manoel de Barros, exacerbado em “Livro de pré-coisas”, é nunca acabado, pronto, definitivo, absoluto, nem *a priori* e nem *a posteriori*, nem composto de partes e nem um todo indivisível. Parece ser, o Pantanal, o próprio ser participante de um movimento que de tanto se repetir parece o não movimento, de um movimento da origem dos tempos até os tempos eternos. As gentes, nesse “mundo”, de nada são protagonistas; no máximo, seres da mesma terra, do mesmo ar e da mesma água igual a todos os outros, como as lesmas, os girinos, os quero-queros, as jacaroas, as tatuas ou os lobisomens.

Na primeira parte, em “Ponto de partida”, no entanto, Manoel de Barros logo, em “Anúncio”, anuncia que “Este não é um livro *sobre* o Pantanal. Seria antes uma anunciação. Enunciados como que constativos. Manchas. Nódos de imagens. Festejos de linguagem”. É certo que não é o Pantanal, mas apenas a sua anunciação. Mas o que anuncia? Os sapos nus, as ruínas que enfrutam, os pregos que primaveram... A anunciação de um fazer: “Isso é fazer natureza. Transfazer”. São “pré-coisas” – como salienta no fim do “Anúncio” – “de poesia”. Uma anunciação, que ao não dizer o que é, pode anunciar o que virá a ser, mas, se ainda não é, é, “obviamente”, a coisa antes da coisa, o que é, “obviamente”, também, uma “pré-coisa”; o que pode ser, para nós, um “pré-espaço” ou um “pré-lugar”. Por isso, em “Livro de pré-coisas”, o Pantanal se mostra no espaço se fazendo, e não no espaço feito. Talvez por isso as coisas de cios, cópulas, “nascidouros” e “vivedouros” serem tão recorrentes.

Depois do “Anúncio”, o “Narrador apresenta sua terra natal”. Vai se fazendo Corumbá, o “Portão de Entrada para o Pantanal”, por onde borda o Paraguai dando a indicação mais precisa da relação ontológica, no Pantanal, entre homens e águas, pois “Os homens deste lugar são uma continuação das águas”. Seguindo a “lança”, navegamos na curva “Em que o narrador viaja de lancha ao encontro de seu personagem”. “Deixa-se” Corumbá na tarde que cai e as curvas do rio chegam ao “portão de Nhecolândia, entrada pioneira para o Pantanal”. É por águas e margens que o “Ponto de partida” apresenta as entradas do espaço Pantanal, até então cheio de galos, silêncios, bêbados, ventos, andorinhas, pedras, canoieiros, pescarias, ladeiras, portos, cidades velhas, tempos, águas, “sobrados anciãos”, larvas, “paredes podres”, espinhos, árvores, pássaros, sol, margens, rãs, úteros, cuiabanos, papa-bananas, chiquitanos, turcos, “sapos vegetais”, pregos, bugios, gema de ovo que parece pôr-do-sol do lado da Bolívia, chuva, morro, a “bunda da paisagem”, o menino, banhados, passageiros e cargas, mosquitos, redes, bocas, casas, faróis,

currais, vacas, moças, lontras, cardeais, barrancos, bois, cangas, pêlos, bentevis, caramujos, onças, conselhos, siputás, “sabão das lavadeiras”, borboletas, rosas, homens... e civilização:

Quando meus olhos estão sujos da civilização,
cresce por dentro deles um desejo de árvores e aves.
Tenho gozo de misturar nas minhas fantasias o
verdor primal das águas com as vozes civilizadas.
(de “Narrador apresenta sua terra natal”)

O “Livro de pré-coisas” deixa vazar, já no “Ponto de Partida”, *aquela* tensão entre o “fazer natureza” e o *fazer civilização*. Desejo e sujeira, que, contudo, se misturam em um gozo das fantasias, do “verdor primal das águas com as vozes civilizadas”.

São sete os cenários, em “Cenários”: “Um rio desbocado”, “Agroval”, “Vespral de chuva”, “Mundo renovado”, “Carreta pantaneira”, “Lides de campear” e “Nos primórdios”. O rio Taquari vive em “Um rio desbocado”: nunca será definitivo (sempre movimento e sempre a fazer-se), derrama e “destramela” e, com chuva, muita chuva, “se engravida”. E transborda e se achega à terra fêmea. O rio. A terra. O rio se enche, inunda, come, emprenhou e engravidou. Ao “estragar”, compõe a vida.

Em “Agroval”, o rio de antes dá lugar às “arraias enterradas”. Nelas, ou embaixo delas, “faz chão úbere”, latejando “um agroval de vermes, cascudos, girinos e tantas espécies de insetos e parasitas, que procuram o sítio como um ventre”. O Pantanal parece que se faz todo sob as arraias, “Um útero vegetal, insetal, natural”. O Pantanal como uma troca incessante: um “mutualismo” como “a pura inauguração de um outro universo. Que vai corromper, irromper, irrigar e recompor a natureza”. O nascimento, o renascimento sempre iniciado, sempre fazendo e refazendo-se, “transfazendo-se”. Um equilíbrio eterno para trás e para frente. Sempre.

Em “Vespral de chuva”, se faz da anunciação da água a própria senha e sanha de bichos, árvores, terra, águas à espera e gentes: “Em véspera de

chuva o cio das porcas se afrouxa. Como os areais”. É como se o mundo todo ansiasse por aquele momento, como se os seres todos vivessem só para depois da chuva continuarem a viver ou, de tanto gozo, terminarem de morrer... para o jardim voltar a florescer: “Caem os primeiros pingos. Perfume de terra molhada invade a fazenda. O jardim está pensando... Em florescer”.

Sim, depois da chuva, do seu “vespral”, o “Mundo renovado”. O Pantanal, com as águas, se mostra sem limites, ilimitado. Os meninos, os capins e “as pessoas sem eira e sem vaca se alegram”. As águas irrompem no cio... e tudo mais se limpa com as chuvas e suas águas, desde a pelagem do gado à alma do fazendeiro. Mas, *psiu*: também “O roceiro está alegre na roça, porque sua planta está salva”.

Em “Carreta pantaneira”, vamos saber que “As coisas que acontecem aqui, acontecem paradas. Acontecem porque não foram movidas. Ou então, melhor dizendo: desacontecem”. Os tratores tomaram, na seca de dez anos, o lugar das carretas de bois. A carreta foi encostada e os bois desprezados. Cupins, limos, mel, gravetos, larvas nos rodados, cachorros e perus foram tomando o lugar da carreta que “ia se enterrando no chão, se desmanchando, desaparecendo”. O movimento no “não-movimento”, pensou o rapaz “vindo de fora pescar”: “a teoria do Pantanal estático”. A carreta “desaconteceu”, apenas.

“Lides de campear” mistura o aparentemente imisturável: o trabalho e a conversa. Da “lide”, o trabalho é o “mesmo” que conversar e o conversar é o “mesmo” que trabalhar. Nada de entender que o pantaneiro é “aquele que trabalha pouco, passando o tempo a conversar”. Nada disso. Pois, “Trabalha pouco, vírgula”. A conversa é da natureza do trabalho. Conduzir o gado é também fazer uso de “cantos e recontos” em “troca de prosa”: “É mesmo um trabalho de larga, onde o pantaneiro pode inventar, transcender, desorbitar pela imaginação”. Pode, se se quiser, “transfazer” e “transfazer-se”, pois nas “vadias palavras” também vai “alargando os

nossos limites”. Pantaneiro trabalha, mas só “enxertar a vaca a gente não pode ainda”. Ainda. “Só por isso se diz que o boi cria o pantaneiro”.

Já Nos primórdios”, “Era só água e sol de primeiro este recanto”. Antes da criação. Ou na criação. “Meninos cangavam sapos. Brincavam de primo e prima. Tordo ensinava o brinquedo “primo com prima não faz mal: finca finca”. E veio o gado e “Logo se fez a piranha”. Depois os domingos e feriados. E mais depois os “cuiabanos e os beira-corgos”. “Por fim o cavalo e o anta batizado”. A fazenda, a religião e a civilização? Os filhos, a enxada e o cigarro de palha para prover. Naqueles tempos, *nos primórdios*, “– O homem tinha mais o que não fazer!”. E hoje, com burros e cavalos, a “distinção”.

Do “Cenário”, o “Livro de pré-coisas” nos leva a “O personagem” (tanto esta como a parte seguinte, “Pequena história natural”, cada ponto é enumerado; “O personagem” vai de “1” a “10”, e “Pequena história natural”, de “1” a “7”). Inicia com “No presente”, apresentando Bernardo, que “Veio de longe com a sua pré-história”, “Resíduos de um Cuiabá-garimpo”. Mas, parece ser Bernardo um homem, um cavalo, um quelônio... e no fim está pronto “a poema”. Bernardo é Bernardo, que é o Pantanal inteiro. E “Deus abrange ele”. E assim segue com “No serviço (*voz interior*)”, em “O que eu faço é servicinho à-toa”. Mas que faz, à-toa? “Tenho de transfazer a natureza”:

No meu serviço eu cuido de tudo quanto é mais desnecessário nessa fazenda. Cada ovo de formiga que alimenta a ferrugem dos pregos eu tenho de recolher com cuidado. Arrumo paredes esverdeadas pros caramujos foderem. Separo os lagartos com indícios de água dos lagartos com indícios de pedra. Cuido das larvas tortas. Tenho de ter em conta o limo e o ermo. Dou comida pra porco. Desencalho harpa dos brejos. Barro meu terreiro. Sou objeto de roseiras. Cuido dos súcubos e dos narcisos. E quando cessa o rumor das violetas desabro. Derrubo folhas de tarde. E de noite

empedreço. Amo desse trabalho. Todos os seres daqui têm fundo eterno.

“No tempo de andarilho” é o tempo da seca. Na chuva, “arrancha” no “oco do mundo”. Vagueia e “Bernardo trabalha pela bóia”, mas “tem raiva de quem inventou a enxada”. É imitado pelo “hippies” de todo o mundo. Não tem nada. Mais que nada, é a “adesão pura à natureza”:

Não sei se os jovens de hoje, adeptos da natureza, conseguirão restaurar dentro deles essa inocência. Não sei se conseguirão matar dentro deles a centópéia do consumismo.

Porque já desde nada, o grande luxo de Bernardo é ser ninguém. Por fora é um galalau. Por dentro não arredou de criança. É ser que não conhece ter, tanto que inveja não se acopla nele.

“Um amigo” cágado, que “vem de lugar nenhum e vai para nada todos os dias”. Sem raízes, toma banho de casca e tudo. Cheio de vestígios do começo do mundo, “nos parece inacabado”. Como, talvez, todos os seres do “mundo”.

“Na mocidade, feito lobisomem”, as assombrações assombam o Pantanal. Lobisomem de chinelo, que se mistura a viúvas. E lá no meio está Honória que inteirou cem anos e virou “serepente”: “Irmã de lobisomens. Cruza de urubu com porca”.

Em “Retrato de irmão”, o “irresolvido” e o “*TRATADO DE METAMORFOSES*”, em “*Livro de pré-coisas*”. Nele, no “tratado”, os seres que rastejam a terra, como as “Minhocas arejam a terra; poetas, a linguagem”. E a lesma que treme, que freme, que treva, que gosma e que escuma. Dos vagalumes que “driblam a treva” e dos rios que “começam a dormir pela orla”. Das crianças que descrevem a língua e dos grilos de “olhos sujos”. Da manhã que “desventa” e da “Formiga de bunda principal em pé de fedegoso anda entortada”.

Em “A volta (*voz interior*)”, uma “voz” aplaina o “mundo”, pois, ali, “A língua é uma tapagem”. Em “A fuga (*voa interior*)”, *saí* “Correr as cercas do mundo”, e, em todo lugar, “Vou nascendo de meu vazio”. Que “Há muitas importâncias sem ciência”, mas também que “Isso eu sei de me ser”. E “No mais são caracóis e cios de roseiras”... Em “De calças curtas”, parecem ser os meninos que *sopram no cu* dos passarinhos semimortos, além de “Capar gato com caco de vidro” e outros *mal-quereres*, como “Sondar as priminhas no banho”... E em “Dos veios escatológicos”, como que os matos servem para as “lides de cagar facilitavam encontros de amor”, e como as redes foram lugares imprescindíveis por onde esse “povo ladino, sensual e andejo que um dia atravessando o rio Taquari encheu de filhos e de gado o que se chama hoje, no Pantanal, a zona da Nhecolândia”. A “zona”, apenas “zona”...

A última parte de “Livro de pré-coisas” é dedicada à “Pequena história natural”. Nela, versam “De urubu” com a sua *omnipresença*, “Socó-boca-d’água” que “avista os perigos desde ontem”, “De tatu” e de “tatuá”, de “O quero-quero” que “É pássaro mais de amar que de trabalhar”, “De cachorros” que perdem o biguá e voltam “sem graça, rabo entre as pernas”, “De quati”, que quanto alcança árvore “arma banzé”, e “A nossa garça”, que parece mais feliz *sem nós*: “(Acho que estou querendo ver coisas demais nestas garças. Insinuando contrastes – ou conciliações? – entre o puro e o impuro etc. etc. Não estarei impregnado de peste humana esses passarinhos? Que Deus os livre!)”. Da civilização?

O espaço em movimento: “transfazer”

Em “Livro de pré-coisas”, Manoel de Barros faz nascer e faz “desnascer” o Pantanal. É um espaço, ali, que vai se anunciando em seu “eterno” “transfazer”. É ali, ao que parece, que o espaço pantaneiro

barrosiano apresenta sua “chave interpretativa”: “transfazendo-se”, o espaço – assim como o tempo e suas relações – se faz, se desfaz e se refaz, sem que, com isso, o antes e o agora sejam sugados pelo depois, e sem que o aqui liquide com o lá e o acolá. Em um momento mesmo de “chover” e de “deschover”, o espaço – que contem o próprio tempo ou que nele ou dele se faz – é sempre o que está se fazendo, desfazendo, refazendo, e, em uma dialética sempre inconclusa, “transfazendo-se”.

A própria ideia de “pré-coisas” também é significativa. Tudo está por se fazer, o que é, bem da verdade, também um paradoxo, pois todas as “pré-coisas” podem ser lidas como “pós-coisas” que contêm as “pré-coisas” e que são as próprias “coisas”. Mas por que, então, tantas “pré-coisas” que se fazem em tantos “transfazeres”? Talvez porque, principalmente, a ideia de “coisa” se propõe sempre como algo acabado, já dado, pronto, o fim, enquanto “pré-coisa” e “transfazer” se mostram em sua mais candente “pré-forma”, “pré-massa”, “pré-conteúdo”, “pré-substância” ou “pré-essência”. Sim, talvez seja isso mesmo o Pantanal: um monte de essências que vão se misturando – ou se “transfazendo” – de “pré-coisas” em “pré-coisas”, pois ali, todas as “coisas” são apenas momentos do cenário, momentos de tempos e recortes sempre “toscos” e “rudes” de espaço e do espaço.

Se não há nascimento, também não há morte! De ruínas nascem árvores e sob as arraias “florescem” vermes e girinos. O espaço “mutualístico” do Pantanal é igual às suas águas que fazem, desfazem e refazem o “mundo”, sem limites. O Pantanal é “deslimitado” a cada minuto, a cada dia, a cada estação, a cada ano. Qualquer cartografia, se não levar em conta este “transfazimento” parece fadada a nada dizer, a nada mostrar, a nada revelar, a nada cartografar, porque, talvez, o espaço pantaneiro é uma constante “descartografia”.

Esse espaço cartografado, como um mar sem nível, até porque os níveis são vários, Manoel de Barros transgride-o como brinca de

“transfazer” “pré-coisas”. Em nossa “normalidade”, sempre pensaríamos que as andorinhas se escoram no vento, mas, para a escritura barrosiana, são “Os ventos [que] se escoravam nas andorinhas”. Do mesmo modo, para nós, seriam as árvores que nascem e crescem nas ruínas, e não que “As ruínas dão árvores”. A sutileza do espaço das “pré-coisas”, por isso, também está nesse intenso movimento de transgressão de um espaço que tem se ajustado como perfeição em nossa forma de ver e pensar o mundo. O espaço de “Livro de pré-coisas” é, por isso, também a crítica de um “antropocentrismo espacial” na medida em que são todas as “coisas” (ou “pré-coisas”) que tomam a centralidade e nele se fazem (ou se “transfazem”) protagonistas. Vermes, cágados, girinos, sapos, burros, vacas, jacaroas, tatuas, pedras, águas... tudo é alçado à condição viva, demasiadamente viva.

Nessa condição de extrema troca de tudo por tudo, nas “águas” de “pré-coisas”, o Pantanal, parece evidente, faz-se como espaço do “mutualismo”, em uma retumbante “troca de favores”. Talvez, por isso, pouco adianta para os viventes e os “morrentes” traçarem limites no Pantanal, onde “A régua é existidura de limite. E [pois,] o Pantanal não tem limites”. E os limites, aqui, parece não serem apenas aqueles dados pela cartografia euclidiana, mas aqueles entre as próprias “pré-coisas”: o limite de cada “coisa” não se encerra nele mesmo, mas é sempre permeado pelo outro que, mais cedo ou mais tarde, em ritual “mutualístico”, se rende ou é rendido pela “coisa” outra. Por isso que o Pantanal foi, é e será, antes, hoje e sempre, um movimento incessante de “transbordamento”, das bordas de espaço e das bordas de cada uma de suas “pré-coisas”, que não se fazem sozinhas mas apenas na relação mútua com todo e tudo o mais.

É o Pantanal de Corumbá, de Nhecolândia, da borda da Bolívia, do rio Paraguai que pode, à tardinha, “flui[r] entre árvores com sono”, e do rio Taquari, que se engravida com a chuva, renovando o mundo. Por esses “contornos”, Manoel de Barros “desespacializa” tudo em um conjunto de

palavras “invertidas”, que mostra que nossas regras podem ser subvertidas por um mundo de mais “desordem” que ordem, mais água que terra... Porque a água, com seus movimentos de parar nunca, deixa tudo nela e à sua volta meio “deslimitado”.

O espaço-tempo-mundo do Pantanal é deslizante, desafiador e desordenador. *Ali*, nada é fixo, nada é encaixado para sempre. Assim, as próprias palavras são “vestidas” e “desvestidas” por Manoel de Barros, fazendo com que tudo o que aconteceu “desaconteça”, o que foi enxergado se “desenxergue”, o que era nobre se “desnobre”, que a coisa “descoisa”... E que a forma “desforma”, que o que fora útil se torne “desútil”, que o que virou, “desvire”... E que a teoria vire “desteoria”, que o que está escrito seja “desescrito”, que o vento “desvente”... E que os lugares de pertencimento passem a “lugares despertencidos”, que tudo o que se comeu seja “descomido”, que todos os creios passem a “descreios”... E que todo limpo possa se “deslimpar”, que todo governo é também um “desgoverno”, e que todo equilíbrio possa se “desequilibrar”... O mundo da ordem não passa, desse modo, de uma ordenação a partir de uma “desordem”, e a poética barrosiana parece afeita às coisas pelo seu avesso, “desavessando” a linearidade do tempo e a delimitação do espaço modernos.

O espaço barrosiano, assim, se faz e se veste de “pré-coisas”, o que significa que as próprias palavras também sejam, elas mesmas, vestidas, “desvestindo” as próprias “antes-coisas”. Porque, acima de tudo, o autor assume uma “missão” com o espaço-tempo-mundo que busca trazer à tona: “Tenho de transfazer natureza”, em um movimento em que “Todos se fundem na mesma natureza intacta”, pois “Todos os seres daqui tem fundo eterno”... E não adianta teimar: no fundo, bem no fundo, todos os bichos são gentes e todas as gentes são bichos... E certa condição “pantaneira” parece incessante e inacabada: as gentes vão se “desgentificando” e os bichos vão se “desbichando”, como se,

no movimento mesmo do “mundo”, as gentes “coitassem” e os bichos “amassem”.

As gentes

Em “Livro de pré-coisas”, as gentes (mulheres, homens, meninas, meninos...) são “apenas” parte do “bicharedo”, que se promiscuem a tudo mais, às águas, às terras, aos ares, aos bichos, às plantas... No Pantanal, “Os homens deste lugar são mais relativos a águas do que a terras”, ou, ainda, “Os homens deste lugar são uma combinação das águas”. As águas moldam o mundo que moldam os homens.

Manoel de Barros vai mostrando as gentes de um espaço onde as gentes são extremamente afeitas às águas e aos matos. “Moça foi no mato fazer”, ou foi “descomer” o que comeu. Quando o rio Taquari abunda as margens, “Meninos pescam das varandas da casa”. Mas antes, quando a chuva ainda é prelúdio, “Um homem foi recolher a carne estendida no tempo – e na volta falou: – Do lado da Bolívia tem um barrado preto. Hoje ele chove!”, ao mesmo em tempo que “O homem foi reparar se as janelas estão fechadas. Mulheres cobrem espelhos”, pois o “O homem nos seus refolhos presente o desabrochar”. Ali, talvez, “a chuva comanda a vida”.

Pois a chuva, em todo o mundo Pantanal, faz tudo e todos se revitalizarem, como em um processo de “desmorrer”: “Até as pessoas sem eira nem vaca se alegram”; “Um cheiro de ariticum maduro penetra as crianças”; “Os meninos descubrem de mudança formigas-carregadeiras”; “A alma do fazendeiro está limpa”; “O roceiro está alegre na roça, porque sua plantação está salva”.

Mas não pensemos que o Pantanal e “seu” homem, o pantaneiro, estão livres dos olhares do mundo de fora. Como nas “Lides de campear”, sobre o pantaneiro, “Diz-se de, ou aquele que trabalho pouco, passando o tempo a conversar”; “o pantaneiro pode inventar, transcender, desorbitar pela imaginação”. O pantaneiro e o Pantanal “desconversam” a conversa

estranha, de um estranho que “desconhece” esse mundo como o “civilizado” que, também de fora, “desciviliza” a “civilização” pantaneira. Uma “civilização” meio que “bovinilizada”, uma vez que, ali, é “o boi [que] cria o pantaneiro”.

As gentes do Pantanal, “Nos primórdios”, viviam em certa condição edênica, na qual, por exemplo, os “Meninos cangavam sapos” e “Os homens tocavam gado”, ou na qual “O homem havia sido posto ali nos inícios para campear e hortar”, do mesmo modo que “O homem tinha mais o que não fazer!” Essas gentes, mais ou menos “pré-coisas” viradas em “coisas”, debatem-se com um ou outro mundo; se antes “o homem era só”, depois o mundo Pantanal parece ter sido povoado por gentes de margens de longe: “o homem não é mais só”. Se antes “O homem tinha mais o que não fazer”, hoje parece que *tem mais o que fazer...* Mas a resistência parece a busca de um “desfazer” constante, pois “Bernardo trabalha pela bóia” (vale a pena reprisar uma citação já apontada, em que Manoel de Barros parece incisivo na crítica a um movimento de “despantanal”: “Não sei se os jovens de hoje, adeptos da natureza, conseguirão restaurar dentro deles essa inocência. Não sei se conseguirão matar dentro deles a centopéia do consumismo. [...] Porque já desde nada, o grande luxo de Bernardo é ser ninguém. Por fora é um galalau. Por dentro não arredou de criança. É ser que não conhece ter, tanto que inveja não se acopla nele”).

O mundo da inocência também povoa o Pantanal, em que espiar os bichos e as primas é parte de um mundo que mistura “desejo” e “pecado”, sem que desejo seja desejo e sem que pecado seja pecado: “De calças curtas”, meninos vão “Sondar as priminhas no banho”. Por isso, qualquer “pecado” (visto sempre de fora) é “perdoado”, não porque exista o perdão, mas porque não existe o pecado. De um viajante (de fora): “Aqui as pessoas se filham no mato com vera competência, qual os porcos nas vielas, de forma que se pare espreado e nascem crianças papudas e idiotas de igrejas como cupim. Lugar onde se fode e se caga no mato há de ser este!!!”

Por isso, também, que são tão promíscuos tudo o que deita, tudo o que mexe, tudo o que se assanha nesse espaço do “desassanhamento”. E parece haver “pré-coisa” que mais se mexe no Pantanal, depois das águas, que as redes, sejam elas as redes de rios, as redes dos pescadores ou as redes de dormir? Sim, as redes de “dormir”, como escreve o próprio Manoel de Barros:

Em 1926, o antropólogo Claude Lévy-Strauss, de viagem por ali, notou a pobreza dos móveis que encontrou no interior das residências. Dois ou três mochos na sala, arames de estender roupas nos quartos servindo de armário – e redes. Redes armadas por todos os cantos. Redes muitas de varandas artísticas, servindo de vasilhas de dormir e de sestar. No hábito de sestar ao mormaço do meio-dia se amulheravam e se afilhavam também. A blandícia do mormaço engendrava crianças.

O espaço são as “pré-coisas” se “transfazendo”, como as gentes. Gentes de cá, do Brasil, mas também da Bolívia, a “boliviana”:

Em tempo de namoro quero-quero é boêmio. Não aprecia galho de árvore para o idílio. Só conversa no chão. No chão e no largo. Qualquer depressãozinha é cama. Nem varre o lugar para o amor. Faz que nem boliviana. Que se jogue a cama na rua na hora do prazer, para que todos vejam e todos participem. Pra que todos escutem.

O espaço do Pantanal, por isso, também parece ser uma barulhenta “promiscuidade”. O som primordial desse “mundo”: as vozes, os gritos, os assobios, os granados, os gemidos, os uivos, os silêncios... de tudo, de todos. E “sem vergonha”, “Pra que todos escutem”.

“Pós-coisas”

O espaço barrosiano, em “Livro de pré-coisas”, é sempre movimento e sempre inconcluso, por isso mesmo, talvez líquido,

deslizante, penetrante, acasalador, moldando-se como as águas dos rios a esculpir as margens, ou, se quisermos, como que as margens moldando os rios. Um espaço que é sempre o “resultado” de encontros, nunca apenas uma ou outra “coisa” isoladas. Um movimento em “deságuas” e em “desmargens”, nem sendo apenas água e nem apenas margens, mas ambas em comunhão/”descomunhão”.

No espaço de “Livro de pré-coisas”, a superfície do mundo – ou do Pantanal – não é suficiente para retratar as “coisas”. A paisagem primeira, o que os olhos humanos, olhos bichos e olhos “coisas” veem, mesmo que em absoluta imobilidade como naquela em que os olhos das jacaroas espiam em um silêncio sepulcral outras e outros viventes, esconde, “na verdade”, um mundo “babélico” descomunal. Um exemplo está naquele “mundo” sob as arraias, no “Agroval”, *onde*, como em epígrafe de M. Cavalcanti Proença, que abre o cenário, “pululam vermes de animais e plantas e subjaz um erotismo criador genésico”. Um espaço em metamorfose permanente, mas nem sempre à vista ou à primeira vista. É necessário, como o faz o próprio Manoel de Barros, mais que ver, olhar, pois, “Ali, por baixo da arraia, se instaura uma química de brejo. Um útero vegetal, insetal, natural. A troca de linfas, de reima, de rúmen que ali se instaura é como um grande tumor que lateja”.

A visão do espaço barrosiano, por isso, mais que a metáfora do farol, talvez possa ser compreendida na ideia de um olho que rasteja, que margeia, que penetra, que “fulcra” o chão, que embebeda a água e que “polui” o ar. Sim: mais que simplesmente ver, o espaço de “Livro de pré-coisas” é olhado, cheirado, comido e “descomido”.

Como ensina – ou “olha” – Sérgio Cardoso:

O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade,

conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado. Assim, trinca e se rompe a superfície lisa e luminosa antes oferecida à visão, dando lugar a um lusco-fusco de zonas claras e escuras, que se apresentam e se esquivam à totalização. E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo: o logro das aparências, a magia das perspectivas, a opacidade das sombras, os enigmas das falhas, enfim, as vacilações das significações, ou as resistências que encontra a articulação plena de sua totalidade (CARDOSO, 1988, p. 359).

Por isso, pensamos, o espaço em “Livro de pré-coisas” é o daquele do olho, que vareja em busca dos “transfazeres” que misturam gentes, bichos, pedras, árvores, vermes, folhas, águas e tudo o mais que caiba no “mundo” Pantanal. Um “mundo”, também nos parece, que poderia ser imaginado como a carapaça de um cágado, quase um porongo ou uma cabaça, mas como “mundo” virado do lado de dentro só misturando-se ao “lado de fora” pelos orifícios por onde as pernas, rabo e cabeça do cágado se movimentam, comem e “descomem”. Ali, no “mundo” feito “cágado” por dentro, tudo se mistura, se troca, se faz, de desfaz e se refaz, no qual tudo e todos se “comem” e se “descomem”.

Poderíamos pensar, então, que o espaço barrosiano é a expressão de uma antropofagia indeterminada e ilimitada² Achamos que não, pois ali, no Pantanal, uma possível antropofagia² é apenas parte de um mundo

2 Renato Suttana, estudioso da obra de Manoel de Barros, em diálogo conosco, sugeriu que “a ideia (meio incômoda) da “antropofagia” ou das gentes que são “partes, pedaços, carnes, olhos, cabelos, unhas”, apesar de verdadeira em parte (pois esses são elementos que aparecem na poesia de Barros, mas de uma maneira própria), sugere uma espécie de violência que não é característica dela. Minha percepção é a de que a obra remete muito mais a um mundo de vivências primordiais (de caráter infantil) da consciência, projetadas, numa tonalidade festiva e algo celebratória (mas sem recurso a nenhum tipo de retórica rebarbativa) de uma pré-consciência que está condenada a se perder no mundo adulto. A ideia dos “pedaços” me faz pensar, meio desagradavelmente, em mutilações e outras coisas que não convêm à situação. Antes, penso que as privações e as faltas remetem mais a uma (lúbrica) “incorporação” do telúrico, a um tipo de “santidade” do ser na qual a própria incompletude, com o seu

de comilanças múltiplas, multiplicadas, diversas e sem fim. O melhor seria pensar, então, na ideia de “mundofagia”, pois as gentes, ali, são apenas, e não mais que isso, partes, pedaços, carnes, ossos, olhos, cabelos, unhas... que se promiscuem, mais cedo ou mais tarde, a outras partes, outros pedaços, outras carnes, outros ossos, outros cabelos, outras unhas... E podem virar pedras, que podem virar peixes, que podem virar águas, que podem virar árvores, que podem virar girinos, jacaroes e tatuas, piranhas e araras, jacus e urubus, garças e quero-queros...

Um espaço “mundofágico”. É isso, imaginamos, que Manoel de Barros, em “Livro de pré-coisas”, anuncia, em “pré-coisas” que viram “coisas”, em “coisas” que viram “pós-coisas”, para, depois, tudo começar de novo, novamente, outra vez... Mas, desde que a chuva chegue e “desseque” e “engravidem” o mundo. E quando a “desgravidez” se faz luz, o mundo se renova e vira “desmundo”: o mundo Pantanal virado, enfim, “pré-coisas de livros”, sem limites, “deslimitado”³.

rastro de privação, aparece como elemento constituinte e transfigurador. A falta é privação, mas quem lê a poesia de Manoel de Barros pensa muito mais que ao pantanal não falta nada”.

³ Esta última ideia em empréstimo de Renato Suttana (2009).

Referências Bibliográficas

BARROS, Manoel. **Livro de pré-coisas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CARDOSO, Sérgio. O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 347-360.

SUTTANA, Renato. **Uma poética do deslimite**: poema e imagem na obra de Manoel de Barros. Dourados: EdUFGD, 2009.

Os autores

Adáuto de Oliveira Souza

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal da Grande Dourados, lotado na Faculdade de Ciências Humanas onde atua na graduação e pós-graduação em Geografia. Desenvolve pesquisas nas áreas de industrialização, desenvolvimento regional, políticas públicas, infraestrutura econômica e estudos transfronteiriços.

adautosouza@ufgd.edu.br

Cândida Graciela Chamorro Arguello

Doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, Brasil (1996); doutorado em Antropologia pela Universidade Philipps de Marburg (2008). Coordenadora de Estudos na Academia de Missão da Universidade de Hamburgo (1999-2005); desenvolve pesquisa nos povos Kaiowá e Guarani do Brasil desde 1983; professora de História Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados desde 2006. Investigação em linguística histórica, religiões indígenas e missões religiosas.

candidaarguello@ufgd.edu.br

Cláudio Benito Oliveira Ferraz

Professor de Prática de Ensino em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, SP, e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFGD, Dourados, MS. Coordenador do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas.

cbenito2@yahoo.com.br

Jones Dari Göettert

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da População, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteira, migração, território, trajetórias individuais e geografia e literatura.

jonesdari@ufgd.edu.br

Renato Nésio Suttana

Graduado em Letras pela UFSJ; mestre em Literatura pela PUC-MG e doutor em Letras pela UNESP de Assis. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFGD, atua na área dos Estudos Literários, desenvolvendo pesquisas sobre poesia e ficção brasileira, crítica literária, interpretação, leitura e as relações entre literatura e educação.

renatosuttana@ufgd.edu.br

Robinson Santos Pinheiro

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); professor convocado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Campus Glória de Dourados - MS; membro do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas (FCT/UNESP).

robinson22pinheiro@yahoo.com.br

Walter Roberto Marschner

Doutor em Sociologia pela Universidade de Hamburgo – Alemanha; professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); pesquisador da FUNDECT –MS. Atua com os temas desenvolvimento territorial, educação do campo, movimentos sociais.

walmars@ufgd.edu.br

